



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**KATHIUÇA BERTOLLO**

**A CONTRADITÓRIA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E O  
DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL: Um estudo desde a  
perspectiva Latino-Americana da Dependência.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Florianópolis  
2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Kathiuça Bertollo

**A CONTRADITÓRIA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E O  
DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL: Um estudo desde a  
perspectiva Latino-Americana da Dependência.**

Dissertação submetida ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a  
obtenção do Título de Mestre em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Beatriz  
Augusto de Paiva, Dra.

Área de Concentração: Serviço Social, Direitos Humanos e  
Questão Social.

Linha de pesquisa: Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na  
América Latina

Florianópolis  
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

B546c Bertollo, Kathiúça

A contraditória relação entre trabalho e o direito à assistência social [dissertação]: um estudo desde a perspectiva latino-americana da dependência / Carmem Lúcia da Silva ; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva. – Florianópolis, SC, 2012.

185 p.: grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social. 2. Trabalho - Exploração. 3. Política social. I. Paiva, Beatriz Augusto de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU 36



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

KATHIUÇA BERTOLLO

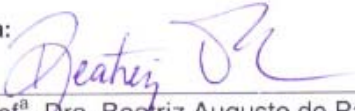
A CONTRADITÓRIA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E O DIREITO  
À ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO DESDE A PERSPECTIVA  
LATINO-AMERICANA DA DEPENDÊNCIA.

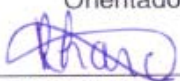
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de  
Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço  
Social – Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina.

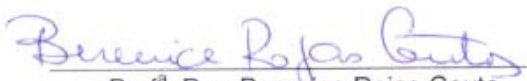
Florianópolis, 06 de fevereiro de 2012.

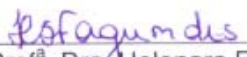
Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC

Banca examinadora:

  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Augusto de Paiva  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC  
Orientadora

  
Prof. Dr. Ricardo Lara  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC

  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Berenice Rojas Couto  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC

  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Helenara Fagundes  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC



Para meus pais Adi e Ilone, por  
sempre acreditarem em mim.





## AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais Adi e Ilone, que mesmo distante fisicamente estavam presentes em todos os momentos desta caminhada. Obrigada por terem sempre me incentivado e apoiado em cada situação vivida.

À minha irmã Bruna, por ser única e especial em minha vida.

Àquela pessoa especial que me encontrou nesta caminhada e fez minha vida ficar feliz. *‘Que seja eterno enquanto dure, que dure para sempre!’*

Às minhas queridas amigas Graciele, Queli, Simone, Fernanda, Ana Paula, Tânia e Jaqueline e ao meu especial amigo Tchano por estarem sempre presente, me apoiado e me amparado sempre quando precisei.

Ao grupo de Pesquisadores que desenvolveu o projeto de pesquisa do qual esta dissertação é fruto.

À minha orientadora Beatriz, mulher singular! Incansável agente político, que a partir das suas orientações tornou possível esta dissertação. É um privilégio ter sido sua orientanda.

Ao professor Ricardo, e às professoras Helenara e Berenice por suas valiosas contribuições nas bancas de qualificação e defesa. Possuem minha admiração e respeito.

Agradeço imensamente a todos que de uma forma ou outra me apoiaram na superação dos inúmeros entraves vividos neste percurso. Faço minhas as palavras de Humberto Gessinger: *“Já vivi tanta coisa, tenho tantas a viver, tô no meio da estrada e nenhuma derrota vai me vencer. (Ilex Paraguariensis).*



*Bom dia, disse o príncipezinho  
Bom dia, disse o vendedor  
Era um vendedor de pílulas  
aperfeiçoadas que aplacavam a  
sede.*

*Toma-se uma por semana e  
não é mais preciso beber.  
Por que vendes isso?  
perguntou o príncipezinho.  
É uma grande economia de  
tempo, disse o vendedor.  
Os peritos calcularam.*

*A gente ganha cinqüenta e três  
minutos por semana.*

*E o que se faz, então, com os  
cinqüenta e três minutos?*

*O que a gente quiser...*

*Eu, pensou o príncipezinho, se  
tivesse cinqüenta e três minutos  
para gastar, iria caminhando  
passo a passo, mãos no bolso,  
na direção de uma fonte...*

*(Trecho do livro O Pequeno  
Príncipe de Antoine de Saint-  
Exupéry).*



## RESUMO

BERTOLLO, Kathiúça. A contraditória relação entre trabalho e o direito à Assistência Social: um estudo desde a perspectiva Latino-Americana da Dependência. 2011. 185p. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Profa. Beatriz Augusto de Paiva, Dra. Florianópolis, 2012.

Esta dissertação propõe-se a analisar a relação entre a política de assistência social e o trabalho, no contexto das sociedades de capitalismo periférico e dependente, cuja realidade está assentada na superexploração da classe trabalhadora. A partir desta premissa busca-se reconhecer as respostas em termos de política social brasileira, especificamente no campo socioassistencial. Toma-se como *lócus* de estudo o estado de Santa Catarina, buscando reconhecer os aspectos da superexploração na vida da grande massa expropriada e as alternativas de enfrentamento desta realidade pela via da política de assistência social. Contatou-se que os sujeitos de direito estão submetidos às mais diferentes formas de superexploração tais como o trabalho infantil, desemprego, trabalho informal, dupla jornada, entre outras. Para fazer frente a esta realidade a política de assistência social intervém. Verificou-se que em muitas vezes apenas atenua estas formas de superexploração, uma vez que o caráter coercitivo, fiscalizador e clientelista das ações no âmbito dos serviços de proteção básica ainda está presente na concepção e operacionalização das práticas de intervenção. De outra perspectiva, percebe-se que a assistência social, por meio do SUAS, relativamente traz avanços quanto às alternativas de enfrentamento da superexploração, apontando possibilidades de construção de um outro projeto de seguridade social, efetivamente universal. Efetivar a participação popular é a ação primeira para dotar esta política social de um caráter transformador. Nesse sentido, o direito socioassistencial pode caracterizar-se como uma estratégia de fortalecimento da classe trabalhadora no processo de correlação de forças presente na luta pelo excedente socialmente produzido, num esforço de democratização da riqueza em nosso país e região.

**Palavras chave:** superexploração do trabalho, política e direito socioassistencial e serviço social.



## **ABSTRACT**

This dissertation proposes to examine the relationship between social policy and work in the context of societies and dependent peripheral capitalism, whose reality is setting in over-exploitation of the working class. From this premise seeks to recognize the answers in terms of Brazilian social policy, specifically in the field socioassistencial. Take as the locus of study the state of Santa Catarina, seeking to recognize aspects of overexploitation in the life of the great mass expropriated and alternatives to face this reality by way of social assistance policy. It was noted that the subjects of law are subject to different forms of over-exploitation such as child labor, unemployment, informal work, double shifts, among others. To face this reality a social assistance policy intervenes. It was found that many times only attenuates these forms of overexploitation, since the coercive nature, supervisory and patronage of the shares under the protection of basic services is still present in the design and operation of the intervention practices. From another perspective, it is clear that social assistance through the ITS, brings advances in relation to the alternatives of facing overexploitation, indicating a possibility of building another project of social security, effectively universal. To make effective popular participation is the first action is to provide a social policy of transforming character. In this sense, the right socioassistencial can be characterized as a strategy to strengthen the working class in the process of the present correlation of forces in the struggle for socially produced surplus in an effort to democratization of wealth in our country and region.

**Keywords:** over-exploitation of labor, politics and law socioassistencial and social work.





## **LISTA DE ABREVIações**

BPC	– Benefício de Prestação Continuada
CF	– Constituição Federal
CNAS	– Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	– Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	– Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DIAS	– Diretoria de Assistência Social
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	– Estatuto da Criança e Adolescente
FNAS	– Fundo Nacional de Assistência Social
GP	– Grande Porte
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LOAS	– Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
MP	– Médio Porte
NOB-RH/	– Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
SUAS	
PAIF	– Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	– Programa Bolsa Família
PEA	– População Economicamente Ativa
PETI	– Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	– Política Nacional de Assistência Social
PP1	– Pequeno Porte 1
PP2	– Pequeno Porte 2
ONG's	– Organizações Não Governamentais
SC	– Estado de Santa Catarina
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
SST	– Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SC)
TCLE	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios selecionados para realização da pesquisa em cada mesorregião, por nível de habilitação e porte.....	30
Tabela 2: Número de entrevistas realizadas em cada Mesorregião.....	31
Tabela 3: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Grande Florianópolis.....	32
Tabela 4: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Serrana.....	32
Tabela 5: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Sul.....	32
Tabela 6: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião do Vale do Itajaí.....	33
Tabela 7: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Oeste.....	33
Tabela 8: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Norte.....	33
Tabela 9: Sexo dos entrevistados.....	94
Tabela 10: Grau de escolaridade dos entrevistados.....	95
Tabela 11: Custo da mão-de-obra (em US\$) na produção da indústria.....	106
Tabela 12: Distribuição da População Economicamente Ativa no Brasil e em Santa Catarina.....	108



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Municípios Catarinenses por Porte.....	81
Gráfico 2- Municípios Catarinenses por Habilitação de Gestão do SUAS. ....	83
Gráfico 3: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Norte.....	100
Gráfico 4: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Oeste.....	106
Gráfico 5: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Serrana.....	110
Gráfico 6: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Sul. ....	114
Gráfico 7: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião do Vale do Itajaí.....	117
Gráfico 8: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião da Grande Florianópolis. ....	120



## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Municípios catarinenses por Nível de Gestão do SUAS.....	82
Mapa 2: Estado de SC dividido por mesorregiões.....	83





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>2. O TRABALHO NA SOCIEDADE LATINOAMERICANA E O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>35</b>
2.1 CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL: SITUANDO A AMÉRICA LATINA NESTE CONTEXTO.....	36
2.2. A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: CONDIÇÕES PARA A PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA AOS PAÍSES CENTRAIS.....	44
2.3. A POLÍTICA SOCIAL E O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS SOCIEDADES PERIFÉRICAS E DEPENDENTES.....	52
<b>3 A PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL E O SUAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIMENSÕES DO COTIDIANO DA SUPEREXPLORAÇÃO.....</b>	<b>63</b>
3.1 PARÂMETROS DE ANÁLISE SOBRE O SUAS: UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO.....	64
3.2 O LÓCUS DA PESQUISA: ALGUNS DADOS SOBRE SANTA CATARINA.....	80
3.3 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO COTIDIANO E VIDA DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	88
3.4 A SUPEREXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E AS RESPOSTAS EM TERMOS DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	125
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>169</b>
<b>Apêndice A- Instrumental de Pesquisa.....</b>	<b>181</b>
<b>Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Usuários do CRAS.....</b>	<b>184</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo compreender os nexos existentes entre a política de assistência social e a superexploração da classe trabalhadora nas sociedades de capitalismo dependente, considerando um especial conjunto de questões que a pesquisa sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social no Estado de Santa Catarina<sup>1</sup> suscitou. Para tanto, este estudo valeu-se do projeto de pesquisa “*O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva*”, caracterizando-se, portanto, como um sub-projeto desta pesquisa que está atualmente em execução.

A referida pesquisa foi submetida ao *Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq n. 36/2010 – Seleção Pública de Propostas de Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome* e se insere na temática de Assistência Social, especificamente, na linha de investigação “*O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua implantação no contexto federativo do país*”; e possui como instituição responsável pela sua execução a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do grupo de pesquisa “Trabalho e Políticas Sociais na América Latina”, vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Instituto de Estudos Latino-americanos - IELA/UFSC.

Caracteriza-se como um estudo exploratório sobre a proteção básica socioassistencial no território catarinense, cujo objetivo é analisar o desenho da proteção social básica no âmbito do SUAS no estado de Santa Catarina, especialmente no que se refere ao desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), prioritariamente organizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de maneira a atentar sobre as novas modalidades de organização e atendimento da política pública de assistência social.

Ainda, em referência a esta pesquisa faz-se relevante mencionar que é coordenada pela professora Dra. Beatriz Augusto de Paiva, contando com uma equipe técnica composta

---

<sup>1</sup> Compõe juntamente com os estados do Rio Grande do Sul e Paraná a região Sul do Brasil. Sua Capital é Florianópolis. A sua população é de 6.248.436 habitantes. Possui área total de 95.703,487 Km<sup>2</sup>. Possui 293 municípios. Seu IDHM (PNUD) é 0,82. Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 18/10/2011.

por pesquisadores que inclui professores, bolsistas do curso de graduação em serviço social e do programa de pós-graduação em serviço social da UFSC; o que possibilitou minha vinculação como pesquisadora voluntária.

Considerando a amplitude e importância da pesquisa em andamento, optamos por definir como objeto a ser conhecido, debatido, estudado e aprofundado, especificamente nesta dissertação, a relação entre a política de assistência social e a superexploração da classe trabalhadora no estado de Santa Catarina, tema que perpassa de forma difusa boa parte dos debates sobre a construção deste direito de seguridade social no Brasil.

De partida deve-se advertir que é tema de exposição a apreciação das alterações pelas quais a assistência social vem passando. Com a implantação do SUAS, sistema que unifica e padroniza a oferta de serviços em todo o território brasileiro, há muito o que indagar, questionar e compreender; no entanto nos é possível afirmar que este sistema é “*um processo em movimento*”, tal como fazem Couto [et. al] (2010), e que objetiva o acesso a um direito historicamente incompreendido, o direito a assistência social.

Tendo em vista a complexidade do processo de implantação e implementação do SUAS em território nacional, desde os mais distantes rincões até as metrópoles, mas também a sua recente formulação, é perceptível a pouca extensão de estudos e de informações consolidadas acerca da sua apreensão enquanto totalidade concreta. No estado de Santa Catarina esta situação não é diferente.

No que diz respeito ao debate sobre o mundo do trabalho é incontestável que as inúmeras alterações que aconteceram a partir das últimas três décadas do século XX até os dias presentes em muito alteram as condições de vida da classe trabalhadora, não só na esfera da produção, mas também no campo da reprodução social. O que se verificou, neste período, foi a reorganização deste contexto a partir de preceitos emanados do projeto capitalista neoliberal.

Alterações que repercutem direta e avassaladoramente no cotidiano e vida da classe trabalhadora, uma vez que provocam alterações significativas nas garantias trabalhistas, postos de trabalho, formas de produção, organização sindical, saúde do trabalhador entre tantos outros aspectos, e que também acabam

incidindo sobre as políticas sociais, principalmente na assistencial social.

É sabido que o desenho geral da política socioassistencial, não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, é permeado de contradições; e, considerando este pressuposto, adotamos a compreensão de que o significado sócio-histórico da política social deve ser o da satisfação das *necessidades básicas* da população. (PEREIRA, 2001).

As políticas sociais se inscrevem no campo da reprodução social; terreno repleto de contradições. Se, por um lado, representa o apaziguamento e amortecimento do conflito social, por outro, representa espaço de lutas e conquistas sociais em busca da satisfação das necessidades e efetivação dos direitos das maiorias.

É nesse contexto contraditório em que as esferas da produção de valor e da reprodução da vida social influenciam-se mutuamente, e aonde obrigatoriamente a assistência social se localiza na sociedade capitalista.

No Brasil a política de assistência social é concebida na Carta Magna de 1988 como política pública de direito a qual compõe o tripé da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social, e é regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Atualmente, estrutura-se a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 que alterou e complementou a organização da assistência social conforme aparecia na LOAS inicialmente.

Entramos no século XXI com inúmeros desafios no que concernem ao panorama das políticas sociais e do mundo do trabalho. Trazemos na bagagem, nesta transição de um século para outro, a movimentação histórica dos sujeitos sociais na luta para conquistar, garantir e efetivar direitos, e também, os contragolpes sofridos nesse percurso, advindos das forças socialmente dominantes.

Diante disso, compreendemos ser relevante a realização de estudos que objetivam a apreensão destes fenômenos e, conseqüentemente, que objetivem contribuir na construção do percurso a uma sociedade mais justa social e economicamente. Buscando compreender estes processos em curso e os nexos existentes entre si e, ainda, visando contribuir nesta empreitada

de produção do conhecimento a partir da realidade concreta, é que esta dissertação justifica sua elaboração.

O trabalho em tela está composto em outras duas sessões. Na segunda sessão analisa-se a realidade do continente latino americano. Realidade que é de submissão ao centro do capitalismo mundial, desde sua colonização até os dias presentes em que a grande massa de trabalhadores é submetida a condições de superexploração do trabalho. Portanto, nesta sessão também será analisada a forma como se constituem e desenvolvem as políticas sociais na América Latina. Na terceira sessão a reflexão volta-se para a análise dos dados empíricos.

No item 3.1 aborda-se sobre a política de assistência social e seu reordenamento a partir do que o SUAS propõe. Em seguida discutem-se as evidências da superexploração na vida da classe trabalhadora, usuária da política de assistência social e, por fim, no último item deste capítulo são debatidas e analisadas, a partir das falas dos sujeitos entrevistados, as respostas que esta política social vem dando ao que se refere ao enfrentamento e confisco dos direitos e agravamento das condições de vida da classe trabalhadora.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais, em que apresentamos os nossos apontamentos finais ao que esta dissertação propôs-se a realizar: Análise e problematização acerca da relação entre assistência social e trabalho nas sociedades de capitalismo dependente.

Nesse sentido, considera-se que *“toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente”* (MARX, 1985, Livro III, Tomo 2, p. 271), e, portanto, esta dissertação adota a perspectiva crítico-dialética, embasada na teoria marxista, para desde a realidade latino-americana buscar a compreensão da mesma, iluminando ao mesmo tempo a interpretação e análise dos dados da pesquisa empírica, num esforço coletivo de contribuir na produção do conhecimento sobre a política de assistência social e de forma indireta sobre o serviço social como profissão, dada sua notória vinculação com esta área e sua trajetória tão recente e singular como responsabilidade republicana e direito social.

Objetiva-se com tal aporte teórico analisar e compreender a realidade concreta do continente latino americano histórica e

estruturalmente dependente frente às economias de capitalismo central e à dinâmica do capitalismo mundial.

Dessa forma, busca-se abarcar as dimensões teórica e empírica deste estudo, articulando aspectos centrais e específicos do tema e objeto, numa perspectiva de totalidade. Vale-se, portanto, de estudo teórico da bibliografia pertinente, cujos autores são referência na área em questão. Além, disso, também são utilizadas, para embasamento analítico, as legislações e normativas pertinentes, tais como: Constituição Federal de 1988, LOAS de 1993 e sua alteração aprovada em 2011 (Lei 12.435 de 06 de julho de 2011), a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) de 2004, a Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais de 2009, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/ SUAS) de 2005, dentre outras.

Também, apresenta análises de dados e fontes documentais de natureza quantitativas e empírico-descritivas, os quais são elevados no nível conceitual, e articulados à luz do referencial teórico estudado. Neste caso, serão consultadas, analisadas e utilizadas informações obtidas junto à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina (SST) e, ainda, de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e, por fim, para estudo empírico da problemática delimitada, também serão consideradas as entrevistas realizadas no âmbito do projeto de pesquisa já mencionado *“O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva”*.

Convém esclarecer como foi tratado o campo empírico desta dissertação. Inicialmente foi considerada a subdivisão do estado de Santa Catarina em seis mesorregiões, sendo: Sul, Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Serrana e Oeste. A tabela a seguir considera esta subdivisão e apresenta os municípios selecionados em cada mesorregião a partir do nível de habilitação de gestão do SUAS<sup>2</sup> e o porte de cada um deles.

---

<sup>2</sup> Fonte das informações de Habilitação de Gestão do SUAS dos municípios: MDS (2010).

Tabela 1: Municípios selecionados para realização da pesquisa em cada mesorregião, por nível de habilitação e porte.

<b>Mesorregião</b>	<b>Municípios</b>	<b>Porte</b>	<b>Habilitação</b>
<b>Norte Catarinense</b>	Joinville	Grande	Plena
	São Bento do Sul	Médio	Básica
	Araquari	Pequeno Porte II	Básica
	Papanduva	Pequeno Porte I	Básica
<b>Oeste Catarinense</b>	Chapecó	Grande	Plena
	Caçador	Médio	Básica
	Fraiburgo	Pequeno Porte II	Básica
	Dionísio Cerqueira	Pequeno Porte I	Básica
<b>Vale do Itajaí</b>	Itajaí	Grande	Plena
	Navegantes	Médio	Básica
	Itapema	Pequeno Porte II	Básica
	Taió	Pequeno Porte I	Básica
<b>Sul Catarinense</b>	Criciúma	Grande	Plena
	Araranguá	Médio	Básica
	Imbituba	Pequeno Porte II	Básica
	Jaguaruna	Pequeno Porte I	Básica
<b>Serrana</b>	Lages	Grande	Plena
	não possui	Médio	-
	Curitibanos	Pequeno Porte II	Básica
	São José do Cerrito	Pequeno Porte I	Básica
<b>Grande Florianópolis</b>	Florianópolis	Grande	Plena
	Biguaçu	Médio	Básica
	São João Batista	Pequeno Porte II	Básica
	Canelinha	Pequeno Porte I	Básica

A partir deste recorte para coleta dos dados empíricos, convém ressaltar que a pesquisa do qual esta dissertação é fruto, realizou entrevistas com os seguintes sujeitos: Coordenador do CRAS, Assistente Social, Psicólogo ou outro profissional da equipe e usuários do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Todos os procedimentos da ética para pesquisa com seres humanos foram devidamente realizados.

Como recorte analítico, esta dissertação utiliza-se e analisa os dados coletados apenas nas entrevistas aplicadas aos sujeitos de direitos ou usuários da política de assistência social nos CRAS dos municípios selecionados. Para tanto foi aplicada a estes sujeitos uma entrevista semi-estruturada, cujo roteiro



combinou perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado possuía liberdade para discorrer sobre o tema proposto. Vale ressaltar que tais entrevistas foram transcritas e as falas nelas contidas serviram de base para esta dissertação. Todo o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, seguindo rigorosamente a legislação que rege a área.

A tabela abaixo demonstra o número de entrevistas realizadas em cada mesorregião do estado de SC.

**Tabela 2: Número de entrevistas realizadas em cada mesorregião**

<b>Mesorregião</b>	<b>Número de entrevistas realizadas</b>
Região Norte	25
Região Sul	19
Região do Vale do Itajaí	24
Grande Florianópolis	17
Região Oeste	26
Região Serrana	24
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>

Pode-se perceber que o número de entrevistas variou em cada uma das mesorregiões; isto se justifica haja vista o aparecimento de fatores que dificultaram ou mesmo impossibilitaram a sua realização<sup>3</sup>. A distribuição da amostra por sujeito entrevistado em cada mesorregião ficou assim definida:

<sup>3</sup> Convém esclarecer que a Mesorregião da Grande Florianópolis foi a que menos teve usuários entrevistados, uma vez que no dia agendado para a realização da coleta de dados em um dos municípios selecionados, nenhum usuário compareceu ao CRAS e também não havia nenhuma atividade programada com os usuários naquele dia.

Tabela 3: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Grande Florianópolis.

Mesorregião	Município	Porte	Usuários	Coord.	Assistente Social	Psicólogo	Outro	Total
Grande Florianópolis	Florianópolis	Grande	3	1	1	1	-	6
	Biguaçu	Médio	3	1	1	-	-	5
	São João Batista	Pequeno II	-	-	1	-	-	1
	Canelinha	Pequeno I	3	1	1	-	-	5

Tabela 4: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Serrana.

Mesorregião	Município	Porte	Usuários	Coord	Assistente Social	Psicólogo	Outro	Total
Região Serrana	Lages	Grande	4	1	1	1	-	7
	Curitiba	Pequeno II	3	1	1	-	-	5
	São José do Cerrito	Pequeno I	5	1	1	-	-	7

Tabela 5: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Sul.

Mesorregião	Município	Porte	Usuários	Coord	Assistente Social	Psicólogo	Outro	Total
Região Sul	Criciúma	Grande	4	1	-	1	1	7
	Araquari	Médio	3	1	1	1	-	6
	Imbituba	Pequeno II	4	1	1	-	-	6
	Jaguaruna	Pequeno I	4	1	-	-	-	5

Tabela 6: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião do Vale do Itajaí.

Mesorregião	Município	Porte	Usuários	Coord	Assistente Social	Psicólogo	Outro	Total
Região do Vale do Itajaí	Itajaí	Grande	4	1	-	1	-	6
	Navegantes	Médio	4	1	1	1	-	7
	Itapema	Pequeno II	2	1	1	-	-	4
	Taió	Pequeno I	4	1		1	1	7

Tabela 7: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Oeste.

Mesorregião	Município	Porte	Usuários	Coord	Assistente Social	Psicólogo	Outro	Total
Região Oeste	Chapecó	Grande	4	1	1	1		7
	Caçador	Médio	3	-	1	1	-	5
	Fraiburgo	Pequeno II	4	1		1	-	6
	Dionísio Cerqueira	Pequeno I	5	1	1	1	-	8

Tabela 8: Distribuição da amostra por número de entrevistas realizadas na mesorregião da Região Norte.

Mesorregião	Município	Porte	Usuários	Coord	Assistente Social	Psicólogo	Outro	Total
Região Norte	Joinville	Grande	4	1	1	1	-	7
	Araquari	Pequeno II	4	1	1	-	1	7
	São Bento do Sul	Médio	4	1	1	-	-	6
	Papanduva	Pequeno I	4	1	-	-	-	5

As tabelas acima possibilitam compreender como a amostragem total de sujeitos entrevistados ficou estabelecida. Diante desse quadro utilizamos o total de 82 entrevistas, que foram analisadas e serviram de base para o conhecimento da realidade vivenciada pelos usuários da política de assistência social no estado de SC, as quais são apresentadas e analisadas nos itens 3.3 e 3.4 desta dissertação.

A fim de preservar o anonimato dos sujeitos da pesquisa, adotamos como forma de apresentação das falas selecionadas a metodologia de identificação das regiões por uma cor e cada usuário a ela pertencente será representado pela letra 'U' seguida de uma numeração.

Para conduzirmos este processo de análise foi tomada como premissa uma afirmação de Ruy Mauro Marini (2005, p. 235) que nos guiou neste percurso de estudo, deciframento e conhecimento da realidade: "A ciência não é um conjunto de procedimentos destinados a embelezar ou escamotear a realidade. Cabe à ciência lidar com fatos, embora isso implique perder a elegância e sujar as mãos". É, considerando este dizer, que esta dissertação busca contribuir com a reflexão mais concreta sobre os desafios da política de assistência social, especialmente em Santa Catarina.

Para tanto, propomos como devolutiva e socialização desta dissertação, a realização de uma atividade que comporá o evento geral de retorno ao órgão gestor estadual e aos municípios que integraram a pesquisa "*O SUAS em Santa Catarina: O processo de implantação da proteção social básica em perspectiva*"; e, também, objetivando uma forma de propagar o conhecimento analisado e produzido, apresentamos como alvitre de devolutiva aos sujeitos de direitos, a elaboração e distribuição de material didático/explicativo a fim de criar e fortalecer canais de diálogo entre pesquisadores/instituição de ensino e a classe trabalhadora que convive cotidianamente com o confisco dos seus direitos mais elementares, mas que são e devem ser considerados e reconhecidos efetivamente como sujeitos de direitos.

## **2. O TRABALHO NA SOCIEDADE LATINOAMERICANA E O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nesta sessão buscaremos apontar sobre a realidade do continente latino americano. Realidade, que é de submissão ao centro do capitalismo mundial, desde sua colonização até os dias presentes. Para tanto nos utilizamos de autores cujo marco teórico é o pensamento genuinamente latino americano embasado no materialismo dialético.

Objetivando apontar a especificidade deste continente recorreremos ainda à obra de Eduardo Galeano, por considerá-la uma expressiva narrativa do destino dilemático deste continente tão rico e tão explorado.

Destarte, está assim estruturada esta primeira sessão: inicialmente abordaremos acerca do continente latino americano a partir de sua inserção periférica e dependente ao capitalismo mundial, o que evidencia de forma ainda mais dramática as expressões da questão social nestas terras.

Por compreender que o fundamento da questão social na América Latina é a superexploração do trabalho, abordaremos esta situação no segundo item desta sessão. Buscaremos apontar os fundamentos e as características deste processo no qual a classe trabalhadora e subalterna está historicamente submetida.

Em seguida, no último item que compõe esta sessão, abordamos a política social e o direito à assistência social nas sociedades periféricas e dependentes, por compreender que as políticas sociais podem se tornar o contraponto de resistência e enfrentamento às perversidades que o sistema capitalista impõe a estes povos.

Com este debate objetivamos embasar teoricamente a discussão acerca dos dados empíricos que será abordada na segunda sessão desta dissertação.

## 2.1 CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO SOCIAL: SITUANDO A AMÉRICA LATINA NESTE CONTEXTO

A pobreza não está escrita nos astros; o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus. As classes dominantes põem as barbas de molho, e ao mesmo tempo anunciam o inferno para todos. GALEANO (2004, p. 19).

Explicar as especificidades da política social no continente Latino-Americano requer inicialmente uma análise pautada no conhecimento crítico desde os marcos do capitalismo periférico. Requer situá-lo à lógica mundial de acumulação capitalista, considerando que o lugar a este relegado é o da *dependência* econômica e consequente dominação nos aspectos políticos, culturais e sociais.

Nas palavras de Ribeiro (1978, p. 181), "(...) as nações latino-americanas configuram sociedades estruturalmente deformadas porque já nasceram subalternizadas e jamais foram ordenadas para servir a seus próprios povos".

Ainda, reitera tal concepção afirmando que:

Quanto mais capitalistas se faziam, mais dependentes se tornavam de novos focos de poder, as classes dominantes ibéricas e latino-americanas não puderam promover o desenvolvimento e jamais chegaram a transfigurar-se em burguesias autonomistas e renovadoras. Permaneceram sempre consulares como representações nativas de interesses exógenos. (RIBEIRO, 1978, p.102)

A lógica da *dependência* a qual os países latino-americanos ou periféricos foram historicamente submetidos aponta para uma relação de dominação junto aos países centrais, ou seja, o que ocorre é um antagonismo que contraditoriamente se complementa, e que constitui em nível mundial a lógica de acumulação do capital. Reforça esta

constatação as palavras de Galeano (2004, p. 13) em seu célebre livro *‘As veias abertas da América Latina’*:

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os.

Nesse sentido, considerar a condição histórica dos países da América Latina requer perceber que as particularidades do modo de produção e reprodução da realidade social e do capital são distintas entre países do norte e sul do continente e destes últimos para com os seus países colonizadores.

A subordinação a que os países periféricos estão submetidos pela lógica do capitalismo em esfera mundial, impõe à população trabalhadora latino-americana uma condição de *superexploração*<sup>4</sup> da mão-de-obra (Marini, 2005), o que gera de modo crescente e evidente o pauperismo de grande parcela da

---

<sup>4</sup> A superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de suas produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (Marini, 2005, p. 189)

população, agravando e perpetuando ainda mais a condição de dependência e subdesenvolvimento.

Nessa lógica, é perceptível que, ao passo que o subdesenvolvimento é a característica de alguns países, é também condição necessária para que se perpetue a condição de países desenvolvidos em outras nações. Segundo o pensamento de Fernandes (1998) o que ocorre é que mesmo após a independência perpetuaram-se as formas de dominação e subordinação dos países periféricos aos centrais.

Em outros termos e nos valendo da bela metáfora de Galeano (2004, p. 14) é possível afirmar que “É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder.”

Considerando a condição latino-americana de dependência Ruy Mauro Marini traz uma importante análise da realidade brasileira em seu texto *Dialética da Dependência*, datado de 1973. Neste, ao abordar a questão de subalternidade histórica do Brasil, é dito que:

O fato de que a burguesia brasileira, finalmente, aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e decidiu intensificar a capitalização, rebaixando ainda mais o nível de vida popular e concentrando em suas mãos o capital disperso na pequena e média burguesia, tem sérias implicações políticas. (MARINI, 2000, p. 47).

Ainda, esse mesmo autor segue afirmando,

O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira para a aceitação consciente de sua integração ao imperialismo norte-americano, evolução que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves conseqüências para a América Latina. (MARINI, 2000, p. 61).



Em outras palavras Galeano (2004, p. 14) ressalta: “Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos.” Nessa mesma lógica Marini, (2000, p. 70) segue afirmando “o que se colocou assim foi a expansão imperialista do Brasil, na América Latina, que corresponde na verdade a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano (...)”.

Afirma também que a penetração do capital imperialista apresentou três características principais, foram elas:

Dirigiu-se quase na sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; processou-se sob a forma de introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e se realizou em grande parte através da associação de companhias norte-americanas com empresas brasileiras. (MARINI, 2000, p. 87)

Nessa lógica, o desenvolvimento industrial capitalista foi o que prolongou no Brasil o velho sistema semicolonial de exportação, haja vista a necessidade de proporcionar um *sobre-lucro* a seu sócio maior norte-americano, ou seja, a saída diante de tal condição de dependência foi agravar violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 2000).

Ao que diz respeito à expansão do capitalismo mundial Marini segue afirmando:

(...) a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, que se expressa hoje de maneira mais evidente na internacionalização da exportação de capitais e na subordinação tecnológica dos países mais fracos. (MARINI, 2000, p. 47).

Compreende-se, a partir de tais afirmações, que as relações entre países colonizadores e países latino-americanos historicamente se deram de forma antagônica, contraditória e desigual. Ou seja, apropriação de capital, riquezas naturais, produtos alimentícios, e principalmente de força de trabalho a baixo custo por parte das economias dominantes, e, às economias latino-americanas, é relegado a situação de pauperismo, sucateamento e exploração. Ressalta-se que essa situação recebeu contribuição da burguesia nacional para sua efetivação e perpetuação.

Segundo Ribeiro (1978):

São notórios os resultados nocivos destas atividades por seu caráter espoliativo, por sua natureza predatória e pela subalternidade em que colocam as economias latino-americanas com respeito aos mercados externos privilegiados. Elas geram, porém, os mais altos lucros registrados na história econômica assumindo, por isto, vital importância para os países cênicos. (RIBEIRO, 1978, p. 126).

Considerando essa lógica de sociedade organizada a partir dos preceitos do capital, resgatamos as palavras de Netto (2001, p. 46) onde ele nos diz que a questão social “tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital”. Concordando com tal afirmação e diante do que foi exposto neste item, apresentamos uma afirmação na qual as autoras nos dizem que:

[...] do ponto de vista genuinamente latino-americano, na medida em que a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo, através de uma maior exploração do trabalhador, ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente cria de modo crescente o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo, desta forma, a chamada *questão social* sob a qual o serviço social vai intervir. (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2009, p. 43).

Tomada criticamente a história dos países latino-americanos é permeada e demarcada pela via da dependência, expropriação e subalternidade, desenho possível uma vez que acontece a incorporação dos preceitos do capitalismo, efetivando a sua contradição elementar e razão de perpetuação: O conflito entre capital X trabalho e, conseqüentemente, a exploração da classe trabalhadora, porém, com características especiais, haja vista que:

[...] o reconhecimento de direitos reprodutivos dos ou para os subalternos, os chamados “direitos sociais”, em muitos casos contrariava os clássicos fundamentos liberais da burguesia limitados à sagrada inviolabilidade do privado. (ABREU, 2008, p.159).

Situada no permanente conflito entre capital X trabalho, em que classes sociais disputam a hegemonia de projetos societários distintos, a questão social deve ser compreendida e tratada como a contradição fundamental gerada pelo modo de produção capitalista. É no contexto de produção e redistribuição desigual das riquezas socialmente produzidas que ela se gesta. Paiva, Rocha, Carraro (2009, p. 44) nos dizem que:

Sob uma perspectiva crítica, a chamada *questão social* deve ser compreendida como parte constitutiva das relações sociais no modo de produção capitalista, considerando que está intimamente relacionada com as configurações assumidas pelo trabalho e, deste modo, situada em um terreno de disputa das classes sociais e de seus projetos societários antagônicos.

Netto (2001, p. 45) afirma que “A análise de conjunto que Marx oferece n’O capital revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração”.

Iamamoto (2001, p. 40) reforça essa afirmação dizendo que:

A força de trabalho é uma potência que só se exterioriza em contato com os meios de produção; só sendo consumida, ela cria valor. O consumo da força de trabalho pertence ao capitalista, do mesmo modo que lhe pertencem os meios de produção. Assim é que o trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho.

Nas palavras de Marx “Quanto mais crescem a miséria dentro da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, mais cresce o pauperismo oficial”. (K. Marx *apud* Iamamoto, 2001, p. 62).

Iamamoto (2001, p. 62), utilizando-se do raciocínio de Marx, afirma que “a acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital”. Ainda, nessa mesma perspectiva segue afirmando:

A premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais. (IAMAMOTO 2001, p. 10).

Tal contexto remete a classe trabalhadora a situações de extremas e perversas contradições no processo de acumulação capitalista, tais como a superexploração, a qual abrange situações como: desemprego estrutural, subemprego, informalidade, aumento da jornada de trabalho, baixa remuneração, entre tantas outras.

Sendo assim, “a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é aprendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do

desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. (IAMAMOTO, 2001, p.10).

Pensar a produção de capital implica em pensar a reprodução das relações de dominação e exploração a qual submete-se a classe trabalhadora no contexto do modo de produção capitalista. Nessa lógica,

[...] o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho. A produção capitalista supõe a cooperação em larga escala e a concentração e centralização dos meios de produção com que se defronta o trabalhador como uma propriedade alheia. Ao capitalista e/ou a seus prepostos cabe, portanto, a função de direção e vigilância do trabalhador coletivo, seja garantindo o emprego racional dos meios de produção para evitar desperdícios, seja garantindo a maior intensidade possível de exploração da força de trabalho. (IAMAMOTO, 2001, p. 40).

Marx (2011, I, p. 269) afirma que “o valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la”. Percebe-se, portanto, que é o próprio trabalhador, ao vender sua força de trabalho - que o faz como meio de subsistência-, que cria e reproduz a perpetuação de sua condição de dominação/exploração.

Utilizando-se das palavras de Iamamoto (2001, p. 65-66) compreende-se que:

[...] a lei geral da acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade – a classe capitalista – inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como uma riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital.

Considerando a situação de dependência da América Latina, em que prevalecem relações econômicas desiguais com

os países centrais, surge como alternativa ao processo de perda de mais-valia<sup>5</sup>, o aumento da intensidade do trabalho, ou seja, uma maior exploração do trabalhador.

Marini (2005, p. 156) nos diz acerca dessa situação que “o efeito do intercâmbio desigual é – na medida em que lhe coloca obstáculos à sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente”.

“(...) a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” são apresentados por Marini (2005, p. 156) como os mecanismos que fundamentam e sustentam a superexploração do trabalhador. Confirma-se nesse contexto, a vulnerabilização e exploração do trabalhador no processo de venda da mão-de-obra. Situação comum em relações capitalistas de produção, haja vista que as mesmas pressupõem “a apropriação direta da força de trabalho e não apenas dos produtos do trabalho”. MARINI (2005, p. 157).

Afirma-se, portanto, que a dependência da América Latina em relação aos países centrais está fundada na acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, que para tanto teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador.

## 2.2. A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: CONDIÇÕES PARA A PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA AOS PAÍSES CENTRAIS

Reportando-nos ao continente Latino Americano podemos afirmar que a superexploração do trabalho enfatizada nas duas últimas décadas do século XX reafirmou a premissa do trabalho enquanto categoria ontológica central da sociabilidade humana. Mais do que nunca o capital a fim de desenvolver-se requisita o trabalho humano, e este na condição de superexplorado, objetivando a geração de super lucros.

Considera-se, portanto, que a superexploração do trabalho, assim como evidenciou Marini (2005) em seu texto

---

<sup>5</sup> A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho. MARX (2011, I, p. 231).

'Dialética da Dependência', representa o processo de violação da força de trabalho, uma vez que o grau de exploração a que o trabalhador está submetido não respeita nem o próprio valor da força de trabalho.

Nesse contexto, consideramos relevante, antes de proceder à discussão acerca da superexploração do trabalho na América Latina, discorrer acerca da concepção de trabalho em Marx. É sabido que este revolucionário do século XIX em sua renomada obra 'O Capital' problematiza sobre o modo de produção capitalista, como o capital se produz e reproduz e, neste debate, o trabalho aparece enquanto categoria central, uma vez que:

O trabalho, como criador de valor-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade-, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 2011, I, p. 64-65).

Partindo desse pressuposto podemos perceber que o trabalho é compreendido como algo essencial à reprodução da espécie humana. Marx (2011) assim define o trabalho:

É um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos-, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2011, I, p. 211).

A partir do acima exposto podemos compreender que ao modificar a natureza o homem também modifica a si mesmo, o que faz com que o processo de trabalho seja compreendido como algo complexo e além da mera execução das ações. No entanto ao ser apropriado pelo modo de produção capitalista o trabalho perde sua essência natural e torna-se alienado-estranhado, uma vez que, para a produção da mais valia é requisito primeiro a compra da força de trabalho<sup>6</sup> do homem.

Quando acontece a subordinação do trabalho ao capital, o produto produzido nesta relação é de propriedade do capitalista e não de quem a produziu - o trabalhador, ou seja:

Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. (MARX, 2011, I, p. 219).

É nesta relação de compra e venda da força de trabalho para produção de mercadorias que se processa a exploração do trabalhador sob os ordenamentos do modo de produção capitalista.

Considerando este processo é possível afirmar que nas últimas três décadas do século XX, acirram-se as alterações no mundo do trabalho. Estas incidem e repercutem diretamente sobre a classe trabalhadora de forma negativa, vulnerabilizando-a ainda mais perante o Capital e suas formas de produção e reprodução.

Sotelo, (2009, p. 141) afirma que:

Os novos paradigmas do trabalho (neofordismo, neotaylorismo, reengenharia, toyotismo), os processos de flexibilização do

---

<sup>6</sup> Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie. (MARX, 2011, I, p. 197).



trabalho e de subcontratação, assim como as reformas trabalhistas que na América Latina os acompanharam, não se estabelecem para superar essa relação negativa emprego-produto, mas para reforçá-la e projetá-la numa escala superior de exploração, organização e acumulação primitiva de capital no contorno do padrão dependente neoliberal e da superexploração do trabalho.

Processos como a globalização - mundialização do capital, transposição de barreiras territoriais, capital financeiro especulativo, empresas – corporações multinacionais e sua influência na economia das nações, avanços tecnológicos, principalmente no setor da informática, acentuam as vulnerabilidades sofridas pela classe trabalhadora nesta atual fase imperialista do capitalismo.

Este mesmo autor, ainda afirma que para as Nações que não conseguirem acompanhar de forma competitiva tais processos está relegado o fracasso e desvinculação desse sistema internacional.

Sentença que já sofrem países e regiões inteiras da África e da América Latina, sobretudo as que não contam com ditas vantagens para enfrentar e sobreviver à concorrência, de modo que se encontram relegados a especializar seus aparatos produtivos e exploradores, mesmo que à custa de sacrificar o desenvolvimento econômico e social de sua população. (SOTELO, 2009, p.136).

Tal afirmação reforça o que já foi exposto anteriormente, ou seja, tais fenômenos presenciados na contemporaneidade são reflexos da perpetuação do ciclo de acumulação do capital que reproduz a contradição entre nações dominantes e dominadas.

A constatação lamentável é que, a partir do momento em que a resposta dada pelas economias desfavorecidas pela troca desigual é a constituição de um modo de produção que cuja base é uma maior exploração do trabalhador e o desenvolvimento de sua capacidade produtiva, se concretiza uma alternativa que, ao invés de se contrapor a este modelo de exploração das economias subdesenvolvidas, acaba fortalecendo-o. (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2009, p. 46).

Fenômeno este vivenciado nas nações Latino-Americanas, devido a posicionamentos autoritários e conservadores das elites dirigentes, desde os primórdios da colonização até os dias presentes que, ao reproduzirem o que lhes é proposto por países capitalistas estrangeiros garantem-se no seu lugar de dominantes sem possibilitar nem vislumbrar um horizonte possível de emancipação de suas nações, mas sim apenas de continuidade da relação que é favorável a poucos.

O que ocorre é a garantia da perpetuação do favorecimento a uma minoria historicamente privilegiada nacional e internacionalmente, enquanto muitos são desfavorecidos, expropriados de seus direitos mais elementares; justamente para que tal situação se concretize. Ou seja, desenvolve-se e perpetua-se um desenvolvimento capitalista periférico nos marcos da dependência econômica.

Netto (2006, p. 143) nos diz que:

Na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, *os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes.* (Grifos do autor).

Percebemos, que no âmbito da correlação de forças, ou seja, da luta de classe, pode acontecer o fortalecimento e enraizamento do capital nos mais variados espaços territoriais,

principalmente naqueles com organização social e trabalhista fragilizada. Nesse sentido, as redefinições que ocorrem a partir dessa efetivação do ideário neoliberal em muito agravam as condições de vida e de sobrevivência da classe trabalhadora nos países latino-americanos. Como parte deste mesmo processo contraditório, vemos o enxugamento das garantias e direitos trabalhistas, a precarização dos sistemas de proteção coletiva do trabalhador, fenômenos como a instabilidade e flexibilização das condições e dos postos de trabalho.

De outra perspectiva, acreditamos no potencial mobilizador das massas. Compreendemos que com a efetiva participação da classe trabalhadora pode-se firmar seu posicionamento em defesa dos direitos sociais, políticos, culturais e econômicos. Concordamos que é somente via participação popular que é possível fazer frente a esta onda de ataque capitalista/neoliberal e em defesa de condições dignas de sobrevivência.

Resgatamos o que IAMAMOTO (2006, p. 162) diz acerca dessa situação:

A mistificação inerente ao capital, enquanto relação social alienada que monopoliza os frutos do trabalho coletivo, obscurece a fonte criadora que anima o processo de acumulação em uma escala exponencial no cenário mundial: o universo do trabalho. Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia mais restrito e seletivo, que lhes permita produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem, com isso, as desigualdades e, com elas, o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais.

Podemos nos utilizar das palavras de SOTELO (2009 p. 167) para compreender que “[...] ambos, capital e trabalho, não podem existir separadamente, e somente se configuram tal como são dentro do sistema de exploração e dominação”.

Situação esta que se apresenta sob a forma de trabalho informal, precarizado, desprotegido, flexível, despolitizado. Que,

conforme afirma FRIORI (2001 *apud* SOTELO 2009, p. 153) nada mais é do que o processo em que:

Esses milhares de desempregados seguem ligados ao mesmo “paradigma do trabalho”, mas agora como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e cada vez mais alheios do mundo das organizações sindicais. Uma transformação social gigantesca, que não foi resultado natural nem benéfico das novas tecnologias de informação; foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970.

Em tempo de crises mundiais o que era latente, evidenciase e acirra a contradição histórica entre burguesia e proletariado. Tornou-se ainda mais visível que as atuais investidas do capital sobre o trabalho vulnerabilizam a condição de vida da classe trabalhadora, que possui como única forma de sobrevivência a venda de sua mão-de-obra conforme requer o modelo capitalista de produção.

Nesse contexto, as novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho, enfatizadas pela ampliação da jornada de trabalho, flexibilização, desregulamentação dos direitos conquistados coletivamente, dentre outros que apenas reforçam o que afirma (NETTO, 2001, p. 47), ou seja, que “a conjunção ‘globalização’ mais ‘neoliberalismo’ veio para mostrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum compromisso social”.

Ao que se refere ao capitalismo latino-americano, consideramos que merece destaque o que Marini (2005, p. 138) afirma:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas

chamadas avançadas. É por isso que mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.

Nesse sentido, queremos enfatizar que, o que ocorre nas nações de capitalismo avançado, ou seja, essa desregulamentação do mundo do trabalho com suas inúmeras consequências desastrosas ao trabalhador, no continente latino-americano é parte constituinte da sua história. História que não deixa muitas alternativas à classe trabalhadora, a não ser, enquanto sujeito histórico, o enfrentamento desta perversa realidade via luta de classe, muitas vezes via confronto direto com a elite dominante, no anseio de ter acesso ao que lhe é de direito.

Nas palavras de SOTELO (2009, p. 184) “Na lógica da imposição do mercado como motor do desenvolvimento capitalista, o neoliberalismo desmontou os processos ligados à reprodução da força de trabalho, para convertê-la em força de trabalho flexível, polivalente e precária”.

Nesse contexto de ausência de reformas estruturais, de exploração, submissão, de fragilização dos direitos sociais e trabalhistas, de precarização do público em detrimento ao privado, situa-se a condição histórica de subalternidade do continente Latino-Americano, o que reafirma a premissa de que “as relações industriais e de trabalho na América Latina se desenvolvem bloqueando qualquer ambiente de melhoramento das condições de trabalho e de vida nessas sociedades.” (SOTELO, 2009, p. 186)

Dessa forma o que prevalece é a desregulamentação do mundo do trabalho, flexibilizando, vulnerabilizando e aprofundando o regime de exploração da classe trabalhadora e subalterna. Esta é a base sobre a qual o capitalismo vem se firmando e segmentando cada vez mais o mundo do trabalho na contemporaneidade.

Reportando tal afirmação à América Latina, contexto caracterizado por possuir uma economia dependente,

fundamentada na situação de superexploração do trabalhador, podemos perceber que estas são condições necessárias para que o capital se perpetue/fortaleça a nível mundial.

Marx (2011) narra com maestria a cena que se tornou rotineira quando fala-se da sociedade baseada no capital e no trabalho assalariado e das relações dela oriundas:

O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força do trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado. Marx (2011, I, p. 206).

### 2.3. A POLÍTICA SOCIAL E O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS SOCIEDADES PERIFÉRICAS E DEPENDENTES

Partimos do pressuposto de que “o conceito de *dependência* é central na elaboração de políticas sociais como também na interpretação de qualquer aspecto da vida social que se pretenda concreto relativamente às condições de vida dos povos latino-americanos.” (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 167).

Sendo assim, as políticas sociais podem ser compreendidas, de um lado, como parte do processo de luta por direitos, oriundo nas reivindicações destes mesmos sujeitos historicamente dominados, e de outro, como intervenções do Estado perante os dilemas das classes trabalhadora e subalterna, uma vez que, como dizem estes mesmos autores

O movimento conflituoso e contraditório que coloca permanentemente em xeque a hegemonia do capital em seu conjunto exigiu a modificação da intervenção estatal na economia, no sentido de que fosse administrado o processo de acumulação emergente e as implicações sociopolíticas que daí decorressem. (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 168).

A partir desse mesmo prisma analítico, PAIVA, ROCHA, CARRARO (2009, p.21) nos dizem, acerca dos países Latino-Americanos, o seguinte:

Neles a realidade periférica e dependente, nos marcos da modernização capitalista em escala global, engendra padrões e regulações bastante distintas dos países centrais, distinção esta que repõem em escala ampliada as contradições da sociedade de classes e, nessa medida, obstáculos e desafios ímpares para luta pelos direitos sociais e sua tradução em termos de políticas públicas.

É neste terreno marcado pela correlação de forças antagônicas que se processa o desafio de lutar por direitos sociais. Apropriar-se do excedente<sup>7</sup> socialmente produzido e convertê-lo em políticas sociais, com garantia de acesso a bens e serviços às massas é processo altamente contraditório. Ao passo que crescem as dificuldades neste contexto de correlação de forças, crescem proporcionalmente o contingente de expropriados dos seus direitos mais elementares. Situação oriunda de toda e qualquer relação cujo capitalismo é o fator preponderante e norteador das ações, ou seja, é característica básica do próprio capitalismo, o que já tentamos apontar anteriormente.

A luta de classe no contexto de capitalismo dependente possui características singulares. É em meio a este cenário que as políticas sociais ganham centralidade.

Sendo assim, nossa compreensão acerca do terreno em que estão situadas as políticas sociais vai de encontro ao que Marini (2000. p. 132) afirma

[...] nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende,

---

<sup>7</sup> Entendemos por excedente econômico “a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção”. (BARAN; SWEEZY, 1966).

para sua realização, da capacidade interna de consumo.

É esta conformação que implicará decisivamente no desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente do continente latino-americano e, conseqüentemente, também na operacionalização das políticas sociais.

Seguindo esta mesma lógica de raciocínio PAIVA, ROCHA, CARRARO (2009, p. 36-37) afirmam acerca das políticas sociais que é preciso levar em,

Consideração sua condição paradoxal: referenciado-as no âmbito da produção e reprodução da força de trabalho, operada pelo modo de produção capitalista a partir do trânsito entre a fase concorrencial à monopolista e, contraditoriamente, enquanto expressão da luta de classes pelo excedente econômico real expropriado das massas.

É perceptível que o campo dos direitos sociais, submetido diretamente à luta de classes e da mesma forma determinado pelas contradições estruturais do capitalismo somente possibilitou que a classe trabalhadora fosse integrada à ordem social e ao complexo político do capitalismo.

Podemos - nos termos de Baran e Sweesy - dizer que as políticas sociais são uma necessidade do desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, o resultado das lutas políticas dos trabalhadores organizados por melhores condições de vida e trabalho. Constituí-se, portanto, o campo das políticas sociais um campo permeado de contradições e de interesses conflitantes em jogo.

Nesse mesmo prisma analítico PAIVA, OURIQUES (2006, p. 168) afirmam que as políticas sociais se constituem num “mecanismo que socializa os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade” e que ainda se constituem em mecanismos fundamentais para o aproveitamento produtivo do excedente econômico produzido, haja vista, como apontam Baran e Sweesy, a incapacidade do sistema capitalista em absorver o excedente gerado.



Em um país como o Brasil, “tipicamente latino-americano”, caracterizado pela alta concentração de renda, altos índices de desigualdade social e pauperismo de grande parcela da população, originados e decorrentes da submissão histórica aos países de capitalismo central, as políticas sociais enfatizam as estratégias do Estado perante “à necessidade de garantir a integração da força de trabalho na relação de assalariamento, portanto submetida à ordem do capital.” (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 168).

Fica evidente que as políticas sociais objetivam o enfrentamento das expressões da questão social oriundas do permanente conflito das relações entre capital X trabalho, seja via classe trabalhadora e subalterna na luta pelos direitos ou via Estado (cooptado pela burguesia) no apaziguamento e manutenção da ordem do capital, uma vez que:

A articulação entre as políticas sociais públicas e o processo de regulamentação da força de trabalho revela um aspecto fundamental da lógica capitalista, que é o controle das relações sociais de produção, seja no nível ideológico ou político, seja no nível da dominação econômica em si. Como foi sinalizado, existe um vínculo genético entre as políticas sociais no capitalismo e os processos de legitimação que o Estado e as classes dominantes programam junto às classes assalariadas. (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 169).

Estes mesmos autores seguem afirmando que:

Na medida em que a maioria da força de trabalho na América Latina é submetida à superexploração, os direitos sociais a ela destinados só podem corresponder a esquemas próprios. Ao contrário das configurações diretamente contributivas, conforme os modelos clássicos das sociedades que experimentaram o pleno emprego ou que se encontram no centro do mercado mundial. A América Latina possui

cerca de dois terços da sua força de trabalho submetida à *informalidade*, desemprego estrutural alto, salários baixíssimos. (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 169).

É neste contexto que se insere a política de assistência social no Brasil. Caracteriza-se como alternativa de resposta à expropriação dos direitos da grande maioria da população que vivencia na pele as rígidas doutrinas de um sistema avassalador e que tolhe qualquer vislumbre de alteração na ordem monopólica do capital. O que remete a esta política o enfrentamento de desafios ímpares para a sua regulamentação e real efetivação como espaço estratégico de luta por direitos da classe trabalhadora e subalterna.

A Assistência Social é, no Brasil, desde 1988 considerada política que compõe o sistema de Seguridade Social juntamente com as políticas de Saúde e da Previdência Social como preconiza o Art. 194 da Constituição Federal Brasileira: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Nesse conflituoso campo pela efetivação de direitos torna-se relevante mencionar que a política de Saúde teve sua Lei Orgânica aprovada no ano de 1990 e a Lei Orgânica da Previdência Social foi aprovada no ano de 1991. Já, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que teve seu primeiro projeto (PL 3.099/89) vetado na íntegra pelo então Presidente Fernando Collor de Mello, sob o argumento de que a nação não dispunha de recursos para o pagamento dos benefícios previstos e alegando que os princípios enfatizados eram contrários a uma Assistência Social responsável, somente foi regulamentada no ano de 1993 via sanção presidencial de Itamar Franco.

COUTO [et.al] (2010, p. 34) nos dizem acerca disso o seguinte:

As explicações para essa lentidão são encontradas no fato de que seu processo de implantação vai ocorrer em uma conjuntura adversa e paradoxal, na qual se evidencia a profunda incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos

sociais do Estado. Incompatibilidade esta legitimada pelo discurso e pela sociabilidade engendrados no âmbito do ideário neoliberal, que reconhecendo o dever moral do socorro aos pobres não reconhece seus direitos.

É neste contexto controverso que com a promulgação da LOAS a assistência social consolida-se juridicamente como política pública – direito do cidadão e dever do Estado. Nessa lógica, as ações assistenciais com finalidade “de proteção social” à população, passam a ofertar programas, projetos, serviços e benefícios.

Torna-se fundamental percebermos ainda que é concomitante a este período de avanços constitucionais que o Estado brasileiro insere-se na dinâmica das políticas econômicas neoliberais a partir de posicionamento assumido via Consenso de Washington<sup>8</sup>. Tal posicionamento visa a redução do Estado em face do gasto social, o que gera consequentemente a retração de direitos recém garantidos constitucionalmente.

Pois, se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social. (COUTO [et.al], 2010, p. 34)

---

<sup>8</sup> “Reunião realizada em novembro de 1989 entre os presidentes eleitos da América Latina e os representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que entre as reformas de cunho neoliberal prevê a realização de reformas estruturais para a estabilização da economia como as privatizações, a desregulamentação dos mercados, a descentralização e a retomada do desenvolvimento.” (COUTO. [et al.], p.35, 2010).

Reafirma-se, portanto, neste período o caráter conservador e autocrático do Estado brasileiro frente às lutas de seu povo. Nas palavras de Vianna (2001, p. 174) “de certo, o contexto internacional, as repercussões do mesmo sobre o cenário brasileiro e as escolhas feitas por sucessivos governos nacionais em termos de políticas econômicas têm incidido negativamente sobre a seguridade social no país”.

Ao que se refere ao contexto de aprovação da ‘*Constituição Cidadã*’ MARINI (1988) afirma em seu ensaio ‘*Constituição de 1988*’ que “ela restabelece o caráter autônomo da ordem jurídico-institucional brasileira, apesar das impurezas e limitações que a vida lhe impôs.” Segue afirmando que “a tradição constitucional brasileira, gestada no seio da teoria política burguesa, tem como influências determinantes a corrente autoritária, primeiro, e a liberal, depois.”

Diante de tais afirmações, é possível compreender que em nome de um próspero desenvolvimento econômico recuam-se os já pífios investimentos na área social e incentiva-se a intervenção mercantil, é o já conhecido sistema de capitalismo dependente em cena no contexto brasileiro enfatizando que:

As políticas sociais possuem na realidade latino-americana um conjunto de características e determinações absolutamente específicas, delineadas pela sua formação social de tipo capitalista nos marcos do subdesenvolvimento, que, mais do que em qualquer outro contexto, desnudam os limites das soluções reformistas e pseudo-integradoras, nos moldes do que hoje se atribui às mal denominadas políticas de “inclusão social”. (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 171).

Passadas mais de três décadas, da vigência das políticas neoliberais no Brasil, a retração do Estado no campo social e a maximização do capital se intensificaram. Isso se fundamenta em ajustes econômicos efetuados nas mais diferentes áreas de ação governamental, o que nos remete a concordar com Vianna (2001, p. 175) quando esta autora nos diz que “[...] nenhum tiro, enfim foi disparado. Mas a seguridade social se encontra estirada no chão. Foi abatida”. Dessa forma, as ações no campo social

assumem o caráter paliativo, seletivo e restritivo diante da expressiva demanda por acesso a um sistema de seguridade social, ou seja,

[...] o governo brasileiro matou, com sofisticada munção técnica, vários coelhos de uma vez. O maior deles foi a concepção universalista, democrática, distributiva e não-estigmatizadora de seguridade social gravada na Constituição de 1988. (VIANNA, 2001, p. 193).

Realidade esta, que presenciamos mesmo passado mais de duas décadas da afirmação da assistência social como política pública na Constituição Federal Brasileira, mas que, por estar inscrita no contexto da luta de classe, e por este ser embasado na correlação de forças de projetos sociais distintos, ainda enfrenta inúmeros desafios para a sua real efetivação como campo efetivo de enfrentamento da desigualdade social.

É neste escopo que se evidencia a necessidade de superação da agenda neoconservadora que converte a política social em um mecanismo de enfrentamento focalizado e subalternizado ao que refere-se aos direitos da classes trabalhadora e subalterna. Nesse sentido o desenho das políticas sociais na América Latina deve ter como horizonte a satisfação das *necessidades humana básicas*<sup>9</sup> em escala de massas.

É com uma perspectiva de superação destes traços históricos que permeiam as políticas sociais, e no caso específico a assistência social, e que se renovam as expectativas quanto ao avanço nesta área, quando da eleição presidencial sai vencedor Luis Inácio Lula da Silva, que foi eleito em 2002.

A partir do que seu plano de governo enfatizava, aparece uma expressiva atenção voltada ao combate à pobreza através do programa então denominado Fome Zero. Ao que se refere especificamente ao campo da proteção socioassistencial, foi no ano de 2004, que se unificaram os benefícios de transferência de renda criados no governo anterior, e que funcionavam de forma dispersa, no Programa Bolsa Família, o qual foi inicialmente criado via Medida Provisória número 132/2003, e posteriormente

---

<sup>9</sup> A esse respeito ver PEREIRA, 2011.

transformado na Lei n. 10.836 de 2004 e regulamentado pelo Decreto número 5209/2004. O ano de 2004 significou um ano expressivo para a política de assistência social, haja vista que foi neste mesmo ano entrou em vigor a PNAS, que abriu o horizonte para a instituição do SUAS, demarcando novos aspectos legais e normativos da política de assistência social no Brasil. Era evidente a expectativa criada no sentido de finalmente efetivar a assistência social em seus aspectos descentralizado, participativo e universalizante destinados às massas espoliadas de seus direitos.

Nas palavras de PAIVA (2006, p. 7):

Vale a pena insistir que é tempo ainda de dotar as medidas de proteção socioassistencial de conteúdos e estratégias que deflagrem a efetiva participação da população, na contramarcha dos processos de subalternização política, de exploração econômica e de exclusão sociocultural.

Esta autora ainda prossegue afirmando que:

O redesenho das ações socioassistencias no âmbito do SUAS é estratégico para a resolução de contradições de alguns dos termos mais caros à concretização do direito à assistência social: a combinação entre os princípios da *universalidade e da seletividade*, a articulação das *dimensões preventivas e especialmente protetivas* da política pública de assistência social e a *potencialização das ações emancipatórias coletivas associadas ao desenvolvimento de relações personalizadas de (re)construção de novos projetos de vida* dos indivíduos e famílias expostos aos processos de reprodução dos mecanismos que originaram sua condição de pobreza e de subalternização sociocultural. (PAIVA, 2006, p. 9. Grifos da autora).

É com este apontamento favorável à construção de outra base de atuação, na qual a assistência social estaria inserida, que no Governo do então presidente Lula implanta-se em território nacional o SUAS. Inegavelmente significou um grande avanço institucional para esta política, mas enquanto uma política inserida no contexto de luta de classe depara-se com inúmeros entraves para sua real efetivação como proposta e possibilidade de consolidar-se efetivamente numa política de direito social dos brasileiros.





### **3 A PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL E O SUAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIMENSÕES DO COTIDIANO DA SUPEREXPLORAÇÃO**

Nesta sessão analisaremos a política de assistência social e as respostas que ela oferece ao enfrentamento da superexploração do trabalhador no Brasil. Utilizaremos autores cuja trajetória é significativa no debate desta especial política pública, todavia o elemento central de nossa análise serão os dados coletados quando da realização da pesquisa empírica.

No primeiro item direcionaremos nossa análise à assistência social enquanto política pública que integra o sistema de seguridade social brasileiro, bem como seu desenho atual, pautado na lógica do sistema único descentralizado – Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Especialmente, abordaremos como este sistema está estruturado e o que oferece de serviços e benefícios para a sua população usuária.

No segundo item será apresentado o lócus da pesquisa empírica - o estado de Santa Catarina. A partir do embasamento teórico pautado em autores que se dedicaram a estudar sobre o estado, apresentaremos brevemente as seis mesorregiões que o compõem, enfatizando os aspectos da economia catarinense, haja vista sua estreita relação com a questão da superexploração da classe trabalhadora.

No item seguinte serão analisadas as formas assumidas pela superexploração em Santa Catarina. Tomaremos como base para o debate a narrativa dos sujeitos entrevistados. Ponderaremos tais dados a partir do aporte teórico crítico dialético, utilizando principalmente Ruy Mauro Marini (2005) e sua tese sobre a superexploração do trabalho apresentada em sua importante obra *'Dialética da Dependência'*. Feita esta problematização direcionamos nossa análise para as respostas que a assistência social tem dado a esta questão, objetivando responder as hipóteses e objetivos desta dissertação.

Sendo assim, no último item desta sessão, consideramos, a partir do SUAS, as formas de enfrentamento à situação da superexploração as quais a classe trabalhadora tem acesso na atualidade. Buscaremos apontar as tendências e influxos desta

especial política pública na contraditória dinâmica das classes sociais no país.

### 3.1 PARÂMETROS DE ANÁLISE SOBRE O SUAS: UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO

*“Por um mundo onde sejamos  
socialmente iguais, humanamente  
diferentes e totalmente livres”.*

*Rosa Luxemburgo.*

Desde 2003 vivencia-se a discussão, implantação e implementação do SUAS no Brasil. Este sistema é fruto de um processo de planejamento e de participação política, sobretudo de seus trabalhadores sociais, com fórum privilegiado nas conferências, fóruns e conselhos, nos âmbitos municipais, estaduais e federal, em um contexto de aprofundamento do processo de descentralização, conforme preconizado pela constituinte de 1988. Conforme expressam Couto [et.al.] (2010).

O SUAS está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. (COUTO [et. al], 2010, p. 38)

Portanto, pode-se afirmar que o SUAS traz consigo o vislumbre de um outro horizonte normativo e operativo para a política de Assistência Social. Propõe que esta seja executada de forma organizada, planejada, articulada e igualitária em todo território nacional; respeitando obviamente, as características e particularidades de cada região deste imenso território.

O SUAS deve estruturar-se a partir das necessidades básicas da população e responder de forma concreta a essas demandas, onde a federação brasileira é

pensada nas suas particularidades, definindo-se em municípios de pequeno, médio, grande porte e metrópoles. Entendendo que as estruturas devem estar assentadas na leitura dessa realidade, que impõe pensar a política a partir das demandas que são colocadas e das potencialidades e necessidades de cada esfera na construção do Sistema. (COUTO, SILVA, 2009, p.39).

Para tanto, este Sistema é baseado nas seguintes legislações: LOAS - Lei nº 8.742 de 1993, onde é instituído e definido o perfil da referida política pública, dando sustentação legal para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>10</sup> de 2004, em que são traçados o perfil de gestão, serviços, controle social e financiamento. A partir do que ali é preconizado e, sobretudo, da experiência de construção da política de assistência social pelos governos democrático-populares, criou-se o SUAS<sup>11</sup>, que é o sistema pelo qual se implantam novos instrumentos de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social e da respectiva política pública nacional.

O SUAS enfatiza a noção de ruptura com o paradigma conservador, meritocrático e benevolente ainda presente na realidade brasileira e enfatiza a noção de direito e de cidadania.

Nesta nova concepção as diversas ações e iniciativas de atendimento à população deixam o campo do voluntarismo e passam a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado. De mero favor, de prática assistencialista e tuteladora a Assistência Social, seus serviços e benefícios passam para um campo novo, o campo dos direitos de cidadania. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL- CAPACITA SUAS, 2008).

---

<sup>10</sup> Aprovada pela Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS e publicada no DOU de 28 de outubro de 2004.

<sup>11</sup> Ressaltamos que o SUAS obteve sanção presidencial no dia 06 de julho de 2011 por meio da Lei 12.435.

Um novo modo de gerir e operacionalizar a política de assistência social é trazido para o debate; qual seja: de forma articulada e que contemple e promova ações de proteção social nos estados e municípios brasileiros, proporcionando desta forma uma melhor eficácia, eficiência e efetividade das ações junto aos usuários dessa política. Paiva (2011) nos aponta para a seguinte percepção:

O SUAS é uma grandiosa empreitada, mas certamente é ainda uma iniciativa molecular diante das monumentais tarefas que a redução das iníquas desigualdades sociais e a busca pela justiça social estão a exigir da democracia e seu governo. (PAIVA, 2011, p.14).

Ofertar programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais para àqueles em *situação de risco* e *vulnerabilidade social* por meio de uma rede de equipamentos sociais como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) é o que o SUAS hoje propõe. Aponta-se um novo horizonte no que diz respeito à gestão e à operacionalização da política de assistência social, uma vez que se ultrapassa o momento histórico,

Onde era quase exclusiva a preocupação com a contenção do gasto social, geradora de uma grave omissão estatal, especialmente quando as políticas sociais eram destinadas às maiorias mais necessitadas, temos hoje responsabilidades novas e pujantes. (PAIVA, 2011, p. 18).

Destarte a isso, é fértil esta discussão entre diferentes autores da área social, citamos Couto [et. al] (2010, p. 261) que reforçam a compreensão que possuímos acerca do SUAS:

É possível afirmar que a regulamentação da Assistência Social como Política Pública constituinte da Seguridade Social, bem como o seu redesenho mediante a criação do

SUAS sinaliza, sem dúvida, um avanço de relevância histórica na trajetória de uma Política que tem sua gênese estruturada sobre as bases da matriz caritativa e filantrópica, destituída de visibilidade na sua natureza política e institucional. (COUTO [et. al], 2010, p. 261).

Considerando o acima exposto, compreendemos que o SUAS propõe-se a garantir um novo modo de gerir a política de assistência social junto aos seus sujeitos de direito, fazendo com que esta seja efetivada como parte de um real sistema de seguridade social. Para tanto é necessário o cumprimento da corresponsabilidade entre as três esferas de poder, seja, Município e Distrito Federal, Estado e União.

O SUAS é fruto da IV Conferência Nacional de Assistência Social<sup>12</sup>, onde deliberou-se por este novo modelo de gestão da política pública, a ser implantado em todo território nacional, integrando de forma mais orgânica todos os entes federativos. Dessa forma, conceitua-se o SUAS como um sistema público não-contributivo e descentralizado, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da seguridade social brasileira, ou seja, está intimamente relacionado “ao enfrentamento de situações concretas vividas pela população trabalhadora, que não pode ficar à mercê do mercado, mas depende do acesso a serviços sociais públicos para o seu enfrentamento.” COUTO [et.al] (2010, p. 40).

Este sistema é criado a partir de alguns eixos estruturantes da política de Assistência Social.

O primeiro deles é o da *Matricialidade sociofamiliar*, onde se resgata o texto constitucional, especialmente o Art. 226, em que se prioriza a centralidade da família e conseqüentemente a convivência familiar, comunitária e societária.

---

<sup>12</sup> A IV Conferência Nacional de Assistência Social, convocada por meio da Portaria nº 262, de 12 de agosto de 2003, foi realizada em Brasília, Distrito Federal, no período de 7 a 10 de dezembro de 2003, e representou um significativo passo na direção da sedimentação dos novos termos da Política de Assistência Social no Brasil. A Conferência teve como tema geral: “Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania - LOAS 10 anos”. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/iv-conferencia-nacional>. Acesso em 29 de setembro de 2011.

O reconhecimento da família como unidade/referência no âmbito da política de Assistência Social fundamenta-se na idéia de que esta é o espaço primeiro de proteção e socialização dos indivíduos e que, para que cumpra com tais funções, precisa ser protegida. O formato de família que se fala na política de assistência social compreende relações estabelecidas por laços consangüíneos, afetivos e / ou de solidariedade. (YAZBEK, 2008, p. 111).

Não podemos, no entanto, deixar de perceber a dualidade contida neste eixo, o que, conseqüentemente o torna um dos eixos mais polêmicos que permeiam o debate do SUAS.

Ao superar a concepção de abordagem restrita somente ao 'indivíduo problema' e passar a considerar a família, tomada enquanto *"a situação como um todo"*, pode ser um fator positivo em relação às condutas profissionais assumidas com viés conservador, no que se refere a tradicional abordagem individualizadora, psicologizante e moralista nas diferentes e microscópicas refrações da questão social. Couto [et.al] (2010, p. 44) consideram que essa mudança de concepção e intervenção desloca "a abordagem do indivíduo isolado para o núcleo familiar, entendendo-o como mediação fundamental na relação entre sujeitos e sociedade".

Essa perspectiva contém outras polêmicas, uma vez que, ao se falar em família, devem-se adotar rigores teóricos e éticos para que a abordagem não reproduza uma postura conservadora, fiscalizadora e coercitiva sobre a mesma.

Há ainda um outro aspecto que permeia o eixo da matricialidade sociofamiliar. É preciso perceber que a discussão sobre o foco de atuação dos serviços da proteção socioassistencial, especificamente do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), nem sempre atingem esta dimensão neoconservadora, cuja restritiva concepção insiste em desenvolver trabalhos segmentados de ajustamento às famílias usuárias da assistência social, desvirtuando aquela que deveria ser a centralidade do debate: como o direito à assistência social, partindo de uma compreensão desalienada da luta de classes, atenta para as formas de enfrentamento à dominação do capital e de seus avanços sobre os direitos da classe trabalhadora?

Compreendemos que torna-se urgente superar estas abordagens centradas no ajustamento pessoal, seja de forma individual ou via família para que a assistência social passe a vislumbrar outro horizonte, ou seja, a questão em debate e que deve ser assumida é,

A necessidade de compreender essas famílias com suas singularidades, mas com seu pertencimento a uma classe social. O trabalho com as famílias que pode ser considerado um avanço, pois retira a condição individual do atendimento da política, pode repetir o mesmo equívoco, quando particulariza cada família como se fosse um universo único, destituído de sua identidade coletiva e de sua universalidade. Preservar sua singularidade, trabalhar suas particularidades só tem sentido quando elas materializam a condição dessas famílias enxergarem-se como um coletivo que deve buscar, conjuntamente, a resolução para suas questões no espaço de disputa do fundo público e do projeto societário emancipatório, como anuncia o SUAS. (COUTO [et.al], 2010, p. 57).

O segundo eixo que se destaca é o da *Descentralização político-administrativa e Territorialização*, onde é reforçada a importância dos Artigos 6º e 30 da LOAS. Cada ente federado dispõe de autonomia administrativa para organizar seus serviços, no entanto, um entrelaça-se ao outro gerando desta forma um sistema único em todo território nacional.

No que se refere a este eixo, Yazbek (2008) nos diz que:

O território é lugar de vida e relações. Neste sentido, para a organização dos serviços socioassistenciais de proteção social básica estabeleceu-se, no âmbito do novo modelo socioassistencial, o número de famílias/habitante referenciadas no território para organização dos serviços. (YAZBEK, 2008, p. 115)

Nesta mesma perspectiva, consideramos que a esfera estadual tem fundamental responsabilidade na estruturação da assistência social, uma vez que abrange desde territórios considerados metrópoles até municípios de pequeno porte, ou seja, é a esfera estatal que deve dar suporte a estas distintas realidades para a gestão e operacionalização da política em questão.

Seguindo a análise acerca deste eixo, Couto [et.al] (2010) nos apresentam seu ponto de vista afirmando que:

A dimensão territorial, como um dos eixos da política de assistência social, representa um avanço potencialmente inovador, ainda mais porque incorpora uma noção ampliada de território, para além da dimensão geográfica, concebendo-o como “espaço habitado”, fruto da interação entre homens, síntese de relações sociais. (COUTO [et.al], 2010, p. 51).

No entanto, para que este avanço institucional não se transforme numa armadilha da própria ação interventiva da política em questão, é necessário atentar-se para a questão da *guetificação*, uma vez que as ações que reforçam territórios homogêneos de pobreza podem gerar estigmas por parte da sociedade e da própria população que ali reside. (Couto [et.al], 2010).

Dessa forma, a nosso ver, fica claro que:

A dimensão territorial da política de assistência social precisa considerar, portanto, as diferentes escalas territoriais, que podem estar referidas tanto aos microterritórios quanto ao macroterritório nacional, passando pelas diferentes configurações territoriais regionais. (COUTO [et. al], 2010, p. 52).

Um terceiro tema que inova no SUAS se refere às *novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil*. Este eixo reforça a primazia do Estado na condução da política, porém,



compreende a sociedade civil como parceira das ações na oferta dos serviços.

Com certeza, este também é um eixo polêmico, pois abre a possibilidade e normatiza a participação da sociedade civil na operacionalização da política de assistência social e, conseqüentemente, como parte integrante do SUAS, via Organizações Não Governamentais (ONG's), entidades de assessoramento e de atendimento.

Percebe-se, desta forma, a dificuldade em se operar uma ruptura mais efetiva com as velhas formas de filantropia, agora customizadas com novas roupagens com o amparo do próprio Estado, uma vez que, ao perpetuar o modelo baseado na transferência de responsabilidade para a sociedade civil ou para a família, o mesmo exime-se desta primazia para com os sujeitos de direitos, afastando-se ainda mais do horizonte de compromisso ético para com os cidadãos e de oferta universal, incondicional e gratuita das políticas públicas de seguridade social.

Uma vez legalizada e normatizada esta possibilidade de intervenção na política de assistência social, ressaltamos que esta rede assistencial de serviços e atendimentos, ao ser composta por órgãos que não o público estatal, deve ter seu foco nos princípios e diretrizes da LOAS, para que sejam baseados nos direitos de cidadania e não na benemerência, ajuda e caridade, características históricas da intervenção da sociedade civil na área da assistência social e que insistem em se fazer presente. Nas palavras de Paiva (2011, p. 19):

[...] não se trata mais de acatar no debate sobre o SUAS [...] que o tema da pobreza e da desigualdade seja apartado da sua dimensão estrutural, permanecendo confinado como um problema da esfera de consumo e da estrutura familiar.

É também item central na proposta do SUAS uma nova formulação sobre o *Financiamento pelas três esferas de governo*, com pactuada divisão da responsabilidades. É incontestável que a rede socioassistencial deve contar com investimento das três

esferas de governo. “O financiamento de benefícios no âmbito federal se dá de forma direta aos seus destinatários e o co-financiamento da rede socioassistencial mediante aporte próprio e repasse de recursos fundo-a-fundo”. (YAZBEK, 2008, p. 116).

Esta importante concepção trazida pelo SUAS possibilita aos municípios definirem a partir de suas demandas e necessidades a estruturação da rede de proteção local, criando programas, projetos e serviços que atendam suas necessidades, no entanto o que Couto [et. al.] (2010) nos apresentam em sua pesquisa quanto a este eixo é que:

O financiamento das instâncias estaduais, via de regra, limita-se a capacitações de pessoal e ao desenvolvimento de ações pontuais raramente sistemáticas de supervisão e acompanhamento da PNAS nos municípios. Quanto ao financiamento dos municípios, em geral, destina-se, sobretudo, à manutenção da estrutura de funcionamento da gestão, ficando o financiamento das ações específicas da Política quase que exclusivamente dependente de recursos federais. Isto denota, além da pouca preparação para o SUAS, as más condições de funcionamento dos CRAS e CREAS pela dificuldade de investimento de recursos para a implementação do SUAS conforme estabelecem as normativas que regem a Política. Essa situação indica uma dinâmica em que a necessidade legal da implementação do SUAS conflita com a dificuldade de priorização, criação e organização de uma estrutura e de condições compatíveis com a sua operacionalização. (COUTO [et. al] 2010, p.90)

Fica evidente, que os municípios e estados brasileiros não estavam “preparados” para a implantação deste sistema. Interferem nesta inabilidade o histórico parco investimento na área social, a fragmentação das ações e o não reconhecimento público desta política.

Compete ao órgão gestor da Política em cada âmbito a responsabilidade da gestão financeira do fundo, no entanto, este deve enfatizar a participação popular e controle social dos recursos públicos via conselhos e conferências zelando pela transparência dos gastos e investimentos.

Como assegurado na construção de democracia brasileira para a cidadania pós-ditadura é requisito das políticas sociais a definição e garantia do *Controle Social*. Este eixo valoriza a participação popular no processo de gestão político-administrativa, financeira e técnico-operativa com caráter democrático e participativo conforme estabelece a Carta Magna. Esta participação é possibilitada principalmente nos conselhos e nas conferências de assistência social.

Os textos normativos indicam que para termos um sistema de controle social eficiente faz-se necessário capacitar, instrumentalizar e fortalecer a participação popular. Yazbek (2008) afirma que:

Há que se fortalecer o protagonismo dos usuários na representação política no âmbito dos conselhos rompendo-se com relações clientelistas e paternalistas e alcançando assim os principais beneficiários da política à condição de sujeitos coletivos, sujeitos políticos e ‘co-gestores’ dos serviços socioassistenciais. (YAZBEK, 2008, p. 119).

Ainda, é sabido que a participação deve acontecer de forma protagonica, ou seja, que as classes trabalhadoras e subalternas devem conduzir o enfrentamento das dificuldades presentes no cotidiano de suas vidas. É fértil a discussão<sup>13</sup> de que a participação popular deveria ser o norte condutor das ações da política de assistência social, uma vez que reconhece os indivíduos enquanto sujeitos de direito e fazedores da sua própria história, ou seja, “deve-se insistir na participação popular como eixo da política pública, sem a qual não se opera a ruptura com a lógica que desabilita o caráter protagonico das massas e que dá a sustentação para a dominação de classes.” (PAIVA, 2011, p. 19).

---

<sup>13</sup> Para maior aprofundamento consultar PAIVA, ROCHA, CARARO (2009, 2010).

Um eixo certamente essencial e inédito na formulação do SUAS diz respeito à *Política de Recursos Humanos*. É enfatizada a necessidade de romper com o ciclo de precarização que envolve os trabalhadores da assistência social, bem como com o caráter voluntário que insiste em envolvê-la.

Nas palavras de Couto [et. al] (2010, p. 57):

A questão dos recursos humanos é um desafio para toda a administração pública, mas assume características específicas na assistência social, pela sua tradição de não-política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas para efetivar ações que rompam com a subalternidade que historicamente marcou o trabalho dessa área.

É fundamental a constituição de equipes de trabalho qualificadas para desenvolver as ações de forma inter e multidisciplinar, pois estas requerem planejamento, formulação, execução e avaliação daquilo que será prestado aos usuários.

Por exemplo, a compreensão da Assistência Social como um direito e não como *benesse* ou *caridade* é crucial para a mudança no agir do profissional que atua com a população. Nesta nova concepção os profissionais devem superar a visão de que são viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos. (YAZBEK, 2008, p.119).

Ainda, nessa perspectiva, é preciso enfatizar que “nenhum trabalhador social será valorizado atuando com senso-comum, voluntarismo e práticas subalternizadoras, improvisadas e esvaziadas de conteúdo crítico transformador”. (PAIVA, 2011, p. 21). Dessa forma consideramos urgente que o posicionamento dos trabalhadores seja embasado na teoria crítica e que o mesmo consiga perceber, via seu saber profissional, alternativas

de fortalecimento do protagonismo dos sujeitos de direito com o qual convive no cotidiano profissional, ampliando-as para que as mesmas adquiram um caráter coletivo.

Couto [et.al] (2010, p. 62) nos dizem a este respeito que “o que está em questão é a *ressignificação* do trabalho na assistência social, referenciada em um projeto coletivo de redefinição do trabalho no campo das políticas sociais públicas”.

*Informação, Monitoramento e Avaliação* este eixo traz o enfoque na necessidade de avaliar, monitorar e informar o que é desenvolvido em âmbito da Assistência Social.

Como afirma Tapajós (2006, p.183):

[...] a informação válida e, portanto, útil do ponto de vista da gestão de políticas públicas, é aquela que garante a ação técnica profissional para a sua melhor viabilização. Responder a este novo tempo pode significar a proliferação de iniciativas que sofisticuem em agregar mais conteúdos e saberes em torno dessa atuação, e que oportunizem, em torno da intencionalidade da ação, uma nova ausculta de demandas e das necessidades da população e incremento nos formatos da gestão, oportunizando assegurar os interesses legítimos dos grupos presentes nos processos da política, sobretudo do usuário de direitos. É justamente esse o processo (indo além do terminal), onde se transforma a informação agregada em uma informação social e politicamente útil e utilizável.

Os meios para se alcançar tal objetivo são: a realização de estudos, monitoramento das ações executadas, e publicização dos resultados com vistas a dar mais consistência aos serviços, programas e projetos desenvolvidos. Atualmente, o Sistema Nacional de Informação da política pública de Assistência Social é a REDE SUAS.

A REDE SUAS, como suporte essencial à gestão da política de assistência social em todo o território nacional, alcança todos os

setores, profissionais e instâncias envolvidos na operacionalização dessa política, favorecendo o controle social e, sobretudo, o acesso do usuário ao direito. (YAZBEK, 2008, p.121).

É reconhecido o avanço neste item, haja vista que um sistema tecnológico pode proporcionar uma maior integração das ações e o diálogo facilitado com diferentes políticas públicas o que nos permite, afirmar que “dessa forma, a definição de políticas de informação, que consideram a tecnologia como um veículo de promoção da cidadania, tornou-se fundamental para o alcance de tal escopo sob a inspiração de uma gestão democrática”. (TAPAJÓS, 2006, p. 186).

De forma breve, buscamos apresentar como tais eixos complementam-se e compõem a nova forma de pensar, gerir e operacionalizar a Assistência Social brasileira. A partir destes eixos que estruturam o SUAS, os municípios brasileiros são classificados por níveis de gestão. Estes níveis referem-se à capacidade de ofertar os serviços, programas e projetos a partir da rede de proteção social.

Os níveis de gestão no qual os municípios podem ser enquadrados são:

- Gestão Inicial, em que foram habilitados automaticamente todos os municípios anteriormente habilitados na gestão municipal conforme estabelecia a Norma Operacional Básica (NOB) 99.
- Gestão Básica, compreende os municípios que oferecem de forma parcial as ações de Assistência Social. O foco prioritário deste nível de gestão é a proteção social básica; e finalmente,
- Gestão Plena, nível de gestão em que os municípios oferecem a gestão total das ações de assistência social à população usuária. Está organizada em proteção social básica e especial.

A partir destes níveis de gestão são oferecidas as ações no âmbito da assistência social sob a denominação de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Esta última divide-se em Proteção Social de Média Complexidade e de Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica tem o objetivo de prevenir situações de risco, ou seja, visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários desenvolvendo as potencialidades das famílias e indivíduos que estão em condição de vulnerabilidade social. Suas ações devem ser desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os CRAS<sup>14</sup> desenvolvem ações comunitárias envolvendo as famílias e articulam seus serviços com a totalidade da rede de serviços existentes no município.

Nessa modalidade, estão incluídos os serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização e os benefícios de prestação continuada, eventuais e outras formas de transferência de renda como, por exemplo, os benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família. (CAPACITASUAS, 2008, v. 1, p.47)

A partir do que estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais os serviços que a proteção social básica abarca são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

É relevante frisar que:

Os serviços de Proteção Social Básica – PSB deverão ser executados de forma direta nos CRAS – Centros de referência da Assistência Social, ou de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos Cras, sempre sob o coordenação do órgão gestor da política de assistência social por se tratar de unidade pública estatal. (COUTO [et. al], 2010, p. 42).

---

<sup>14</sup> Atualmente existem 7.669 unidades em funcionamento no território brasileiro. Sendo que 7.027 são cofinanciados e 642 são próprios. Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGJiYWVvZXludWVudvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>. Acesso em 06/11/2011 às 15:11 horas.

Já a Proteção Social Especial tem como objetivo proteger de situações de risco pessoal ou social às famílias e indivíduos cujos direitos já tenham sido violados, ou então na inexistência de vínculos familiares e comunitários.

Estes serviços de Proteção Social Especial são oferecidos nas unidades denominadas Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)<sup>15</sup>, e dividem-se em Proteção Especial de Média e Alta Complexidade.

A Proteção Especial de Média Complexidade são as ações desenvolvidas a partir de situações em que houve a violação dos direitos, mas há existência de vínculo familiar e comunitário; ou seja:

Os serviços de acolhida, escuta, atendimento psicossocial a indivíduos, grupos e famílias, referência e contra-referência com a rede socioassistencial, com as demais políticas sociais e com as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos [...]. (CAPACITASUAS, v.1, p. 48, 2008).

E, a Proteção Especial de Alta Complexidade visa o atendimento aos usuários que diante de uma situação específica necessitam ser retirados do seu núcleo familiar ou comunitário, ou em casos de inexistência destes vínculos em que o indivíduo está totalmente sem referência, ou seja:

Prevê assistência integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ ou sob ameaça, necessitando a sua retirada do núcleo familiar ou comunitário. (PNAS, 2004, p.37 in CAPACITASUAS, v.1, p. 48, 2008).

---

<sup>15</sup> Atualmente existem 2.155 unidades em funcionamento no território brasileiro. Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVnZX MubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>. Acesso em 06/11/2011 às 15h11min horas.



A partir desta forma de organização, percebe-se que o SUAS busca consolidar a política de assistência social como política social pública de Direito. Visa uma mudança de “paradigmas”, com racionalidade e transparência nos recursos investidos, fazendo com que as ações desenvolvidas cheguem como proposta e alternativa ao enfrentamento do confisco dos direitos das classes trabalhadora e subalterna.

É em meio a este controverso contexto de avanços institucionais e legais mas também de contraditórias continuidades que a política de assistência social objetiva afiançar direitos sociais. Desafio bastante grande, haja vista a permanência de diferentes formas de intervenções moralizantes e conservadoras ainda presentes e cujo objetivo é puramente a manutenção da ordem capitalista dominante socialmente.

Destarte, é preciso compreender as políticas sociais e dentre elas, em especial a política de assistência social, não como um fim em si mesmas, mas como parte de um processo que poderá, conforme a correlação de forças das classes pela disputa dos seus projetos societários, contribuir para a alteração e superação da ordem capitalista rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, em que realmente aconteça e prepondere a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos num contexto de fortalecimento e rumo à “*emancipação humana*” conforme compreendida por Marx.

Como enfatiza Paiva (2011, p. 22):

É tarefa da luta política dos trabalhadores e por isso também do SUAS em seus serviços socioassistenciais contribuir na ruptura com a indiferença e anulação dos majoritários interesses dos trabalhadores e de seu legítimo projeto de classe, tendo em vista a construção orgânica das políticas sociais para satisfação das necessidades básicas, compactados aos processos democratizados de bem usufruto de trabalho digno, terra, cultura e liberdade.

A partir do acima exposto, justifica-se neste solo latino americano, a implantação e a operacionalização de políticas sociais vinculadas às massas trabalhadoras, que como já dito

estruturalmente são confinadas à condição de superexploração, conforme Marini decifrou.

É neste contexto de realidades adversas e desafios inúmeros que a assistência social, por meio do SUAS, objetiva a oferta de proteção socioassistencial e acesso aos direitos socioassistenciais aos seus sujeitos usuários.

Destarte, está em execução o projeto de pesquisa “*O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva*”, e no qual esta dissertação caracteriza-se como um sub-projeto do mesmo.

A referida pesquisa foi submetida ao *Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq n. 36/2010 – Seleção Pública de Propostas de Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*; se insere na temática de Assistência Social, especificamente, na linha de investigação “*O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua implantação no contexto federativo do país*”; e possui como instituição responsável pela sua execução a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Caracteriza-se como um estudo exploratório e avaliativo sobre a proteção básica socioassistencial no território catarinense. Objetiva analisar o processo de implantação da proteção social básica no âmbito do SUAS, no Estado de Santa Catarina, especialmente no que se refere ao desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, prioritariamente organizado nos CRAS, de maneira a atentar sobre as novas modalidades de organização e atendimento da política pública de assistência social.

Dessa forma, esta dissertação traz para o debate o seguinte recorte de análise: compreender os nexos existentes entre a política de assistência social e a superexploração da classe trabalhadora nas sociedades de capitalismo dependente, considerando um especial conjunto de questões que a pesquisa sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social no Estado de Santa Catarina, o qual iremos abordar nos itens posteriores.

### 3.2 O LÓCUS DA PESQUISA: ALGUNS DADOS SOBRE SANTA CATARINA

Remeteremos a análise agora ao lócus deste estudo, ou seja, o estado de Santa Catarina onde é possível perceber que

em cada região as demandas para a política de assistência social apresentam-se de formas distintas, haja vista que as diferentes localidades portam singularidades e particularidades dentro do contexto macrosocial. Fato este que impõe à política de assistência social desafios ímpares na sua operacionalização. Como enfatiza Yazbek (2008, p. 102) “a tarefa de consolidar a assistência social como política pública de direitos tem aspectos muito peculiares que dificultam a empreitada”.

No que se refere ao estado de Santa Catarina na implantação, gestão e operacionalização do SUAS, convém explicitar que o estado catarinense está dividido em 293 municípios, destes, 237 são considerados municípios de Pequeno Porte 1 (PP1), 30 são considerados municípios de Pequeno Porte 2 (PP2), 16 são considerados municípios de Médio Porte (MP) e 10 são considerados municípios de Grande Porte (GP)<sup>16</sup>, ficando assim desenhado:

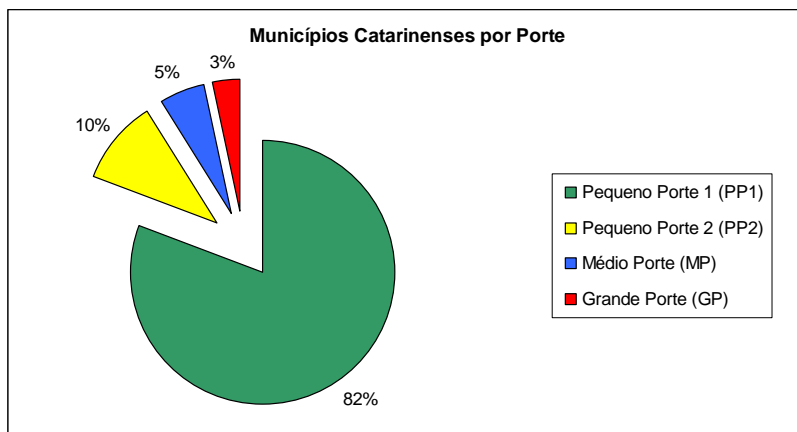


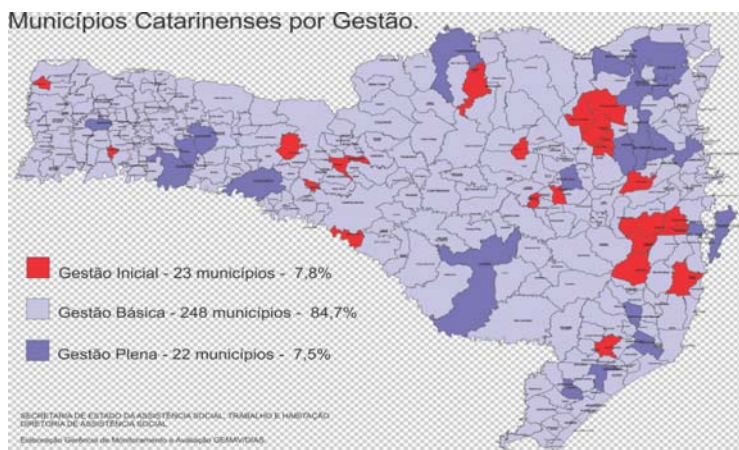
Gráfico 1- Municípios Catarinenses por Porte.

É perceptível que o estado de Santa Catarina é composto, em sua maior parte, por municípios muito pequenos, o que, como a história confirma, em função de aspectos políticos, culturais, históricos e sociais, impõe dificuldades ao processo de

<sup>16</sup> Segundo a PNAS (2004) temos: PP1: Até 20.000 hab.; PP2: de 20.001 a 50.000 hab.; MP: de 50.001 a 100.000 hab.; GP: de 100.001 a 900.000 hab.

implantação e implementação da política de assistência social a partir do novo desenho preconizado pelo SUAS.

Segundo dados do Censo SUAS 2010, dentre os municípios do estado, 289 estão com Gestão Municipal estabelecida, contando com um total de 225 CRAS (sendo 224 cofinanciados) e 81 CREAS (todos cofinanciados). As gestões municipais do estado, conforme o nível de habilitação ao SUAS estão configuradas da seguinte forma:



Mapa 1: Municípios catarinenses por Nível de Gestão do SUAS.

Fonte: Mapa elaborado pela Diretoria de Assistência Social (DIAS) da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, (2010).

Estes dados demonstram que Santa Catarina possui 23 (vinte e três) municípios, em gestão inicial, 248 (duzentos e quarenta e oito) em gestão básica e 22 (vinte e dois) em gestão plena. Esta informação possibilita uma visão ampliada da gestão da política de assistência social no estado e subsidiou as escolhas metodológicas realizadas pelo grupo de pesquisa, quanto à construção da amostragem. Abaixo apresentamos estes dados em percentuais:

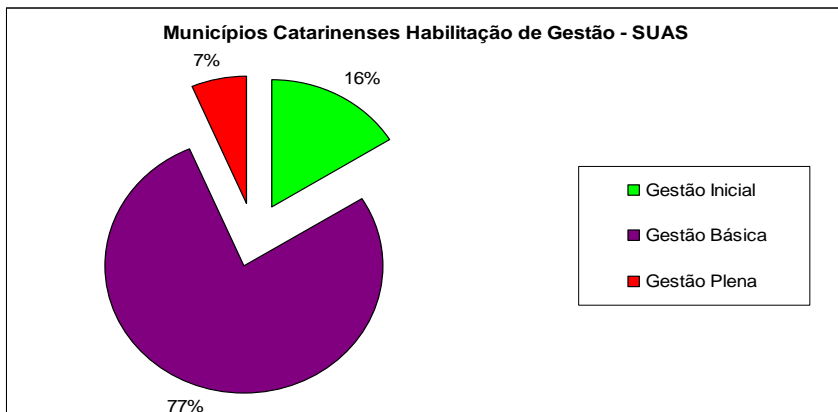
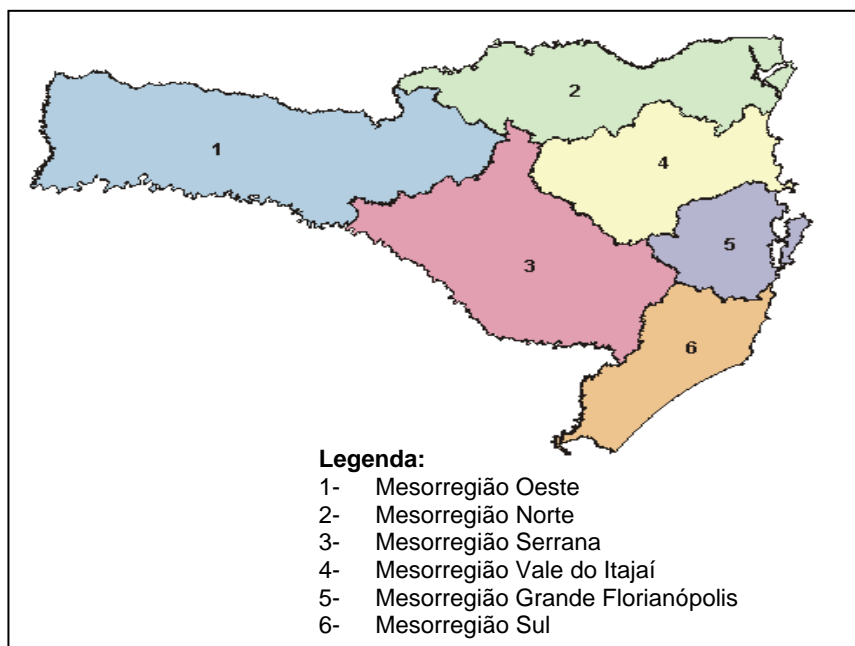


Gráfico 2- Municípios Catarinenses por Habilitação de Gestão do SUAS.

A partir deste panorama, as seis mesorregiões do estado apresentam-se, conforme disposto no mapa abaixo:



Mapa 2: Estado de SC dividido por mesorregiões.

Fonte: Instituto Cepa/SC. (<http://www.cepa.epagri.sc.gov.br/>).

Nesse sentido, Santa Catarina é um estado que a partir das suas características e peculiaridades regionais também apresenta contradições e desafios para a efetivação deste sistema único na área socioassistencial do país.

É preciso perceber que, a partir da sua formação enquanto unidade estatal, Santa Catarina é composta predominantemente por municípios pequenos, o que de imediato nos remete à existência de dificuldades burocráticas, organizacionais, financeiras que se acentuam nestas realidades.

As diferenças culturais, econômicas e sociais em cada uma das mesorregiões se apresentam de formas distintas, o que evidencia ainda mais as particularidades de cada espaço territorial com repercussão direta na oferta e operacionalização das políticas sociais, especialmente da Assistência social.

Mattei (1999, p. 4) nos diz acerca do sistema econômico de cada mesorregião que: “conformou-se um sistema econômico que não se integrou ao nível do estado, mas que desenvolveu uma dinâmica de interligação das cidades-pólo regionais com os outros estados do país.”

Percebe-se com tal afirmação que pelas características próprias do seu espaço territorial cada mesorregião se desenvolveu sem muito relacionar-se com as outras, mas sim, com estados vizinhos e com cidades com que possuíam afinidades econômicas, haja vista que cada mesorregião catarinense distingue-se fortemente das outras pelo seu processo econômico.

De forma breve, assim podemos apresentar cada mesorregião:

- Mesorregião Oeste: composta por 117 municípios. Possui 27.288,763 km<sup>2</sup> de área. Sua população segundo dados do IBGE (2007) é de 1.200.230 habitantes, possuindo como densidade 42,6 hab./km<sup>2</sup>. Mattei (1999, p.20) afirma que esta foi a última área a ser colonizada no estado. Prossegue afirmando que a madeira foi o principal motivo do povoamento daquelas terras, e que num espaço muito curto de tempo o Oeste se tornou o principal pólo agroindustrial do estado. Ainda nos diz que “o setor primário é preponderante na região, sendo que a maior parte dos municípios ainda mantém sua base rural. Características estas que conceituam o Oeste como principal pólo de produção agroalimentar do estado, destacando-se as produções de milho, arroz, feijão, suínos, aves, maçã e laranja. O autor prossegue

afirmando que por esta ser uma região com características predominantemente rurais, há, na esfera social, dois tipos de problemas:

O primeiro está relacionado ao forte processo de exclusão do sistema de integração, uma vez que está aumentando a parcela de agricultores que não é mais capaz de atingir as escalas mínimas de produção fixada pelos grandes grupos empresariais. E o segundo diz respeito ao processo de abandono, por parte da população mais jovem, do meio rural devido à dificuldades financeiras e falta de uma rede básica de serviços de infraestrutura. Com isso, observa-se um envelhecimento da população rural da região. (MATTEI, 1999, p. 23).

- Mesorregião do Vale do Itajaí: composta por 53 municípios. Possui 13.003,018 km<sup>2</sup> de área. Sua população segundo dados do IBGE (2010) é de 1.509.273 habitantes, possuindo como densidade 116,0 hab./km<sup>2</sup>. Mattei (1999, p. 14) nos diz acerca desta mesorregião que foi “a partir de 1880, com a chegada de novos imigrantes alemães e italianos é que de fato iniciou-se um processo de acumulação de capital com a formação do mercado local, o que foi decisivo para o salto industrial nas décadas seguintes.” Segue afirmando que os principais ramos industriais implantados foram o têxtil e o alimentar. No setor primário, destaca-se a produção da cebola, e também há que se considerar que a região detém a principal bacia leiteira do estado. Ainda, nos diz que:

Em termos de emprego rural, é importante destacar que nessa região existe um processo tradicional de trabalho que combina ocupações agrícolas com as não-agrícolas, em grande parte, beneficiado pela forma de articulação entre os setores primário e secundário. (MATTEI, 1999, p. 15).

No que se refere ao setor terciário, destacam-se as atividades relacionadas ao turismo, sendo Balneário Camboriú uma cidade referência neste ramo.

- Mesorregião Sul: composta por 44 municípios. Possui 9.709,247 km<sup>2</sup> de área. Sua população segundo dados do IBGE (2010) é de 925.177 habitantes, possuindo como densidade 95,3 hab./km<sup>2</sup>. Mattei (1999, p.18) ressalta a característica da extração carbonífera nesta região. Afirma que o auge desta atividade se deu nos anos de 1970, no entanto em 1990, com a liberação total das importações, “a exploração carbonífera entrou definitivamente em colapso e a região aprofundou a reestruturação produtiva que já vinha sendo ensaiada a partir da década de 1980.” Como resultado de tal decadência destaca-se o desemprego e os graves problemas ambientais. Após a decadência do setor carbonífero, a economia desta região se reestrutura na produção de cerâmica; transformando a região no principal pólo de produção do país; e no setor primário a região caracteriza-se por ser o principal pólo produtor de arroz. O setor terciário é o que possui expressão menor nesta realidade, uma vez que a maioria das cidades ainda mantém seus vínculos rurais, sendo raras as cidades com expressões predominantemente urbanas, o que torna preciso considerar que:

Do ponto de vista do emprego, é necessário destacar a importância do setor primário, tanto em termos das ocupações estritamente agrícolas como em termos das ocupações não-agrícolas que se expandem às zonas rurais dessa região e que estão vinculadas aos ramos do vestuário, da indústria calçadista e do turismo. (MATTEI, 1999, p.18)

- Mesorregião Norte: composta por 26 municípios. Possui 15.937,767 km<sup>2</sup> de área. Sua população segundo dados do IBGE (2010) é de 1.212.997 habitantes, possuindo como densidade 76,1 hab./km<sup>2</sup>. Mattei (1999, p. 9) nos diz acerca da economia desta região que no setor primário o que prepondera é a economia de pequena escala, destacando-se a produção de milho, feijão, fumo, soja, batata e de frangos e suínos. No entanto, é o setor secundário que é considerado “o motor da



economia regional”, destacando-se a fabricação de móveis e tornando esta região a responsável por 25% das exportações do setor. Prossegue este mesmo autor, afirmando que do ponto de vista do emprego que “o setor secundário transformou-se na principal fonte de ocupação da mão-de-obra. Isso está relacionado, em grande medida, às características das indústrias de móveis que são, basicamente, de caráter familiar”. Já o setor terciário possui uma participação menor que os demais, não possuindo maior influência no aspecto econômico da região.

- Mesorregião da Grande Florianópolis: Composta por 21 municípios. Possui 7.041,0 km<sup>2</sup> de área. Sua população segundo dados do IBGE (2011) é de 1.008.751 habitantes, possuindo como densidade 141,3 hab./km<sup>2</sup>. Mattei (1999, p. 4) nos diz acerca desta região com características predominantemente litorâneas que, por ser Florianópolis a capital do estado e por possuir os centros administrativo e comercial, está é a principal cidade de SC. Acerca da economia regional este mesmo autor segue afirmando que:

Há uma predominância do setor terciário sobre os demais. No setor primário, as atividades ligadas à agricultura, embora fundamentais para alguns municípios, têm pouca expressão no âmbito do estado. [...] no setor secundário, é baixa a participação da região no âmbito do estado. As atividades industriais, em sua maioria, são de pequeno porte e se distribuem por vários setores. (MATTEI, 1999, p. 5).

Percebemos que o setor terciário é o preponderante haja vista os serviços relacionados ao turismo, transformando a região num dos principais pólos turísticos do país. Também, se destaca o setor da educação, uma vez que em Florianópolis concentram-se as principais universidades do estado.

- Mesorregião Serrana: Composta por 30 municípios. Possui 22.231,994 km<sup>2</sup> de área. Sua população segundo dados do IBGE (2010) é de 404.343 habitantes, possuindo como densidade 18,2 hab./km<sup>2</sup>. Mattei (1999) nos diz que esta região no princípio de sua colonização servia de passagem para o gado gaúcho até a feira de Sorocaba (SP), o que gerou uma

característica bem distinta das demais regiões do estado, uma vez que “somente no planalto catarinense é que predominou uma estrutura agropecuária assentada nas médias e grandes propriedades”. (MATTEI, 1999, p. 7). Já no que se refere à economia atual desta mesorregião, o mesmo autor prossegue dizendo ser possível fazer uma nítida distinção entre os setores, uma vez que no primário permanece a “produção agropecuária ainda sob o sistema extensivo e com baixa produtividade”. (MATTEI, 1999, p. 7). No entanto, Lages, uma das principais cidades da região tornou-se um dos principais municípios do estado na produção de leite. Quanto à agricultura, a região é a principal produtora de alho do estado, destacando-se também as produções de maçã e batata. No setor secundário preponderam as atividades relacionadas à madeira. Por meio de reflorestamentos é fornecido matéria-prima às fábricas de papel e de móveis. Ainda, tomando como referência este mesmo autor, afirmamos que no setor terciário, caracterizam-se como cidades pólos: Lages e Curitiba; no entanto, “há um baixo aproveitamento da mão-de-obra liberada pelos outros setores. Isso leva a um processo migratório contínuo”. (MATTEI, 1999, p. 8). A partir do acima exposto podemos perceber características que transformam esta região em uma das mais pobres do estado. Situação que afeta diretamente grande parte do seu contingente populacional.

Realizada esta demarcação sobre o território catarinense, no item a seguir buscaremos aprofundar as análises a partir dos dados empíricos coletados via pesquisa de campo, enfatizando a discussão acerca da relação assistência social X trabalho.

### 3.3 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO COTIDIANO E VIDA DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O tema proposto visa debruçar-se sobre o cotidiano da superexploração a que são submetidos os sujeitos de direitos da assistência social, a partir de sua narrativa, suscitada pela sua condição de usuário dos serviços de proteção básica do SUAS em Santa Catarina.

Cabe, portanto, tomar a categoria de superexploração, tal como foi dissecada na sessão anterior, porém a partir do pano de

fundo em que a política social é desenhada neste espaço geográfico, caracterizado como a periferia do capitalismo mundial. Percebe-se que a mesma está conformada por contextos adversos ao da igualdade e universalização, o que é próprio da dinâmica capitalista, ou seja,

(...) em uma sociedade assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira, as políticas de corte social, ao regular as relações sociais, não só favorecem a acumulação e oferecem bases para a legitimação do Estado, como reproduzem a dominação.(YAZBEK, 2009, p.29).

É observado e refletido, desde a década de 1980, a partir do movimento geral da economia mundial, um expressivo aumento na questão superexploração dos trabalhadores ocasionando um agravamento nas condições de vida das massas na América Latina e, consequentemente, também no Brasil, situação esta que expõe a estrutura desigual do capitalismo, trazendo à tona e acentuando situações estruturais como pobreza, miséria, violência, fome, desemprego, entre outras, ou seja, evidenciando cada vez mais “o reino das desigualdades” como denomina Netto (2007).

Nas sociedades em que vivemos - vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista —, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a *exploração*, de que decorrem a *desigualdade* e a *pobreza*. No entanto, os *padrões* de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas

várias formações econômico-sociais capitalistas. (NETTO, 2007, p. 142).

Contexto este de destituições vivenciadas cotidiana e historicamente pela grande maioria da população brasileira, cujas raízes estão assentadas na lei geral da acumulação capitalista: *em que a produção da riqueza gera de outro lado, ou na mesma face da moeda, a pobreza*. Tal dinâmica de pauperização foi acentuada a partir da década de 1990 com as medidas de ajuste fiscal, promovidas pelos governos de orientação conservadora/neoliberal, em que reduziram-se drasticamente os já poucos investimentos na área da seguridade social pública. Simultaneamente, houve unilateral priorização das medidas de política econômica pró-mercado - com privatização de empresas e liberalização do comércio internacional e especulação financeira - a fim de projetar o país no dito mundo globalizado. Ou seja, evidenciou-se a tônica de um 'Estado mínimo para o social e máximo para o capital'.

Perante este confisco dos direitos recém estabelecidos, naquela que seria a legislação mais democrática que o país até então vivera, o resultado não poderia ser outro a não ser o agravamento das condições de vida e sobrevivência da grande massa trabalhadora e historicamente subalterna do país.

Nesse cenário contraditório e controverso ao acesso aos direitos sociais

A assistência é, pois, como as demais políticas do campo social, expressão de relações sociais que reproduzem os interesses em confronto na sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza. (YAZBEK, 2009, p. 31).

Lutar para que a mesma se efetive como uma forma de resistência e luta é um desafio constante para aqueles que se situam na "contracorrente" do capital. Yazbek (2009, p. 65) nos lembra que "o assistencial não altera questões estruturais; pelo contrário, muitas vezes as oculta". No entanto, cabe também à assistência social tornar-se uma modalidade de acesso real e efetivo aos direitos sociais conquistados arduamente. Deve, em nossa compreensão, ser vista como espaço de luta e

possibilidade de acesso, que, por meio da articulação com demais políticas públicas, pode se tornar um especial lugar de resistência à ordem do capital, ou seja,

O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado. (YAZBEK, 2009, p.64).

Partindo do pressuposto de que:

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se à fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...]. (MARINI, 2005, p. 144).

Nesse sentido, ao objetivar compensar as perdas obtidas no processo produtivo, as classes dominantes “procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador”. (MARINI, 2005, p. 153).

É possível afirmar que somos herdeiros de marcas históricas como a concentração da propriedade, latifúndio, superexploração da força de trabalho, escravismo, trabalho

infantil, dentre outras formas que impõe padrões degradantes de civilidade e sobrevivência às massas. Nesse contexto, evidencia-se ainda que “o excedente econômico que fica para financiar as políticas sociais é certamente insuficiente, depois que as contas com o capital são remuneradas”. (PAIVA, 2011, p. 18).

Em função das estruturais configurações do capital, mas que atualmente se apresentam via novas reconfigurações, mais agravadas e avassaladoras na vida da classe trabalhadora e subalterna, ocorre uma *redefinição do perfil dos usuários da assistência social*, o que impõe a esta política pública, além da demanda tradicional, outras demandas tipicamente decorrentes da condição estrutural da força de trabalho latino-americana, constituindo-se, a assistência social não apenas no lugar de proteção em contraponto ao trabalho formal, mas sim no espaço em que “cada vez mais trabalhadores assalariados necessitam da proteção social das políticas sociais, devido à perda da qualidade do emprego e do rebaixamento dos níveis salariais”. (COUTO [et.al], 2010, p. 49). Significa que:

(...) ter direito ao trabalho e a todas as garantias que ainda persistem e resistem no campo formal parece ser insuficiente para dar conta das necessidades sociais da classe que vive do trabalho e de suas famílias, e portanto, há necessidade de uma estrutura social que responda a eles.(COUTO, 2010, p. 169).

Neste sentido, nos reportamos ao material empírico coletado nas entrevistas dos usuários participantes da pesquisa da qual esta dissertação é fruto, e buscaremos relacioná-los ao movimento mais geral da sociedade, isto é, tomá-los como expressão particular e remetê-los ao contexto da universalidade das relações sociais, uma vez que partimos da compreensão de que o homem é um ser social e histórico.

Objetivamos com tal análise conhecer melhor os sujeitos de direitos para os quais a assistência social vem sendo ofertada, ou seja, cotejando com suas condições objetivas de vida e as possibilidades que lhe são apresentadas num contexto denominado de ‘proteção social’, tendo como contraponto um cotidiano distante de qualquer forma de proteção decorrente da

relação salarial. Esta é composta por direitos conquistados pelos setores organizados e formais da classe trabalhadora historicamente, portanto, ainda restritos em relação à imensa massa de informais e precários, que se constitui no Brasil e na América Latina a maioria expressiva da classe trabalhadora do país e continente. Sendo assim, “a intervenção estatal no campo das políticas sociais e especificamente no âmbito da assistência social configura-se nesse quadro como uma modalidade de resposta à miserabilidade da população”. (YAZBEK, 2009, p. 55).

É com este entendimento que debruçamos nossa análise sobre a realidade catarinense<sup>17</sup> que obviamente, não ficou imune às transformações sócio-econômicas ocorridas no mundo do trabalho e nem às determinações estruturais da dependência, acentuando, desta forma, as históricas contradições na estrutura produtiva e social do estado.

Acerca da estrutura produtiva do estado e, em consonância, com o que foi apresentado no item anterior, Santos e Aruto (2011) nos dizem:

Em linhas gerais, Santa Catarina historicamente é marcada por uma estrutura produtiva que tinha como base a pequena-propriedade fundiária de origem familiar, com exceção da região Serrana Catarinense, onde havia uma maior concentração de terras. Essa maior homogeneidade, posteriormente (principalmente a partir de meados do séc. XIX), deu a base para o surgimento das atividades industriais no Estado, a permanência de uma população rural acima da média verificada no país e a uma menor desconcentração regional da rede urbana estadual. Como resultado, Santa Catarina se sobressai como uma importante produtora agrícola (como por exemplo, maçã, fumo, cebola, arroz, além de uma importante atividade pesqueira) e de artigos industriais (principalmente nos setores têxteis,

---

<sup>17</sup> A População Economicamente Ativa de SC em 2009, segundo dados do Anuário dos trabalhadores (2010-2011, p. 22) é de 3.612,00 pessoas.

vestuários, eletro-metal-mecânico, moveleiro e cerâmico). (SANTOS e ARUTO, 2011, p. 8)

As transformações de aporte neoliberal evidenciadas a partir da década de 1990 tiveram repercussão em Santa Catarina, uma vez que “os primeiros anos da década para o estado foram de um crescimento econômico modesto quando comparado com o desempenho de décadas anteriores, ainda que levemente superior ao do País.”. (SANTOS e ARUTO, 2011, p.8).

Considerando tal fato, e o contínuo agravamento por ele gerados, a realidade catarinense, neste início da segunda década do século XXI, se apresentou da seguinte forma quando da coleta de dados desta pesquisa:

No que diz respeito ao sexo dos entrevistados e, consequentemente usuários da assistência social, a coleta de dados nos mostra que ele é predominantemente feminino. Ficando assim caracterizado em cada mesorregião:

Tabela 9: Sexo dos entrevistados.

<b>Mesorregião</b>	<b>Sexo dos entrevistados</b>	
	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
Grande Florianópolis	88,89%	11,11%
Vale do Itajaí	92,85%	7,15%
Sul	93,33%	6,67%
Serrana	91,67%	8,33%
Oeste	100%	-
Norte	93,75%	6,25%

Fonte: dados coletados na pesquisa empírica



Acerca da escolaridade dos sujeitos entrevistados percebeu-se em todas as regiões que é baixa. A grande maioria dos sujeitos apresenta o perfil de escolaridade de ensino fundamental incompleto. Assim caracteriza-se esta informação:

Tabela 10: Grau de escolaridade dos entrevistados

Mesorregião	Grau de escolaridade dos entrevistados				
	Analfabeto	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo
Grande Florianópolis	-	88,89%	-	-	11,11%
Vale do Itajaí	7,14%	71,43%	-	14,29%	7,14%
Sul	-	80,00%	6,67%	-	13,33%
Serrana	-	58,34%	-	33,33%	8,33%
Oeste	12,50%	56,25%	31,25	-	-
Norte	6,25%	81,25%	6,25%	-	6,25%

Fonte: dados coletados na pesquisa empírica

Tais dados se evidenciam nas falas dos sujeitos quando expressam as dificuldades enfrentadas para acessar a escola. Eles nos dizem, acerca do tempo dedicado ao estudo em suas vidas:

“só o primeiro ano. Aprendi meu nome agora, depois de velha.” (Rosa U5).

“eu passei algum tempo envolvida cuidando da família. Daí sim, eu fui estudar.” (Rosa U7)

“há muito pouco, sabe, muito pouco, naquele tempo nós era tudo sitão sabe, assim nós morava lá no município de Lages, naqueles cantão [...] naquele tempo se chovia os pais não deixava nós ir, sabe, nós ia em três num cavalo engarupado, mais um irmão meu e uma irmã, nós ia em cinco cavaleiro no caso pra aula, daí era longe; dava o que pra não mentir pra você, dava uns 10 km. [...] eu assino mal a pena o nome.” (Verde U10)

“até a quarta série, naquela época a gente não dava importância e morava bem longe, bem no interior”. (Amarelo U1)

“terceira série do primário, naquela época de antigamente os pais diziam já tem a terceira série já pode trabalhar, eu fui pra roça com 10 anos.” (Laranja U13)

Segundo dados do ANUÁRIO DOS TRABALHADORES (2009) no Brasil no ano de 2001 cerca de 19,6% de pessoas sem instrução e com menos de 01 ano de estudo possuíam como nível de rendimento até 0,5 salário mínimo. Enquanto que apenas 0,1% de pessoas sem instrução e com menos de 01 ano de estudo possuíam como nível de rendimento mais de 20 salários mínimos. Percebe-se a intrínseca relação entre escolaridade e rendimento, isto é, a partir destes dados verifica-se que as pessoas com menor escolaridade estão propícias a ter um rendimento menor, sendo quase nulo o percentual de pessoas que, com pouca escolaridade, consegue ter um rendimento de mais de 20 salários mínimos.

A baixa escolaridade tem relação intrínseca com outro aspecto presente no modo de produção capitalista, o trabalho infantil<sup>18</sup>. Relacionam-se, haja vista, que no modo de produção capitalista, desde cedo as mãos e braços são chamados a vender sua força de trabalho, muitas vezes como única forma de sobrevivência. Marx (2011, I) já afirmava quando da inserção da maquinaria no modo de produção capitalista, que a primeira preocupação do capitalista foi em como poderia utilizar-se também do trabalho das mulheres e das crianças. Continua afirmando que “antes, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora, vende mulher e filhos.” MARX, (2011, I, p. 453). Prosseguindo sua análise, Marx afirma que a procura por mão-de-obra infantil chegava a lembrar a procura de escravos, a afirmação abaixo relata bem tal realidade.

---

<sup>18</sup> Dados do ANUÁRIO DOS TRABALHADORES (2010-2011, p. 39) apontam a relação dos ocupados no Brasil e a idade em que começaram a trabalhar tendo como base o ano de 2009, seguem as informações: 12,6% de pessoas com até 09 anos; 38,06% de 10 a 14 anos; 26,00% de 15 a 17 anos; 13,70% de 18 a 19 anos; 7,10% de 20 a 24 anos e 2,00% com 25 ou mais anos de idade.

Em Bethnal Green, distrito mal-afamado de Londres, todas as manhãs de segunda e terça-feira, realiza-se publicamente leilão em que crianças de ambos os sexos, a partir de 9 anos, se alugam diretamente às fábricas de seda de Londres. (MARX, 2011, I, p. 454).

Remetendo-nos aos dias atuais tal situação perpetua-se, conforme evidenciado na fala da entrevistada:

*“o meu menino mais velho, depois que ele volta do colégio ele sempre vai [trabalhar] também. Vai com o pai.” (Rosa U4).*

A entrevistada está se referindo a jornada na roça<sup>19</sup>, em trabalhos como o plantio e a colheita de feijão e milho. Percebe-se que o tempo destinado à educação formal da criança é considerado, no entanto, é imposta a ela outra jornada, desta vez de trabalho, desconsiderando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, conforme enfatiza o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

A política de assistência social objetiva o enfrentamento desta problemática por meio de diferentes ações de seus programas, projetos e serviços. Destacamos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que é executado pelo MDS.

O Peti compõe o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e tem três eixos básicos: transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de

---

<sup>19</sup> Acerca do trabalho infantil agrícola no Brasil o ANUÁRIO DOS TRABALHADORES (2009) traz os seguintes dados: 116.234 crianças de 5 a 9 anos trabalhavam e de 10 a 14 anos o número sobe para 882.475 crianças e adolescentes.

Assistência Social (Creas) [...] O programa reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direito, protege-as contras as formas de exploração do trabalho e contribui para o desenvolvimento integral. Com isso, o Peti oportuniza o acesso à escola formal, saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura e profissionalização, bem como a convivência familiar e comunitária. MDS ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), acesso em 20/01/2012).

Referente aos indicadores do trabalho infantil no Brasil, Silva (2010) nos diz que:

A PNAD de 2009 evidenciou esse processo declinante indicando que em 2004 era 5,5 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que trabalhavam, diminuindo para 4,5 milhões em 2008 e 4,3 milhões em 2009, o que representou um significativo decréscimo. (SILVA, 2010, p. 97)

Percebe-se, portanto, que as iniciativas governamentais auxiliam no enfrentamento desta que é uma das mais perversas expressões da questão social, porém, ainda se está longe de conseguir que a mesma seja extirpada da sociedade, uma vez que o modo de produção a qual estamos subordinados requer tal situação.

São estas “*crianças sem infância*”, conforma palavras de Yazbek (2009, p. 113), que na contemporaneidade continuam assumindo a responsabilidade do modo de vida adulto, e que, como se não bastasse as atribuições que isto lhes acarreta, também são parte do denominado *exército industrial de reserva*.

Marx (2011, II, p. 734) nos diz que:

A população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção.

Por ser intrínseco ao modo de produção capitalista, o exército industrial de reserva “proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.” (MARX, 2011, II, p. 735).

Com muita clareza Marx nos apresenta a verdadeira lógica da utilização e necessidade do exército de mão-de-obra para o capital, segue:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. (MARX, 2011, II, p. 739- 740)

É perceptível que no contexto latino americano marcado pela superexploração do trabalho a população trabalhadora excedente possui importante papel a desempenhar. Seguindo a lógica de acumulação capitalista esta serve para agravar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora e subalterna, conforme o relato nos mostra, deixando o destino de milhares de crianças e adolescentes deste continente sempre explorado, com a marca da superexploração desde cedo, uma vez que, como postula Martins *apud* Yazbek (2009, p. 113) “*primeiro trabalham, depois vão à escola e depois brincam, no fim do dia, na boca da noite. A infância é o resíduo de um tempo que está acabando*”. (Grifos da autora).

Prosseguindo nosso debate acerca dos dados coletados, agora direcionamos nossa análise para a *situação no mercado de trabalho* dos sujeitos entrevistados. Para melhor visualizarmos a realidade cotidiana destes elaboramos os gráficos a seguir que apontam para a questão da superexploração.

Na mesorregião Norte assim se apresenta a realidade em questão:

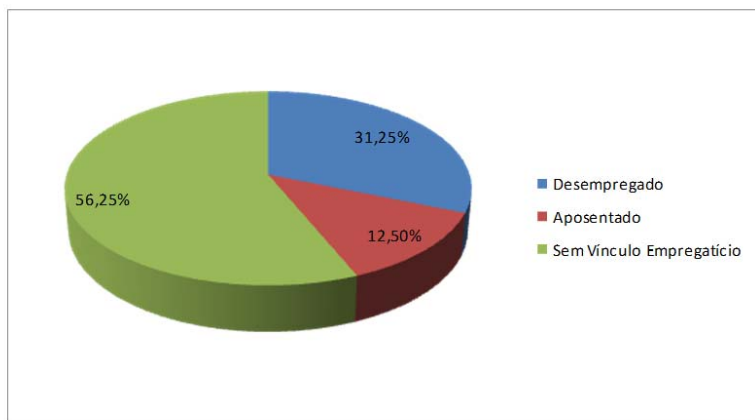


Gráfico 3: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Norte.

Fonte: Coleta de dados da pesquisa “O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva”.

Evidencia-se nesta mesorregião<sup>20</sup> o alto índice de trabalho informal e desemprego, aparecendo com 56,25% e 31,25% respectivamente.

As falas dos sujeitos entrevistados apontaram para os seguintes aspectos:

*“28 anos eu trabalhei, de empregada”.  
(Verde U1)*

*“só ele que trabalha, claro que eu ajudo  
como posso.” (Verde U2)*

*“agora não estou trabalhando, porque eu não  
posso trabalhar né, eu era lavradora.” (Verde  
U4)*

<sup>20</sup> Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, divulgado em janeiro de 2012, destaca-se, entre as 50 cidades que mais contrataram em 2011, a cidade de Joinville, que pertence a esta mesorregião catarinense. Ocupa a 25ª posição com o Saldo de vagas (diferença entre contratações e demissões) de 9135.

*“já trabalhei em uma fábrica de grãos, de soja, milho, essas coisas e na colheita da maçã em Fraiburgo e de doméstica nas casas, mas agora to só em casa.” (Verde U5)*

*“meu marido trabalha por dia, tem dia que ele trabalha, tem dia que não.” (Verde U6)*

*“eu to desempregada, faço artesanato pra vender.” (Verde U7)*

*“Que nem eu to desempregada, to com probleminha de saúde. E não to podendo agora, no momento tá difícil pra mim, trabalhar numa firma. [...] às vezes pego algum bico, negócio carpi terreno. Porque em firma ainda, fiz ficha mais ainda não fui chamada né. Agora não sei se é porque eu to sem sorte mesmo, pouca sorte. Ou não sei o que tá acontecendo, né! Ou se é por causa da minha idade, né. Por causa que mês que vem já vou por 48 anos, né. Acho que isso é um tanto dificultoso pra mim conseguir emprego na firma. Mas to levando. Com a pensãozinha que o pai dele paga todo mês direitinho. E uns bico que eu faço de serviço, reciclagem, carpi terreno.” (Verde U8)*

*“eu na verdade eu trabalho em casa, tipo autônomo né. eu faço trabalhos artesanais. [...] meu marido trabalha em dois serviços, só pra eu não trabalhar fora ele fez isso, ele trabalha na firma de móveis das 05:00 da manhã até 11:15, ele é caldeirista, mas tá na carteira como estufista, daí trabalha nesse período de manhã né, e ele arrumou mais um biquinho a tarde pra ele fazer mas é também lidar com terra, é uma patroa muito boa, mas é maioria assim lidar com terra, porque ela planta flores, mudas de verduras pra revender, daí ele trabalha com ela.[...] teve um tempo que eu trabalhei fora, tudo, só que as vezes é complicado. tem gente, tem firmas que, até colégios que a gente*

*trabalhava, eu trabalhei em colégio, eles não entendem né, eles não querem saber se você tem uma consulta, se tem um médico, eles querem que você fique ali né e às vezes eu precisava, eu queria avisava eles pelo telefone não tinha como avisar antes, daí eles ficavam brabo que eu avisava em cima da hora né.[...] meu marido por um lado não quer que eu vá trabalhar fora, ele não quer, nem minha pequena, deus o livre falar pra minha pequena que eu vou trabalhar fora, ela diz que não, 'tem eu pra cuidar', bem esperta ela.” (Verde U9)*

*“eu sou aposentado do INSS e trabalho. Agora nesse trabalho eu não tenho carteira assinada, esse é um erro né que o meu patrão faz. É 10 anos que eu luto com o patrão. não posso ficar em casa, tá lá minhas plantação. se criemos sabe na roça, sempre eu trabalhava com enxada, essas coisas.[...] eu trabalhava assim de jardineiro, o que vinha assim, eu não parava. (Verde U10)*

*“Seria bom ter uma forma de... eu sei que tem um lugar lá, o SINE pra gente correr atrás de trabalho. Se tivesse como sair trabalho daqui pra gente.[...] É como eu no caso, se tivesse trabalho como diarista eu já encarava, já ia, qualquer trabalho eu já pegava. Isso, ajudaria muitas mulheres, a maioria das mulheres que vem aqui estão com alguma dificuldade e pedem a cesta como apoio, às vezes está desempregada, se tivesse a indicação pro trabalho assim de urgência, eu acho que ajudaria bastante, alguma diária assim.” (Verde U11)*

*“Eu sou cozinheira e auxiliar de cozinha. No momento eu to trabalhando de diarista à tarde. todo dia à tarde numa casa só.”*

**Entrevistador:** *“tem carteira assinada?”*

**Entrevistado:** *“ta um mês e pouco que tá sem registro. Agora a minha patroa disse que quer me registrar pro dia todo, de manhã na*



*fábrica de doce dela que ela faz torta e essas coisas maravilhosas e a tarde pra mim trabalha só na casa dela.” (Verde U12)*

*“eu perco a memória, eu precisava me encostar porque eu não posso trabalhar.” (Verde U14)*

*“eu não tenho salário não tenho nada. Eu trabalho com reforma de costura que eu fiz o curso, depois que eu comecei o curso de pintura eu comecei a pintar e a vender.” (verde U15)*

Estes relatos nos revelam inúmeras situações de destituição que o sujeito de direitos está submetido quanto à questão da sua sobrevivência, dentre elas destacamos: o trabalho informal, a dupla jornada, o desemprego, a questão de saúde delibitada - o que o inviabiliza acessar um trabalho, a dificuldade se sobreviver tendo como renda apenas o salário mínimo da aposentadoria - o que remete o idoso novamente para o circuito de venda da sua força de trabalho, entre outras.

Chamamos a atenção para a fala da entrevistada ‘Verde U6’, pois consideramos esta ser a mais perfeita definição de trabalho precário, ou seja, expõe uma das mais perversas formas da superexploração do trabalhador pelo sistema capitalista, uma vez que tem dias em que ele é ‘útil’ a este sistema e tem dias que não.

Compreendendo a precarização do emprego como as situações que estão em patamar contrário às garantias do emprego assalariado, Barbosa (2008) diz que:

É precário aquele trabalho que se realiza sob uma ou mais das seguintes condições: a) tempo parcial do dia/semana/mês, extensas jornadas de trabalho, pagamento por produção/serviço; b) ausência de garantias legais de estabilidade ou proteção contra dispensas, carga horária definida, descanso semanal, férias, condições salubres, seguridade social, seguro-desemprego, aposentadoria, licença-maternidade, licença

doença, acidentes de trabalho, entre outros quesitos. É precário porque submete o trabalhador a condições arriscadas para sua vida, a cruel dominância da concorrência no mercado, sem ações coletivas de enfrentamento, sem segurança de cobertura social no futuro ou de quando não mais puder dispor da força de trabalho. (BARBOSA, 2008, p. 91).

Acerca do desemprego, percentual que aparece também em número elevado nesta mesorregião, Pochmann (2008) afirma que:

Na década de 1990, 2 a cada 3 brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho conseguiram encontrar algum tipo de ocupação. Entre 1980 e 2003, o desemprego foi multiplicado por 3,5 vezes, atingindo praticamente os mais distintos segmentos sociais, inclusive aqueles com maiores graus de escolaridade. (POCHMANN, 2008, p. 30).

Findada esta primeira década do século XXI, são anunciados índices de redução do desemprego<sup>21</sup>, no entanto, é preciso ressaltar que as condições estruturais que ocasionam tal situação não são alteradas. Permanece intacto o estatuto da propriedade privada e da lei geral de acumulação capitalista<sup>22</sup> condição primordial de existência e funcionamento do sistema capitalista.

---

<sup>21</sup> O Brasil criou, em 2011, 1.944.560 postos de trabalho celetistas. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam um crescimento de 5,41% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2010. O resultado foi o segundo melhor da série histórica do CAGED, menor apenas que o de 2010, quando foram criados 2.543.177 postos. Fonte: (<http://portal.mte.gov.br>. Acesso em 24 de janeiro de 2012, às 21h54min).

<sup>22</sup> “A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada.” (MARX, 2011, II, p. 724).

Ainda, chamamos a atenção para a fala da entrevistada 'Verde U9' quando esta nos diz que seu marido possui dupla jornada de trabalho. Fato este rotineiro na vida daqueles superexplorados pelo modelo de produção em vigência, que para garantir o sustento seu e de sua família vêem-se obrigados a assumir uma jornada de trabalho mais extensa, ou seja, duas ocupações.

A dupla jornada torna-se a única alternativa, na busca de garantir a sobrevivência, para o povo latino-americano, e conseqüentemente para os brasileiros, uma vez que neste continente a força de trabalho<sup>23</sup> é remunerada abaixo do que ela realmente vale.

Nas palavras de Sotelo (2009), fazendo referência ao que Marini já postulava em sua obra "Dialética da Dependência", as sociedades dependentes e subdesenvolvidas deste continente.

Fincaram seu desenvolvimento preferencialmente na maior exploração da força de trabalho do operário, sobre a base do aumento da intensidade do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. (SOTELO, 2009, P. 51)

Pode-se comprovar tal afirmação analisando o valor pago à mão de obra por hora (em US\$), na produção da indústria<sup>24</sup>, conforme apresentado na tabela a seguir:

---

<sup>23</sup> A distribuição dos assalariados por níveis de rendimento na Região Sul do país no ano de 2007 teve a seguinte caracterização: Até 1 Salário Mínimo: 19,1%; mais de 1 a 2 salários mínimos: 46,0%; mais de 2 a 3 salários mínimos: 15,6%; mais de 3 a 5 salários mínimos: 10,7%; mais de 20 salários mínimos: 0,6%. Fonte: (IPEADATA. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 04 de outubro de 2011 às 18h10min).

<sup>24</sup> Dados apontam que as horas de trabalho semanais na indústria tem se caracterizado da seguinte forma: no Brasil são trabalhadas em média 43 horas, no Canadá em média 38,5, nos Estados Unidos 41,2 horas e no Reino Unido 40,9 horas. Fonte: (ANUÁRIO DOS TRABALHADORES, 2009).

Tabela 11: Custo da mão-de-obra (em US\$) na produção da indústria.

Países	Custo da mão-de-obra em US\$	
	2000	2007
Brasil	3,5	6,0
Alemanha	22,7	37,7
México	2,1	2,9
Reino unido	16,3	29,7
Dinamarca	21,5	42,3

Fonte: (ANUÁRIO DOS TRABALHADORES, 2009). Elaboração própria

Já o que se refere aos rendimentos da classe trabalhadora, dados disponíveis nos relatórios do IPEADATA apontam que a renda média de todos os trabalhos (média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos totais em dinheiro recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) foi de R\$ 1.068,39 no Brasil em 2009, já no estado de Santa Catarina este valor foi de R\$ 1.278,07. (IPEADATA. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 04 de outubro de 2011 às 18h10min).

Na mesorregião Oeste a realidade assim se apresenta:

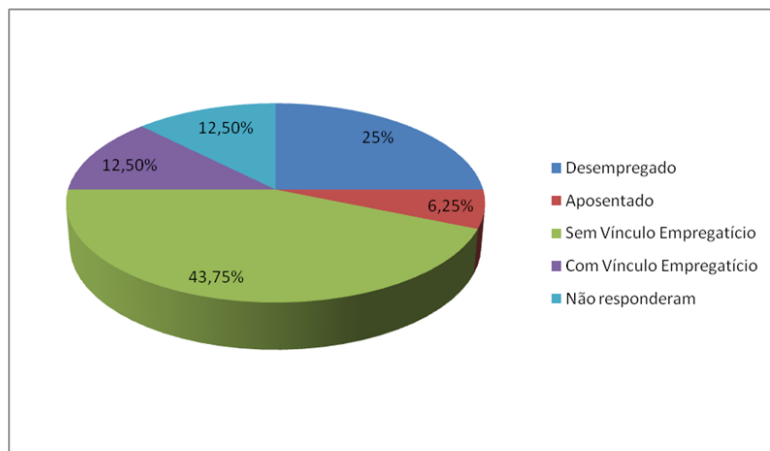


Gráfico 4: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Oeste.

Fonte: Coleta de dados da pesquisa "O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva".

Nesta mesorregião também é evidente o alto índice de trabalho informal<sup>25</sup> e desemprego<sup>26</sup>, aparecendo com 43,75% e 25% respectivamente. Ainda, nos chama a atenção o fato de 12,50% dos sujeitos entrevistados não responderem acerca deste questionamento; fato que pode ser justificado por receio de sofrer alguma represália, haja vista que historicamente na trajetória da assistência social era necessário ser “merecedor” dos programas, benefícios e serviços da mesma. É um fator que pode nos apontar para o quão distante está a concepção da universalidade do acesso ao direito, no cotidiano e vida do usuário – sujeito de direito.

É relevante mencionar que a característica desta mesorregião é rural com destaque para a agricultura e a agropecuária. Segundo dados do ANUÁRIO DOS TRABALHADORES (2009) no ano de 2001 cerca de 19,5% da população ocupada na região Sul do país exercia atividade agrícola.

Ainda nos utilizando desta referência é possível analisarmos como se configurou no passar do tempo a População Economicamente Ativa<sup>27</sup> (PEA) no Brasil e no estado de Santa Catarina, conforme disposto na tabela abaixo:

---

<sup>25</sup> Consideramos que este índice tem forte relação com a sazonalidade, uma vez que nesta região destacam-se as colheitas de maçã e de outros produtos agrícolas como feijão, milho, etc, o que requer temporariamente uma expressiva mão-de-obra, que após a safra fica sem trabalho fixo.

<sup>26</sup> Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, divulgado em janeiro de 2012, destacam-se, entre as 50 cidades que mais demitiram em 2011, as cidades de Águas de Chapecó e Itapiranga, que pertencem a esta mesorregião catarinense. Ocupam a 26ª e a 40ª posição com o Saldo de vagas (diferença entre contratações e demissões) de -688 e -460, respectivamente.

<sup>27</sup> Compõe a população economicamente ativa as pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo (01-09-90- a 31-08-91) ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos doze meses anteriores à data de referência do Censo mas que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

Tabela 12: Distribuição da População Economicamente Ativa no Brasil e em Santa Catarina.

	População Economicamente Ativa (PEA) Rural		População Economicamente Ativa (PEA) Urbana	
	1970	2000	1970	2000
<b>Brasil</b>	13.008.392	13.076.168	16.548.832	64.391.285
<b>Santa Catarina</b>	516.424	598.696	365.805	2.083.659

Fonte: Anuário dos Trabalhadores (2009).

As falas dos entrevistados nesta região nos apontam para os seguintes aspectos relevantes:

*“O ano passado eu trabalhei na maçã, mas esse ano não trabalhei. **Entrevistador:** Ano passado foi trabalho informal ou tinha carteira assinada? **Entrevistador:** Não assinava né. Mas a gente recebia a mesma quantia que os outros recebiam.”. (Azul U4)*

*“Sempre trabalhei de empregada doméstica, serviços gerais, a vida inteira. Babá também.” (Azul U7)*

*“Eu vendo roupa, remédio, perfume. Eu não tinha salário nenhum, meu salário era 100 reais que eu ganhava.” (Azul U8)*

*“Eu trabalhava de doméstica, mas meu marido sofreu um acidente. Eu não tenho como trabalhar e deixar o meu marido sozinho.” (Azul U10)*

*“eu não tenho nenhum vínculo de trabalho, eu trabalho por conta, o que eu faço é tudo que eu ganho, se eu produzir alguma coisa eu vou ganhar, se eu não produzir eu não vou ganhar.” (Azul U11)*

*“Quando eu trabalhava eu era servente, o meu primeiro emprego foi de servente, 12 anos no BESC, mais 3 anos na Caixa Econômica, depois de empregada doméstica mesmo até me encosta.” (Azul U12)*

Nestes relatos ficam evidentes aspectos que possuem influência direta no trabalho informal, como a sazonalidade em função da colheita da maçã, produto do qual o meio-oeste catarinense destaca-se como expressivo produtor nacional. Também se percebe que os trabalhos que os entrevistados possuíram durante sua vida sempre foram de baixa remuneração e precários, como servente, babá, doméstica.

Ainda, fica evidente que devido à falta de um trabalho fixo, duas entrevistadas relataram trabalhar informalmente com venda de roupas, perfumes, artesanatos e remédios; o que pode proporcionar a elas a falsa concepção de ‘liberdade’ no que diz respeito à sua inserção no mundo do trabalho, uma vez que podem ser vistas como aquele trabalhador que não está submetido ao cumprimento de uma carga horária pré-determinada por nenhuma empresa, ou que ‘fazem seu próprio horário’, idéia muito divulgada nesses tempos atuais e que por muitos é aceita sem um olhar mais crítico, pois não conseguem perceber que este trabalhador, por ser o ‘seu próprio chefe’ está sem a proteção social que o trabalho formal proporciona, haja vista, na maioria das situações estes trabalhadores não ter nenhum vínculo com a previdência social; e quando possuem, cabe somente a eles a contribuição, isentando a empresa fabricante dos produtos de qualquer responsabilidade trabalhista, como pode ser percebido em situações de revenda de produtos cosméticos, roupas, acessórios via catálogo, em que o trabalhador é chamado a assumir o perfil de ‘consultor’ da empresa.

Segundo Vasapollo (*apud* Antunes, 2008).

As novas figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo, cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho “autônomo” de

última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado (VASAPOLLO, *apud* ANTUNES, 2008, p. 47).

E por fim; apresenta-se o relato de uma usuária que possuía emprego formal, porém, devido a problemas de saúde atualmente está recebendo auxílio doença via política de previdência social<sup>28</sup>, mas que devido a dificuldades de sobrevivência, com apenas a renda deste benefício, é também usuária dos serviços e benefícios da assistência social, uma vez que, “na configuração atual do capitalismo brasileiro, recorrem aos serviços públicos tanto trabalhadores (registrados ou não) como os que encontram-se excluídos do sistema de produção”. (YAZBEK, 2009, p. 54).

Na mesorregião Serrana a realidade assim se apresenta:

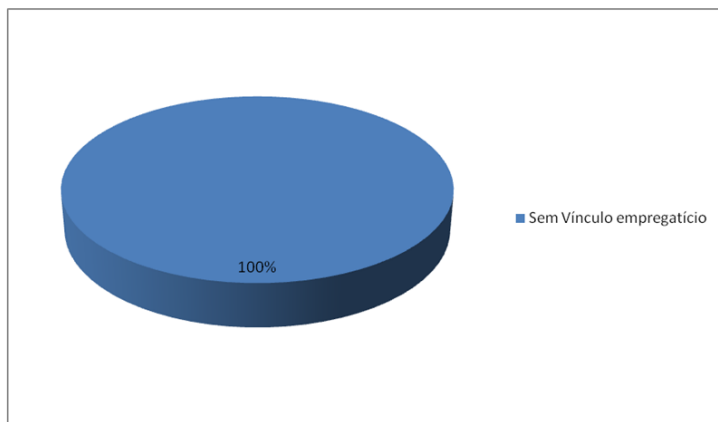


Gráfico 5: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Serrana

Fonte: Coleta de dados da pesquisa “O SUAS em Santa Catarina:

O desenho da proteção social básica em perspectiva”.

<sup>28</sup> No ano de 2007, na Região Sul do país o número de ocupados segundo a contribuição para a previdência social (contribuintes em qualquer trabalho) era de: 8.610.955 contribuintes e 6.181.165 não contribuintes. Fonte: Anuário dos Trabalhadores (2009).



É incontestável a trágica realidade de superexploração apresentada neste dado. Fato que só vem a confirmar a realidade do continente latino-americano enquanto uma região dos *sem direitos*. Expressa também a violência do processo de superexploração, uma vez que a informalidade impede o acesso a inúmeros benefícios na vida no trabalhador como aposentadoria, auxílio doença, salário-maternidade, entre outros, de caráter contributivo, que compõem o sistema de seguridade social no Brasil, uma vez que a característica predominante a previdência social é o caráter de seguro.

Pochmann (2008, p. 24) nos diz que:

Enquanto aumenta o pequeno contingente de famílias ricas financeirizadas no país, sustentado pela aplicação dos seus recursos em títulos da dívida pública, com valorização real anual de 2,5 vezes superior à rentabilidade do capital produtivo, cresce, na outra base da pirâmide social, o peso relativo das famílias pauperizadas, dependentes, muitas vezes, do trabalho informal. Em função disso, urge construir novas bases de expansão e valorização do trabalho.

Os trabalhadores brasileiros são marcados por um conjunto de carências, que na maioria das vezes desqualifica-os seja pelas condições em que vivem ou que trabalham. Enfrentam cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares, o que os faz buscar, na prestação de serviços sociais públicos, alternativas para sobreviver. (YAZBEK, 2009)

Nesta mesorregião<sup>29</sup>, cujos dados expressaram o índice de 100% de informalidade no que se refere à situação no mercado de trabalho por parte dos entrevistados, as falas dos mesmos foram as seguintes:

---

<sup>29</sup> Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, divulgado em janeiro de 2012, destacam-se, entre as 50 cidades que mais demitiram em 2011, a cidade de Bom Retiro, que pertence a esta mesorregião catarinense. Ocupa a 29ª posição com o saldo de vagas (diferença entre contratações e demissões) de -647.

**“Entrevistador:** “tua mãe participa de alguma atividade aqui?” “não, não participa ainda, porque a mãe trabalha.”

**Entrevistador:** “e no que ela trabalha?”

**Entrevistado:** “ela trabalha assim, na roça.

Quando, por exemplo, é pra recolhe feijão eles trabalham assim. **Entrevistador:** “mas é quando tem safra?”

**Entrevistado:** “é só quando tem.” **Entrevistador:** “e é só o feijão ou tem outra coisa?”

**Entrevistado:** “é o feijão, daí tem o milho. Assim, daí quando é tempo de inverno eles roçam. Quando não tem serviço, daí fica em casa quieto, porque não tem; no inverno.” (Rosa U2)

“lavradora, trabalho na roça. trabalho. Planto milho, feijão, batata doce. E também trabalho pros outros por dia, com feijão. Saio trabalhando porque a gente precisa, né. É aposentado, mas o dinheiro da aposentadoria é pouco.” (Rosa U5)

“Eu trabalho em casa, trabalho pra fora. Tanto faz.” **Entrevistador:** “e é com vínculo empregatício?”

**Entrevistado:** “mais por dia sempre, que trabalho sempre. O meu marido trabalha. Ele trabalha no mato né, ganha por dia também.” **Entrevistador:** “ele trabalha plantando?”

**Entrevistado:** “nos pinheiros. Pinheirinho americano. Ele trabalha numa firma, sabe. Daí ele corta...”

**Entrevistador:** “e ele tem carteira assinada ou também não?” **Entrevistado:** “não.” (Rosa U6)

Percebe-se, portanto que a informalidade é o fator que prepondera no cotidiano desses sujeitos, que de acordo com Marini (2005) expressa a superexploração imposta desde fora, pela lógica da dependência. É unânime a realização dos trabalhos no meio rural<sup>30</sup>, seja na roça ou no mato. Considerando que nesta mesorregião o percentual de mulheres que respondeu

<sup>30</sup> Na Agricultura, no mês de dezembro de 2011, a diminuição de postos de trabalho foi de 74.082 (- 4,59%), a menor queda para o mês, desde dezembro de 2003. Fonte: <http://portal.mte.gov.br>. Acesso em 25 de janeiro de 2012, às 23h05min.

às entrevistas foi de 91,67%, e o grau de informalidade apresentado foi de 100%, é preciso problematizar acerca da inserção da mulher no mundo no trabalho, uma vez que estes dados apontam para o aspecto da superexploração e sua expressão enquanto mulheres trabalhadoras.

Nesse sentido destacamos que:

A população feminina agrícola está sobretudo enquadrada nas categorias de trabalhadores não-remunerados e na denominada de trabalhadores na produção para o próprio consumo. A proporção de não-remunerados na população agrícola ocupada feminina é bem superior à masculina. Em geral, são as mulheres (esposas e filhas) que se enquadram como trabalhadoras não-remuneradas em ajuda a membro da unidade domiciliar (geralmente o marido trabalha como empregado na produção de bens primários ou como conta-própria). As atividades para o próprio consumo, tais como horta e criação de pequenos animais, envolvem principalmente o trabalho feminino, de modo marcante, pois referem-se a um espaço, em geral, próximo do lar, no qual a mulher desenvolve os afazeres domésticos. (MAPA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, 2011, p. 27).

Tal consideração nos possibilita perceber que além da condição de trabalhadora informal, na agricultura, na maioria dos casos, o marido apenas é reconhecido como trabalhador remunerado, relegando às mulheres esposas o papel de 'agente secundário' ao que diz respeito a maneira de conseguir renda para a sobrevivência da família.

Na mesorregião Sul a realidade assim se apresenta:

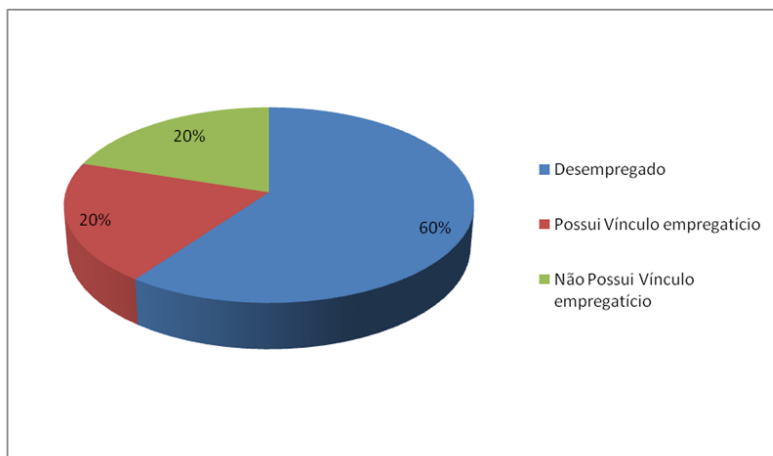


Gráfico 6: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião Sul.

Fonte: Coleta de dados da pesquisa “O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva”.

Nesta mesorregião é o desemprego<sup>31</sup> que prepondera entre os sujeitos entrevistados com o percentual de 60%. Já o percentual apresentado por aqueles que possuem vínculo empregatício é o mesmo daqueles que não possuem vínculo, 20% cada situação.

Destacamos os seguintes aspectos nas falas dos entrevistados:

*“Só tive uma profissão, trabalhava no mercado.” (Laranja U6)*

*“Daí ele tá melhorando, hoje mesmo ele foi trabalhar o dia inteiro, tá trabalhando aqui no bairro mesmo, e a noite ele pesca; ele bota*

<sup>31</sup> “Devido a fatores sazonais (entressafra agrícola, término do ciclo escolar, esgotamento da bolha de consumo no final do ano, fatores climáticos) que afetam quase todos os setores e subsetores, o nível de emprego em dezembro de 2011 foi negativo. No total, houve redução de 408.172 postos de trabalho, representando uma queda de 1,08%, em relação ao estoque de dezembro de 2010. O resultado é muito próximo do ocorrido em 2010, quando houve uma redução de 407.510 postos (-1,12%). O número de admissões em dezembro foi de 1.305.051 e o de desligamentos foi de 1.713.223, nos dois casos, os maiores registrados para o mês.” Fonte: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em 25 de janeiro de 2012 às 23h00min.

rede, tira camarão, até tá dando menos porque no inverno não tem quase camarão, tem mais é no verão, daí por isso ele tá fazendo uns bicos.” (Laranja U11)

“eu trabalhei em frigorífico, trabalhei em fábrica de calçado, trabalhei de doméstica. Fiz de tudo um pouco, eu fazia pão em casa pra vender, fiz de tudo um pouco na vida, né. Quando era mais nova e solteira, eu trabalhei na roça, né. Aí, só que agra eu to parada porque quando foi fevereiro do ano passado, dia 16 de fevereiro, me deu um infarto e daí fui pra UTI. Fiquei nove dias na UTI, quase morri. **Entrevistador:** “a Senhora teve carteira assinada quando trabalhava?” **Entrevistado:** “tive só que eu não tenho mais a minha carteira porque essa carteira eu perdi numa enchente, eu morava perto do rio e a enchente pegou nós, e daí eu perdi a minha carteira de trabalho e daí eu nunca mais fiz outra.[...] Aí eu tive que largar tudo, então hoje eu dependo do meu marido e ele, o coitado, tem que se virar. Às vezes eu olho pra ele, aí ele trabalha fora, fica sexta de tarde em casa e sábado e domingo ainda pega os bicos pra fazer.” (Laranja U12)

“fui batalhando, nesse meio tempo vendi docinho, juntava latinha, to ali com a coisa cheia de latinha, ganhava roupa de um, fazia brechó vendia. [...] Fui servente de escola, daí, eu sai do Estado, por que o Estado me demitiu, pra contratar outras pessoas, eu fiquei desempregada 06 meses, botei um estacionamento, uma mulher me deu um pedacinho de terreno eu botei um estacionamento, tudo isso eu fiz moça. [...]eu vendo latinha, a 1,70 o quilo, tenho que ter 67 latinhas pra ganhar 2 reais.” (Laranja U13)

Além do desemprego<sup>32</sup> a informalidade se caracteriza num dilema na vida do trabalhador superexplorado. Barbosa (2008, p. 96) nos chama a atenção para este fato quando afirma que “de acordo com a OIT, em 1990, 51,6% dos empregados na América Latina formavam o exército de informais. Em 1997, a curva ascendente chegou a 57,4%.”

Nesse contexto é preciso compreender que:

O crescimento da informalidade, direta ou indiretamente ligado ao processo produtivo, produz conseqüências funestas tanto para os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho, quanto para aqueles excluídos do núcleo estruturado do mercado de trabalho (assalariados sem carteira, autônomos, e não-remunerados). No caso destes últimos, nos quais a precariedade generalizada de condições de trabalho sempre foi algo permanente, deve-se acrescentar o fato de que sua ampliação representa uma tendência de maior deterioração das condições de vida e aproximação das linhas de pobreza, num processo gradual de pauperização. (LIRA, 2008, p. 146).

Percebe-se, portanto, que este é o legado das condições históricas de subalternidade a qual a classe trabalhadora esteve historicamente submetida, cujas condições se acentuaram em função do processo de flexibilização das relações de trabalho e deterioração dos postos de trabalho.

Sotelo (2009) nos diz do contexto do mundo do trabalho atual, que existe certa tendência em remeter a população que possui empregos com assalariamento formal em trabalho informal e conseqüentemente precarizado.

---

<sup>32</sup> A Taxa de desemprego (Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -Pnad) no Brasil em 2009 foi de 9,1%, em Santa Catarina este percentual foi de 5,6%. Fonte: (IPEADATA. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 04 de outubro de 2011 às 18h10min).

Se, por um lado, é certo que muitos trabalhadores são “recontratados” logo após serem despedidos, verifica-se, porém do ponto de vista da dinâmica do mercado de trabalho, uma transformação do emprego formal em informal e, através deste, em emprego precário. (SOTELO, 2009, p. 107).

Na mesorregião do Vale do Itajaí a realidade assim se apresenta:

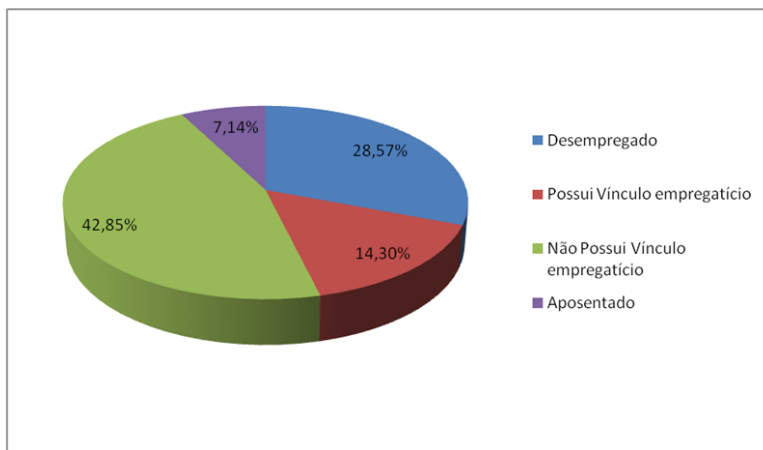


Gráfico 7: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião do Vale do Itajaí

Fonte: Coleta de dados da pesquisa “O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva”.

As falas dos sujeitos entrevistados nesta mesorregião apresentam os seguintes aspectos relevantes:

*“na verdade eu sempre trabalhei desde os meus 18 anos, e quando eu saí dali, da roça, eu fui trabalhar de doméstica. Eu estaria trabalhando até hoje se eu não estivesse ficando doente, eu tenho problema de depressão e outros problemas na cabeça que eu fiz tomografia mas acho que é*

*enxaqueca. E quando me da crise de dor de cabeça eu preciso ficar dois dias de cama, mas nunca mostrou na tomografia. Eu gostaria de trabalhar, ter o meu dinheiro.” (Amarelo U1)*

*“Doméstica, duas tardes por semana.*

**Entrevistador:** *“Tem carteira assinada?”*

**Entrevistada:** *“não”. (Amarelo U2)*

*“Estou desempregada, em auxílio doença no momento.” (Amarelo U3)*

Nesta mesorregião, além do trabalho informal<sup>33</sup>, é expressivo o fato dos trabalhadores que, por estarem doente, manifestam não possuir condições de inserir-se no mundo do trabalho na condição de assalariados formais.

Marini (2005) nos diz que, além de remunerar o trabalhador abaixo do de seu devido valor, o sistema pautado na superexploração do trabalho nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho, uma vez que o obriga a despende uma força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando desta forma o seu esgotamento prematuro além de retirar-lhe a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.

Prossegue afirmando que:

A tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 2005, p. 164).

---

<sup>33</sup> - Acerca do Grau de informalidade (esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira+ trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) em 2009 o Brasil apresentava um percentual de 48,7% e o estado de Santa Catarina 38,1%. Fonte: IPEADATA. < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 04 de outubro de 2011 às 18h10min.



Faz-se necessário, portanto, efetivar o direito socioassistencial de forma universal, ou seja, consideramos que o direito socioassistencial deve assumir um perfil que engloba este contingente populacional que se encontra em situação de superexploração e que, portanto, não possui as suas necessidades básicas atendidas.

Acerca da precarização do mundo do trabalho, Sotelo (2009) aponta que a.

Extensão da precarização do trabalho como fiel reflexo da imposição da flexibilização do trabalho, pois agora o operário tem que “trabalhar mais”, ganhando menos, para sobreviver num mundo “individualizado” e “competitivo”, rodeado de milhões de pobres e famintos. (SOTELO, 2009, p. 137).

É condição preponderante na América Latina, devido às desregulamentações do mundo do trabalho, a de “grandes bolsões de trabalhadores desempregados e subempregados, sujeitos a condições de superexploração do trabalho, baixos salários, rotação de postos e funções e precarização do emprego.” (SOTELO, 2009, p. 179).

E por fim, na mesorregião da Grande Florianópolis a realidade assim se apresenta:

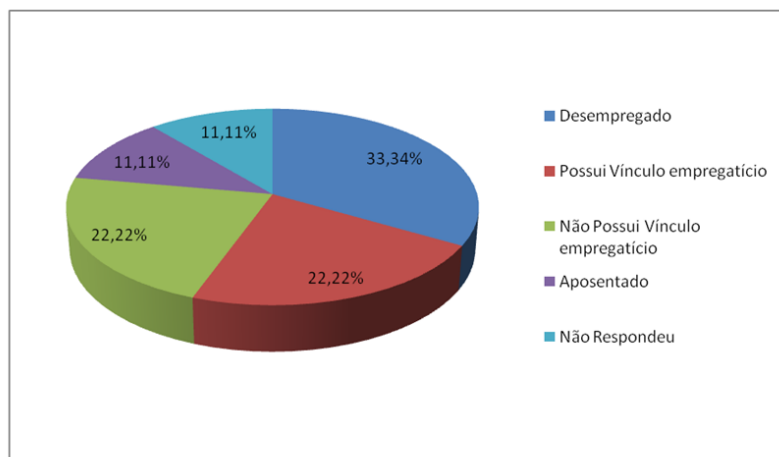


Gráfico 8: Situação no mercado de trabalho – Mesorregião da Grande Florianópolis.

Fonte: Coleta de dados da pesquisa “O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva”.

Observa-se que o desemprego prepondera nesta mesorregião entre os sujeitos entrevistados. Em seguida, aparece em porcentagem igual, os dados daqueles que possuem vínculo trabalhista e daqueles que não possuem vínculo, após aparece a porcentagem de aposentados e dos que não responderam a este questionamento, sendo ambos de porcentagem igual.

É possível perceber que esta é a mesorregião que apresenta a melhor estatística no que se refere ao trabalho formal<sup>34</sup>, facilmente explicada pelas características de região metropolitana da capital do estado. Em referência a dimensão de acesso ao trabalho, a edição n. 131 dos Comunicados do IPEA, lançado em janeiro de 2012 traz a seguinte informação:

<sup>34</sup> Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, divulgado em janeiro de 2012, destacam-se, entre as 50 cidades que mais contrataram em 2011, as cidades Florianópolis e de São José, ambas pertencentes a esta mesorregião catarinense. Ocupam a 29ª e a 42ª posição com o Saldo de vagas (diferença entre contratações e demissões) de 8.589 e 6.851, respectivamente.

O valor para o índice médio dos domicílios brasileiros em 2009 apresenta melhora de pouco mais de 14% em relação à média de 2003. Houve melhorias significativas em várias dimensões, especialmente naquelas referentes à dinâmica econômica, tais como acesso ao trabalho – queda de 20,3% no valor da dimensão – e escassez de recursos – queda de 24,2%. (COMUNICADOS DO IPEA, 2012, p.4)

As falas dos entrevistados nesta mesorregião expressam aspectos que apontam para esta melhora nos índices de trabalho formal, ainda que com características análogas à de superexploração, como salário rebaixado, jornadas distendidas não remuneradas, além da atividade desgastante e incapacitante (pela lesão do esforço repetitivo). É exemplo o que a entrevistada diz<sup>35</sup>:

*“Agora eu trabalho com telemarketing, que cresceu bastante aqui em Florianópolis.”  
(Roxo U6)*

Outro ponto relevante acerca da situação no mercado de trabalho, a qual caracteriza a situação mais expressiva evidenciada nesta região quando da coleta de dados, que é o desemprego, pode ser constatada no relato abaixo:

*“eu estou desempregada. É, eu vendo peixe quando ele pega, por que as vezes ele tem que puxar a rede para remendar, aí fica quinze ou vinte dias só remendendo rede. Às vezes não pega peixe e pega só uns pedaços de pau que rasga a rede. Daí o pouco que ele pega a gente troca por alimento ou vende pra se virar.” (Roxo U1)*

---

<sup>35</sup> Para maior aprofundamento no debate acerca dos trabalhadores do telemarketing, sugerimos o livro: “O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing” de autoria de Cláudia Mazzei Nogueira.

Verifica-se, portanto, uma dupla relação com o mercado de trabalho. De um lado uma entrevistada que declara ter trabalho formal e, de outro, o relato de quem está excluído dele e sofre para conseguir o alimento<sup>36</sup> para sua sobrevivência e de sua família.

Nas palavras de Paiva (2011, p 16):

Generaliza-se no Brasil, e em vastos setores da classe trabalhadora em âmbito mundial, a superexploração, que manifesta uma forma mais intensa e extensiva de exploração, nesse caso, uma forma de exploração da força de trabalho que não respeita seu valor de sua reprodução. Ao não respeitar o valor da força de trabalho, que é determinado pelos meios necessários à subsistência, se modifica a lógica de satisfação das necessidades dos trabalhadores, uma vez que o valor da força de trabalho deveria corresponder um valor específico a determinadas necessidades básicas suficientes para reproduzirem-se a si e a sua família, conforme valores materiais sancionados e simbólicos adquiridos.

Considerando estes dados apresentados acerca de cada mesorregião catarinense podemos perceber que a partir dos anos 1990, com o processo de reestruturação produtiva embasada no ideário neoliberal acentuaram-se as fragilidades que o mundo de trabalho sempre apresentou neste continente e, conseqüentemente neste país. No entanto, em nossa compreensão tais situações possuem suas causas num tempo histórico mais longínquo como aponta Marini (2005, p. 154):

[...] o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível

---

<sup>36</sup> Em Florianópolis no ano de 2008 era necessário trabalhar 118h 20min para conseguir adquirir uma cesta básica cujo valor era estimado em R\$ 220,25. Fonte: (ANUÁRIO DOS TRABALHADORES: 2009).

das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva.

Prossegue este mesmo autor afirmando que este modo de produção fundado exclusivamente na exploração do trabalhador tem como pilares de sua sustentação: *i)* a intensificação da jornada de trabalho, *ii)* a prolongação da jornada de trabalho e *iii)* a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Diante do exposto compreende-se que “capital e trabalho não podem existir separadamente, e somente se configuram tal como são dentro do sistema de exploração e dominação (SOTELO, 2009, p. 167).

Em outros termos, a

Intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, que caracterizam o modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, impõe condições deploráveis de vida às massas. (PAIVA, 2011, p. 18)

Nessa lógica, compreendemos que é obrigação de um Estado democrático de direito que as necessidades dessa imensa massa de explorados sejam atendidas. No Brasil, a assistência social objetiva proporcionar aos sujeitos de direito - trabalhadores superexplorados o acesso aos direitos que lhes são negados nesta sociabilidade, isto é “em uma conjuntura social adversa, é relevante analisar o significado que os serviços

e benefícios sociais passam a ter para os trabalhadores precarizados.” (COUTO [et. al] 2010, p. 46).

Nos tempos atuais é fundamental perceber que, em função do legado histórico de superexploração e do agravamento das condições de trabalho que ocasionam o desemprego estrutural e a redução das proteções sociais vinculadas ao trabalho assalariado,

A tendência é a ampliação dos que demandam o acesso a serviços e benefícios de assistência social. São trabalhadores e suas famílias que, mesmo exercendo atividades laborativas, têm suas relações de trabalho marcadas pela informalidade e pela baixa renda. (COUTO [et.al], 2010, p. 46)

Perceber este acirramento das condições de trabalho significa perceber a assistência social não mais em contraponto ao trabalho formal, como apregoa a lógica liberal, mas sim que “cada vez mais trabalhadores assalariados necessitam da proteção social das políticas sociais, devido à perda da qualidade do emprego e do rebaixamento dos níveis salariais”. (COUTO [et. al], 2010, p. 49)

Tornar o direito socioassistencial alcançável pelas massas espoliadas cotidianamente dos seus direitos mais elementares é o desafio a ser enfrentado. Como nos disse Couto (2010, p. 187),

Afirmar a Assistência Social como direito é tarefa de uma sociedade, e essa tarefa só pode ser realizada com a presença forte de toda essa sociedade, disputando, nos marcos do capitalismo, a ampliação da fatia dos investimentos que devem ser utilizados para que os efeitos perversos da exploração do capital sobre o trabalho possam ser reduzidos.

Para tanto é preciso compreender que “as práticas de assistência social pública são, também, espaços de conquista de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania das classes subalternizadas.” (SPOSATI [et.al], 2010, p. 77).

Compreendemos que para tanto, o direito socioassistencial deve estar pautado na instituição e efetivação da participação popular, uma vez que, por esta via,

A combinação entre soberania popular e a luta política radical pela justiça social, sob a salvaguarda do Estado, se este for efetivamente democrático, anuncia pilares vigorosos sobre os quais se ergue a cidadania e nosso país, se nos fortalecermos na luta geral dos trabalhadores contra o sistema de opressão e de privilégios historicamente no poder no país. (PAIVA, 2011, p. 21).

No item a seguir abordaremos como vem se processando esta lógica nos dias presentes. Abordaremos a política de assistência social no Brasil a partir do SUAS, objetivando identificar as respostas que esta política social vem dando e se vem dando quanto ao enfrentamento da superexploração do trabalho.

### 3.4 A SUPEREXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E AS RESPOSTAS EM TERMOS DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A inclusão da assistência social no denominado “tripé da Seguridade Social brasileira” configurou-se no marco jurídico do reconhecimento da mesma como direito. A partir desta regulamentação, via artigos 203 e 204 da Constituição Federal Brasileira de 1988, avançou-se na luta pela instituição e efetivação dos direitos que esta mesma legislação previa.

Também está no marco histórico-legal da assistência social no Brasil, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que foi revista e novamente regulamentada no ano de 2004. Este documento subsidia a implantação de um sistema único da referida política. Podemos dizer que a PNAS antecede o processo de implantação do SUAS no território brasileiro, introduzindo significativas mudanças conceituais ao que refere-se à concepção, organização, gestão, financiamento das ações nesta área.

Como já mencionado anteriormente, o SUAS é produto político da IV Conferência<sup>37</sup> Nacional de Assistência Social, e propõe que a oferta de proteção socioassistencial se organize de maneira substantivamente articulada. Legitimava-se pelo compromisso em romper com práticas fortemente presentes na concepção e operacionalização desta especial política pública, como o clientelismo, patrimonialismo, favor, benemerência, ajuda e tutela, buscando operacionalizá-la como direito de cidadania.

Este desenho inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo, (independente de contribuição à Seguridade Social e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social. Inova, também, ao fortalecer a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução das políticas. (YAZBEK, 2008, p. 110).

A implantação e a implementação de algo política e normativamente inovador provocam inúmeras dificuldades e entraves, de distintas ordens, considerando a vasta extensão territorial do país e a realidade singular de cada região. É imenso o desafio também de reconhecer e assumir a assistência social enquanto alternativa de enfrentamento das problemáticas geradas pelo modo de produção capitalista, no que “atravessa e é atravessada pelos embates das lutas de classe” (SPOSATI [et. al], 2010, p. 64), ocasionando momentos de recuos e avanços na afirmação do direito socioassistencial.

Nesse sentido, nossa pesquisa observou duas ações centrais, referentes às respostas em termos do direito socioassistencial e sua materialização via proteção básica. São eles: Programa Bolsa Família<sup>38</sup> (PBF) e o Serviço de Proteção e

---

<sup>37</sup> Convocada no ano de 2003 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

<sup>38</sup> “O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.”



Atendimento Integral à Família (PAIF), os quais pautamos nossa análise a partir de agora.

Quanto ao PBF<sup>39</sup> a narrativa dos sujeitos de direitos – sujeitos privilegiados da pesquisa empírica - aponta para duas perspectivas distintas. Uma em que os beneficiários apresentam os aspectos positivos do mesmo em suas vidas, e outra que aponta as limitações que ele possui.

Aqueles que enfatizam o lado positivo do PBF assim afirmaram:

*“é pouco, mas contribui.” (Azul U7)*

*“Sim, ajuda bastante.” (Azul U8)*

*“Contribui, pra mim contribui. Ainda mais agora que eu comprei um remédio que a caixinha custa 60 reais.” (Azul U12)*

*“quebra um galhão, me ajuda pra caramba. Eu recebo todo dia 25, então chega essa época do mês tu tá quebrado porque quatro filhos consomem e sou viúva. Faz dois anos que meu marido faleceu, então quando chega o bolsa família é tudo de bom porque às vezes acaba o gás, às vezes não tem mais fruta. Eu recebo cesta básica e me ajuda muito porque é complicado pagar água, luz, material escolar, então cai do céu no dia 25 que eu pego.” (Verde U12)*

*“o bolsa família, graças á Deus, me ajudou muito. O bolsa aumentou e é uma bênção pra mim e pra minha irmã, porque a gente tem três crianças né, é uma benção de Deus, em nome de Deus, não tem o que reclamar não, que continue assim.” (Laranja U5)*

---

(Fonte: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em 22 de janeiro de 2012).

<sup>39</sup> Na Mesorregião da Grande Florianópolis 77,77% dos entrevistados declararam receber o PBF. Na Mesorregião Norte 81%, Na mesorregião Sul este percentual é de 56,20%, Na mesorregião do Vale do Itajaí este dado é de 50%. Na mesorregião Serrana o percentual é de 66,66% e finalmente na mesorregião Oeste 56,20% declararam fazer parte deste programa.

*“Eu venho aqui sempre né, aqui na bolsa família, elas fizeram a bolsa família, então ajuda. Agora aumentou pra 102, ajuda né [...] Alguém me disse pra fazer a bolsa família e daí me deram o nome dos documentos que eu tinha que levar, e daí vim pra casa, no outro dia eu levei tudo o que eu tinha que levar e daí fui lá e fiz. E daí comecei a receber. Daí agora tá 102 né, comecei a receber 90 e agora tá 102. Deu uma aumentada [...] Então eu crio esse neto, então esse 102 já me ajuda, eu compro material pra ele, um calçadinho, uma roupa, um remedinho pra mim... Ajuda né. Pra quem é pobre, ajuda.” (Laranja U12)*

Estas falas nos permitem perceber que o PBF contribui para a satisfação das necessidades imediatas dos seus beneficiários, sendo que estes percebem e ressaltam tal melhoria. Há possivelmente certa resignação nestes depoimentos, quando supervalorizam o que eles ainda consideram uma ajuda, mesmo que tão residual. De um lado, pode-se especular se as condições enormemente adversas de vida produzem tanto sofrimento quanto conformismo, fator que explicaria a grande receptividade e acolhida ao benefício, com os problemas que o debate acadêmico já ressaltou. Por outro lado, é expressivo o impacto do PBF não só na vida dos sujeitos - conforme registrado nas entrevistas - como nos estudos da avaliação. Nesta direção, Silva (2010, p. 87) nos diz que “estudos recentes evidenciaram uma significativa e contínua diminuição da pobreza e da desigualdade no país desde 2001”, fato que pode ser confirmado haja vista estas informações emitidas pelo MDS

O Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza. O 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aponta queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. MDS

(<www.mds.gov.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2011).

Numa proporção também importante, em outra direção, fica evidente nas falas dos sujeitos a perversidade da seletividade e da focalização do referido programa, de acordo com a compreensão a seguir apresentada:

*“contribui pouca coisa, né. Nós somos em quatro. Paga aluguel, paga luz, não tem serviço.”* (Azul U6).

*“Eu achei um tanto pouco sabe! Porque eu no momento eu to sozinha com neto pra criar,”* (Verde U8).

*“é, ajuda... eu pego R\$140. Eu pegava 55, mas agora são 140. Então, aí tu tem dois filhos de menor, são adolescentes, aí tu vai fazer o que com R\$140?”*. (Verde U13).

Nessa perspectiva, ao analisar os impactos do PBF, Silva (2010, p. 105) coaduna a percepção dos entrevistados: “o benefício monetário transferido para as famílias é extremamente baixo para produzir impactos positivos na ultrapassagem da linha da pobreza por parte dessas famílias”.

Em concordância com tal afirmação, compreendemos que as estratégias de superação da pobreza e desigualdade devem inicialmente transferir renda num valor equivalente ao salário mínimo para as famílias. Ademais, é preciso ir além da transferência monetária, desenvolvendo serviços socioassistenciais efetivamente garantidores de direitos, e também garantido ações articuladas com as demais políticas sociais, visando proporcionar ao sujeito de direitos um forte sistema de políticas públicas, a partir de um verdadeiro sistema de seguridade social, educação, habitação e cultura.

Outra situação percebida, acerca da limitação da abrangência deste programa é o fato de muitos usuários da assistência social estarem na *fila de espera* do mesmo.

*“Elas falaram que eu tenho que esperar né. Porque não é só eu, tem bastante gente que fez muito tempo e não tá recebendo. Que isso vai da sorte de cada um. Tem que ter paciência e esperar mais um pouco, mas agora acredito que eu vou passar a receber. Porque renovei o Bolsa Família e daí foi enviado tudo pra Brasília.... as papeladas, e agora só falta eu receber o cartão. Daí mês que vem eu vou receber o cartão.” (Verde U8).*

Diante desta realidade Stein (2009, p. 214-215) nos diz acerca dos programas de transferência de renda na América Latina que “ainda que a cobertura seja expressiva em alguns países, é significativa a parcela da população pobre que ainda não é abrangida pelos programas, apesar de possuírem critérios exigidos pelos mesmos.”

É visível a limitação que estes programas apresentam perante o enfrentamento das condições estruturais da história latino-americana, sendo caracterizados como “estratégia de proteção social tardia em relação ao que secularmente já se desenvolveu sobre a atenção aos pobres”. (STEIN, 2009, p. 215).

Nessa mesma perspectiva, é pungente a:

Necessidade de articulação mais efetiva entre o benefício monetário transferido para as famílias e seu acesso a serviços sociais básicos e a ações nas áreas de educação, saúde e trabalho, de modo a oportunizar àquelas pessoas autonomia, ou seja, condições de independência em relação ao Programa, conforme objetivo contemplado no desenho do próprio BF. (SILVA, 2010, p.105)

Percebe-se, portanto, que os programas de transferência de renda, pautados na via da focalização para seu recebimento, são oriundos do contexto de reestruturação produtiva da economia e da ideologia neoliberal, que desconsideram as determinações estruturais de geração da pobreza e da desigualdade social, que têm orientado as políticas sociais no

continente para servir “tão somente para manter e controlar a pobreza, bem como para potencializar a legitimação do Estado.” SILVA (2010, p. 103).

Nessa mesma lógica de argumentação Silva (2010) segue afirmando que:

Mesmo em declínio, a situação de pobreza continuou sendo agravada com a concentração de renda, o que é demonstrado observando-se o comportamento do rendimento médio mensal famílias per capita das famílias mais pobres e mais ricas do Brasil, em 2007: os 10% mais pobres detinham 0,19% do salário-mínimo; os 40% mais pobres detinham 0,47% do salário-mínimo, enquanto os 10% mais ricos detinham 8,09% salários-mínimos [PNAD, 2007] (SILVA, 2010, p. 89).

Desta forma percebemos o que os programas de transferência de renda, cuja formatação está pautada em condicionalidades, focalizados na extrema pobreza, podem ser um fator que obstrui o fortalecimento da luta de classe a partir da ótica do trabalhador e, conseqüentemente, o processo de universalização de direitos sociais, uma vez que a focalização dos gastos e da cobertura das políticas sociais “tem deixado no abandono consideráveis parcelas da população que, não obstante pobres, não se enquadram nos parâmetros focalizados de pobreza definidos oficialmente”. (PEREIRA, 2011, p. 179).

Seguindo nosso estudo acerca das respostas em termos dos direitos socioassistenciais, direcionamos nossa análise a partir da falas apresentadas pelos sujeitos entrevistados, tendo como tema uma avaliação sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Acerca deste serviço, também é possível perceber duas perspectivas distintas; uma que retrata a compreensão positiva que os usuários possuem diante do trabalho realizado, e outra perspectiva completamente oposta, em que são perceptíveis a reprodução das práticas pautadas no clientelismo, no paternalismo, no controle e na fiscalização sobre a população usuária, cuja ocorrência vem acompanhada de depoimentos que retratam a limitação

orçamentária, a precariedade das ações eventuais, entre outros traços deletérios do legado histórico da assistência social no país, que insistem em permanecer enfatizando um ranço conservador da mesma.

O PAIF está detalhado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais como serviço de caráter continuado, ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). De acordo com tal normatização, define-se como um trabalho social com famílias, com alguns objetivos, (i) *fortalecer a função protetiva das famílias*, (ii) prevenir a ruptura dos seus vínculos, (iii) promover seu acesso e usufruto de direitos, e (iiii) contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Nessa perspectiva, propõe e pressupõe o *desenvolvimento de potencialidades* das famílias, articulando o fortalecimento de vínculos familiares com os comunitários, generiamente ofertado, como dito “*por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.*” (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2010, p. 6).

Nesta normatização estabelece ainda:

O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço.

As ações do PAIF **não devem possuir caráter terapêutico**. É serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e

reconhecimento de possibilidades. (Grifos nossos).

Um notório registro de um dos avanços fundamentais da proposta do SUAS pode ser exemplificado na afirmação dos princípios centrais assumidos nesta regulamentação, quais sejam a universalidade e a total gratuidade no atendimento, ressaltando ainda, numa clara ruptura com a tendência privatista das políticas sociais, que cabe exclusivamente à esfera estatal a sua implementação. Não são sutis diferenças estes princípios, uma vez que o legado da assistência social insite na focalização em oposição aos direitos universais consagrados constitucionalmente, bem como nos modelos mistos e filantrópicos de prestação de serviços no âmbito das políticas sociais.

A partir desta orientação é que os municípios devem ofertar as ações. Abaixo são apresentadas algumas falas acerca da percepção positiva, por parte dos usuários deste serviço, no que diz respeito ao trabalho que vem sendo desenvolvido.

*“eu acho que está tudo certo. Pra mim, está tudo certo. Eu tô contente com eles, porque eles sempre me ajudaram da melhor forma possível, eu nunca fiquei pra trás. Sempre tive apoio, sempre tive e acho que sempre vou ter.” (Azul U3)*

*“eu ganho uma cesta básica, não é tanto pela cesta básica, como diz claro, a gente precisa, mas é pelo pessoal, eles são gente boa, são profissionais né, a gente participa das reuniões, coisa que eu não sabia foi aprender aqui. A gente aprende muita coisa que é importante pra gente [...] o CRAS é uma família pra gente.” (Verde U1)*

*“Tô satisfeita, eu procurei ajuda e eles estão me dando a ajuda que eu pedi.” (Verde U11)*

*“Ai eu vim um mês, mas na reunião das assistentes sociais que eu adoro, acho o máximo pra gente conversar, se distrair, a*

*gente escuta as experiências dos outros e vê que a nossa não é tão complicada [...] Então numa semana eu faço um grupo pra conversa sobre a sociedade, sobre tudo, pra gente ter uma visão ampla do mundo. Pro assistente social passar outras coisas pra gente. E na outra semana é pra aprender a fazer essas coisas bonitinhas.” (Verde U12)*

*“Meu Deus aqui tem um monte de coisa, computação, violão, música, tem de tudo.” (Rosa U1)*

*“O CRAS pra mim é muito bom, as pessoas também são muito queridas, atendem bem as crianças, a gente também elas atendem. (Roxo U2)*

*“nós moramos na rua de trás. Pra nós é bom, é bem pertinho.” (Roxo U3)*

*“Pra mim tá bom, mas não sei para as outras pessoas.” (Amarelo U4)*

*“Eu tô me desenvolvendo bastante, acabo tendo conselhos. Antes eu não tinha serviço, agora eu to fazendo cursinho, voltei a estudar, arrumei um namorado recentemente.” (Laranja U1)*

*“O CRAS eu procurei porque eu perdi meu marido. Foi assassinado. Então eu procurei pra ver se eu conseguia pra me aposentar pelos meus filhos, né? Pra eles receberem aposentadoria. O CRAS me encaminhou para o INSS.” (Laranja U4)*

*“Oh agora, tu vê o marido dessa, largou ela. Se não fosse o CRAS, socorre daqui, socorre de lá, como é que ficava o lado dessa coitada com filho? Não era fácil. O marido largou e ainda caiu nas drogas. Se não fossem elas mesmo, olha...” (Laranja U9)*



*“Não recebo nada. Eu venho aqui, como já falei para várias pessoas quando eu fui entrevistada, que é uma válvula de escape. Eu não tenho parente nenhum, não sou daqui. Então é um lugar que eu venho para conhecer pessoas, pessoas diferentes. Então é minha válvula de escape, como eu falo sempre. [...] Não venho por necessidade, que eu não preciso, graças a Deus. Só necessidade de estar junto com outras pessoas, conversar, trocar idéias. Quando você está com outras pessoas já esquece seus problemas.” (Laranja U10)*

*“Eu acho bom, o atendimento é bom, é todo mundo muito educado, atendem a gente bem, fundamental, né? Educação é básico. Então não tem do que reclamar.” (Roxo U5)*

A partir do exposto algumas análises são oportunas de ressaltar. Estas falas expressam que o atendimento das demandas e necessidades – ao menos as imediatas - acontece, via oferta de programas e projetos complementares, uma vez que o CRAS neste contexto é compreendido como um local onde se aprende coisas novas.

Além disso, fica perceptível que tanto a metodologia do trabalho, assim como os profissionais são aceitos e valorizados pelo público alvo do serviço. A questão do local onde o CRAS está instalado também aparece nos relatos e é considerada positiva haja vista que o mesmo está instalado próximo da casa da usuária, ou seja, é respeitado o princípio da territorialização conforme preconizado pelo SUAS.

Ainda, fica evidente que o atendimento realizado via PAIF serve como porta de entrada para o acesso a demais políticas públicas, como no caso a previdência social, conforme aponta a entrevistada. Em outra fala fica constatado que o PAIF ainda proporcionou a usuária uma melhoria em vários aspectos da sua vida, conforme sua afirmação. Nessa mesma lógica, outra fala nos apresenta o caráter socializador que o CRAS de modo geral pode assumir, uma vez que é procurado pelos indivíduos na busca de garantia dos seus direitos.

Desperta nossa atenção, em relação a esta circunstância, o fato da realização de atendimentos emergenciais e o fato de que a assistência social pode estar assumindo funções que são específicas de outras políticas.

É preciso considerar que devido o agravamento das condições de vida da grande maioria da população em muitos casos será necessário a oferta de respostas imediatas e emergenciais para o enfrentamento momentâneo da problemática. Busca-se com isto, o atendimento satisfatório das necessidades humanas. No entanto, esta prática que é uma característica da assistência social, em sua forma mais conservadora e clientelista, deve ser superada.

É preciso enfatizar que a intersetorialidade deve fazer parte da oferta do direito socioassistencial, uma vez que este sujeito é vítima da violação de inúmeros de seus direitos, seja, saúde, educação, moradia, trabalho, cultura, lazer, alimentação digna, entre tantos outros, conforme pode ser observado nas falas a seguir, que expressam a demanda por habitação, cultura e lazer para a área da infância.

*“é que na verdade eu moro de aluguel, que nem um dia tô aqui, um dia tô lá. [...] se eu conseguir né aquele projeto das casinhas, que eu queria ganhar né, que nem eu e meu marido paga aluguel, e às vezes o aluguel pra nós é caro e às vezes não dá nem pra fazer compra sabe [...] eu corro atrás, venho na habitação eu peço ajuda pra eles tudo, até eu falei com a Maria,<sup>40</sup> com eles das casinhas. [...] Não deu certo montar lá na minha mãe por causa de ser 30 metros perto do rio né, daí é perto do rio a casa da minha mãe né daí não deu pra fazer. [...] a Maria falou que agora vai vir uma nova lei pra quem não tem terreno né, daí eles vão arrumar. Então sempre quando tem alguma coisa ou outra eu venho sabe, as vezes pedir ajuda pra eles assim porque habitação na verdade é uma coisa que ajuda muito a gente.” (Verde U5)*

---

<sup>40</sup> nome fictício.

*“nós não temos casa nossa, não é fácil.”  
(Azul U12)*

*“ali onde eu moro, como eu te falei, não tem absolutamente nada, sabe o que é nada, tanto que tem vez que a gente se estressa um pouco com os da gente né, com as crianças.” (Verde U8)*

Percebe-se que a área da infância é uma das áreas mais afetadas pela precariedade da oferta no que se refere aos direitos sociais. Desconsidera-se a premissa de sujeito de direitos enfatizado pelo ECA e demais legislações. O desafio de romper com tal realidade, em nossa compreensão, coloca-se como urgente. Quanto à habitação, Pereira (2011, p. 77) nos diz que “a habitação adequada é outra necessidade intermediária a ser satisfeita com vista ao atendimento satisfatório das necessidades humanas básicas”.

Ainda, nesta perspectiva de análise, concordamos com Couto [et. al] (2010, p. 215) quando nos dizem que é necessário a “afirmação do campo específico de responsabilidade da assistência social, como condição básica para o avanço da intersetorialidade.”

Reflexão esta que nos aponta para um aspecto crítico acerca do perfil que a assistência social vem assumindo, e que ficou muito evidente na coleta de dados, o fato da política de assistência social assumir a responsabilidade de capacitação para o mercado de trabalho via cursos profissionalizantes desenvolvidos nos CRAS.

Compreendemos que tal situação não é uma tarefa na qual a assistência social deve pautar sua intervenção em relação aos indivíduos e suas famílias, uma vez que remete à lógica de o usuário da assistência social deve, a todo modo, inserir-se no mundo do trabalho assalariado.

Offe; Lenhardt (1984, p. 19) nos dizem a este respeito que:

Com a propriedade privada dos meios de produção foram institucionalizados tanto um certo modo de distribuição dos bens quanto uma certa forma de divisão do trabalho. Em consequência, os trabalhadores perderam

em larga medida a possibilidade de estruturar a organização do trabalho autonomamente, e segundo os seus próprios interesses. Um das características da organização do trabalho capitalista é submeter a força de trabalho, tanto quanto possível, a uma orientação externa, e a um controle externo integral.

Tal postura vem sendo assumida pela assistência social e foi verificada em vários dos municípios que compõe este estudo. Aponta para uma lógica de transferência de responsabilidade e de precarização das políticas de emprego pela assistência social, o que enfatiza a noção de que compete a esta última oferecer alternativas de ajustamento e inserção do usuário - aquele com trajetória de superexploração - na esfera produtiva e ao contexto do capital. É preciso considerar, no entanto, que “[...] em vista das suas condições especiais de vida nem todos os membros da sociedade podem funcionar como trabalhadores assalariados [...]”. (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 17), comprova-se isto uma vez que o próprio sujeito expõe esta situação:

*“Eu fora não tenho condição de trabalhar pra ir fazer isso, mas nunca é demais a gente saber. Assim como eu posso aprender, os outros também podem aprender e quem ainda trabalha fora, né . Pode aprender muita coisa.” ( Laranja U12)*

Em concordância com estes mesmos autores apresentamos sua tese acerca da proletarianização:

A transformação em massa da força de trabalho *despossuída* em *trabalho assalariado* não teria sido nem é possível sem uma *política estatal*, que não seria, no sentido restrito, “política social”, mas que da mesma forma que esta, contribui para integrar a força de trabalho no mercado de trabalho. (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 17).

Algumas narrativas comprovam tal realidade que vem sendo assumida pelo SUAS via CRAS.

*“pelo CRAS eu frequento também o curso de cabeleireiro, lá no centro público.” (Azul U11)*

*“olha, já participei de várias oficinas. Só que esse ano, eles convidaram e eu avisei que não podia, mas tem de tudo, tem várias... Tem cursos só não faz quem não quer tem bastante coisa.” (Verde U1)*

*“olha quanto curso eu já fiz né , só que lógico não tô, que nem diz o outro, não tô trabalhando de costureira, de garçoneiro, mas sabe que garçoneiro principalmente é complicado né , você tem que sair uma , duas horas da manhã do local e tem que ir a pé pra casa, não tem mais horário, então é complicado nesse sentido, eu aproveito, porque você sempre tá aprendendo, o que você puder aprender tem pra você e pra ajudar em casa né .” (Verde U9)*

*“Eu fiz esse curso de bolos, doces e salgados pra festas, até vendo bolo depois do curso, de panificação. É muito bom, pena que é pouco.” (Roxo U6)*

*“Eu estou fazendo o curso de manicure.” (Laranja U2)*

*“Eu faço uma atividade aqui de manicure e já fiz o curso de panificação pelo CRAS.” (Laranja U3)*

A partir de tais declarações fica evidente que:

A política social representa uma estratégia estatal de integração de força de trabalho na relação de trabalho assalariado, é uma relação que somente poderia adquirir a difusão e a “normalidade” que hoje existem

graças à efetividade dessa estratégia. Nesse sentido a política social não é mera “reação” do Estado aos “problemas” da classe operária, mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. A função mais importante da política social consiste em regulamentar o processo de proletarianização. (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 22).

Com esta breve reflexão queremos ressaltar que não concordamos com o fato de ser remetida à assistência social a atribuição de enfatizar a lógica de proletarianização para seus usuários, inserindo-os de formas precárias “à dinâmica selvagem do mercado” (POCHMANN, 2008, p. 40) e de maneira incapaz de superar o contexto de pobreza que os cerca.

Sobre as políticas de emprego, concordamos com (POCHMANN, 2008, p. 40) quando nos afirma que “novos rumos são necessários à política pública do trabalho, assim como um novo modelo econômico deve ser urgentemente implantado no Brasil”.

Por fim, expressamos nossa compreensão de que intersectorialidade não significa assumir as demandas de outras políticas públicas, ou seja, ser o campo do “faz tudo” e de “qualquer forma”. É preciso ter claro o horizonte a seguir, a fim de evitar a criação de empecilhos para o efetivo caráter universalizante que a assistência social deve assumir no contexto de luta de classes pela disputa da ordem hegemônica na sociedade. Nesta perspectiva, Sposati (2001, p. 65) afirma que:

Quando a LOAS diz que cabe à assistência social tornar os cidadãos alcançáveis pelas demais políticas sociais, isto pode não significar que *a assistência social deva fazer de tudo um pouco para os mais pobres* como se fosse o “gueto da pobreza”. Ela deve, sim, buscar, por meio da tensão de intersectorialidade, que as políticas sociais saiam de padrões excludentes e incluam as condições efetivas da realidade de vida e de destituição de grande parcela da população.

A segunda perspectiva em que baseamos nossa análise se refere a pontos críticos presentes na oferta do direito socioassistencial em Santa Catarina. Enfatizamos que estes pontos perpassam-se, estando todos correlacionados. A presença do primeiro-damismo e o desenvolvimento de ações clientelistas e paternalistas é o primeiro ponto que destacamos. Segue o relato dos entrevistados em que fica evidente esta realidade, acerca dos benefícios destacamos:

*“a cesta aqui é pequena, em Esmeralda<sup>41</sup> é grande. Aqui é pequena. [...] muita reclamação no Fórum já deram da primeira dama. [...] a gente ganha cesta, mas não é cesta grande, as vezes é só meia.” (Verde U7)*

Acerca do atendimento quando questionados sobre quem o realizava nas situações que o usuário se dirigia ao CRAS, obtivemos como resposta:

*“É a primeira dama, a assistente social”. (Verde U8)*

*“Estava aberto, só tinha funcionário aqui na frente, e ela disse que não dava a cesta, só quando tivesse a Dona Paula<sup>42</sup>.”*

**Entrevistador:** *“Quem é a Dona Paula?”*

**Entrevistada:** *“É a primeira dama, e eu tinha que vir no dia que ela tivesse. Daí eu vim, que foi terça-feira e falei com ela, e a assistente social junto. Daí me mandaram eu vir hoje pra pegar a cesta.[...] Elas disseram que vão me dar ajuda durante três meses, até eu achar um trabalho. Entrevistador: “Elas falaram isso?” Entrevistada: “Agora eu vou procurar um emprego, eu vim porque a minha comida está acabando, então eu vim pedir uma cesta. Então antes que acabe*

---

<sup>41</sup> nome fictício dado a um dos municípios que compôs o lócus da pesquisa.

<sup>42</sup> nome fictício dado da primeira dama do município.

*tudo, porque agora eu to parada.” (Verde U11)*

Fica evidente o grau de distorção da política pública que ocorre neste cenário. Inúmeros pontos a serem debatidos estão presentes nas falas. O primeiro que destacamos é a diferença que existe na concessão de um mesmo benefício na mesma unidade federativa, o que difere é apenas o fato, como o usuário descreve, de que uma situação acontece no centro do município e a outra em um de seus distritos. Esta diferença não se justifica, haja vista que a demanda foi apresentada em ambos os espaços.

Um segundo ponto considerado problemático é a presença constante da primeira-dama no CRAS, inclusive condicionando a concessão do benefício apenas nos dias em que ela está presente. Reitera-se, portanto a manutenção do caráter clientelista que insiste em se fazer presente na operacionalização de diferentes políticas sociais, especialmente na assistência social.

Nessa mesma perspectiva, ainda apresenta-se como problemático o fato dela estar junto ao profissional assistente social quando da realização do atendimento que, neste caso deveria ser individual e a depender do contexto, sigiloso. O que ocorre é violação dos princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Consideramos que muitos dos Princípios Fundamentais deste Código, que deveria nortear as ações profissionais, não foram respeitados, tais como:

- *Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;*
- *Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;*
- *Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;*



- *Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;*
- *Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;*
- *Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;*
- *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;*
- *Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.*

Compreendemos que para avançar no horizonte universalizador que a assistência social deve portar, é fundamental o engajamento e compromisso dos profissionais que a operacionalizam, haja vista que se não tiver um posicionamento efetivo destes reitera-se o caráter conservador, meritocrático e tutelador das práticas assistencialistas, que em nada objetivam alterar a ordem socialmente posta cuja marca é de dominação de poucos sobre muitos.

Acerca desta situação estamos de acordo com a seguinte afirmação de Sposatti [et.al] (2010, p. 68):

O caráter assistencialista, quando presente na prática do assistente social, não é decorrência simples e direta da tarefa, da atividade que cumpre, mas sim da direção que imprime às mesmas. Consequentemente, a questão não se reduz ao objeto, mas a como ela se desenvolve. É claro que não se está afirmando com isto que

as ações do profissional sejam meros produtos de sua vontade. Ele se move no meio institucional, entre contradições: de um lado, os objetivos formais da instituição e, de outro, os serviços concretamente relacionados com as classes subalternizadas. As finalidades das ações devem ser compreendidas para além delas mesmas, em relação aos elementos políticos, sociais e econômicos que as determinam e às circunstâncias históricas em que se desenvolvem.

Como afirma Paiva (2011, p. 20) “trata-se de superar a inércia da improvisação e fragmentação do trabalho técnico profissional”. Prossegue afirmando que “nenhum trabalhador social será valorizado atuando com senso-comum, voluntarismo e práticas subalternizadoras, improvisadas e esvaziadas de conteúdo crítico transformador”. (PAIVA, 2011, p. 21).

Os profissionais ao desenvolver sua prática de modo paternalista e conservador e “ao tratar a população de modo paternalista permanecem reproduzindo a dominação e repassando os serviços como “benefícios” que o Estado “concede”. Cria-se a dependência e reproduzem-se mecanicamente as ações”. (SPOSATTI [et. al], 2010, p. 67)

Diante do exposto enfatizamos nossa compreensão de que é urgente um posicionamento profissional comprometido enquanto classe trabalhadora, aliançada fortemente com os setores subalternos, como vínculo inalienável por parte dos profissionais da assistência social, para que o SUAS possa realmente ser efetivado neste país, no contexto do enfrentamento da ordem socialmente hegemônica.

Ainda, em relação ao que estas narrativas nos apresentam, fica evidente o caráter fiscalizador e autoritário em relação à situação de vida do usuário, uma vez que determinaram um prazo para concessão do auxílio e lhe disseram para procurar emprego. Conforme, já apontamos anteriormente, nem todos os sujeitos de direitos da assistência social possuem *condições* de se inserir no mercado de trabalho, vez que a transformação da sua força de trabalho em mercadoria não é natural ou automática. É preciso, portanto, considerar e valorizar a trajetória de vida de cada um deles, em oposição à

tarefa da proletarianização, que em nenhuma formulação é responsabilidade da política de assistência social.

Tal situação afirmada pelos entrevistados nos remeteu para a *Poor Law* que existiu na Inglaterra, em que os pobres eram obrigados - sob pena de prisão - a *venderem* sua força de trabalho, sob qualquer condição. Conforme Pereira (2011, p.103-104) nos diz:

As Leis dos Pobres (*Poor Law*) formavam um conjunto de regulações pré-capitalistas que se aplicava às pessoas situadas à margem do trabalho, como idosos, inválidos, órfãos, crianças carentes, desocupados voluntários e involuntários, etc. Contudo, a despeito de, na aparência, esse conjunto de regulamentações se identificar com a pobreza, era no trabalho que ele se referenciava. [...] Esse conjunto de leis era mais punitivo do que protetor. Sob sua regência, a mendicância e a vagabundagem eram exemplarmente castigadas. Todos eram obrigados a trabalhar sem ter a chance de escolher as suas ocupações e a de seus filhos.

Percebe-se que o caráter moralista, fiscalizador e ideológico de cunho liberal é uma realidade ainda presente, e sua superação, no nosso entender, constitui-se num dos maiores desafios da assistência social enquanto política de seguridade social. Reforçamos que esta situação somente será superada quando houver um efetivo engajamento teórico-político dos profissionais e dos próprios sujeitos de direitos da política pública, que, por meio de sua mobilização, participação e organização poderão alterar este contexto.

Prosseguindo nossa análise acerca dos pontos críticos, direcionamos nossa interpretação para as falas que apresentam o enfoque das ações desenvolvidas de maneira eventual, principalmente na concessão de cestas básicas, o que demonstra que a necessidade básica fundamental para a própria sobrevivência do ser humano que é a alimentação não é garantida.

Tal situação pode ser assimilada em sua crueza e vileza no poema de Manuel Bandeira:

*“Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.*

*O bicho, meu Deus, era um homem.”*

Seguem as falas que representam esta realidade:

*“Olha, eu recebo de vez em quando, que eu preciso uma cesta básica, não tem o bolsa família por que agora eu não to recebendo. Eu já recebi um berço novo, teve um dia que elas disseram assim ‘hoje a gente não tem nada’”. (Azul U9)*

*“aqui eu recebo uma cesta básica a cada dois meses, e até agora eu vou ver com elas se elas vão me dar de novo.” (Azul U10)*

*“de vez em quando elas davam uma cesta básica pra mim.” (Laranja U7)*

*“recebo o bolsa família das crianças, é só isso daí que eu recebo. [...] A cesta básica até teve um dia que eu vim aqui dei uma reclamada porque eu tava precisando de umas coisas, daí ela me ajudou. Mas assim, todo mês como algumas pessoas recebem daí não. Daí como eu vim pedir uma ajuda pra ela porque eu tinha pescado pouco, tinha pouco dinheiro, daí tinha as continhas pra pagar, daí ela me arrumou uma cesta e*

*levaram lá em casa. Mas assim, diretamente daí não.” (Laranja U11)*

*“só tem a cesta que a gente pega. Cesta básica essa eu pego às vezes aqui, quando as vezes falta eles pedem pra mim ajudar, fico sem nada cedemos pra algum outro, temos que repartir né o pão de cada dia.” (Verde U10)*

É perceptível que o grau de vulnerabilidade no qual as famílias são submetidas é altíssimo, uma vez que não tem como garantir seu próprio alimento. Pereira (2004, p. 55) nos diz que:

Uma característica indubitavelmente perversa da história da assistência social é a secular vinculação com a *pobreza absoluta*. [...] a pobreza absoluta é uma aberração social que deveria ser erradicada de imediato por parte do Estado, com a participação da sociedade, e não só pela política de assistência social.

Reforça-se assim o pensamento liberal-conservador, na medida em que tais ações fragmentadas e sem poder de articulação com outras políticas sociais, como por exemplo saúde, segurança alimentar e nutricional, acaba por enfatizar que o *pobre* deve conseguir sozinho prover a sua sobrevivência.

A vitória ideológica e cultural do capital só se realizou plenamente quando a consciência comum dos indivíduos, especialmente dos subalternos, passou a apreender e reproduzir os valores e a racionalidade necessários à reprodução da ordem como se fossem naturais e constitutivos da sua participação no bem comum, logo, como inerentes ao exercício da cidadania. (ABREU, 2008, p.190).

Ao reduzir os direitos de cidadania à mera concessão de auxílios eventuais para a satisfação das necessidades biológicas do ser humano,

A assistência social é concebida como provedora tão-só das necessidades do limiar vegetativo do “necessitado”. Uma nova perspectiva é a de ressignificar as necessidades sociais daqueles fora do contrato social em um patamar básico de inclusão social. (SPOSATI, 2001, p. 60).

Nas palavras de Pereira (2011, p. 106), ainda referindo-se as primeiras legislações que visavam “melhorar” a Lei dos Pobres, mas que ainda podem ser utilizadas neste princípio de século XXI é compreensível que “para os liberais, a pobreza era o resultado do mau funcionamento e do paternalismo das instituições de proteção social, as quais, por isso, deveriam ser reduzidas ou extirpadas.”

Nessa mesma perspectiva, Abreu (2008, p. 159) nos afirma que:

O reconhecimento dos direitos reprodutivos dos ou para os subalternos, os chamados “direitos sociais”, em muitos casos contrariava os clássicos fundamentos liberais da burguesia limitados à igualdade de direitos e à sagrada inviolabilidade do privado.

Enfatizamos que executar uma política social a partir de ações eventuais, focalizadas, pulverizadas e esporádicas é reforçar e reafirmar tal concepção ideológica. Nessa perspectiva, Sposati [et.al], (2010, p. 75) afirma:

O assistencialismo se torna presente no *movimento inclusão-exclusão* enquanto *descola o incluído* dos seus pares, do seu universal, da sua situação de classe, tratando-o como um particular. Torna-se presente, ainda, quando se atribui como mediador da inclusão o poder burocrático instituído, que concede ou não o serviço,

como se fosse propriedade particular do profissional. *Romper com o assistencialismo não é romper com o serviço em si, mas com o engodo, com o mágico que é reificado em sua mediação.* (Grifos das autoras).

Portanto, é perceptível que essas mistificações geram no sujeito beneficiário uma sensação de envergonhamento e conformismo diante de seu destino e também de gratidão perante o pouco que recebe, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

*“O governo não pode mandar muito porque nós somos demais né.” (Rosa U5)*

*“Eu não perguntei, porque eu não me sinto a vontade pra pedir mais do que eles já dão. Então não me sinto a vontade na verdade. [...] Eu sei, mas é que não me senti a vontade porque acredito que já tá de bom tamanho a ajuda que eles tão dando na comida.” (Verde U8)*

*“que nem pra mim tá bom o leite que eles tão me dando, tá me servindo. é três pacotes mas se eu não tenho dinheiro pra comprar, ele tão me servindo, eu já fico feliz que eu to ganhando esses três pacotes de leite.” (Verde U4).*

É preciso que o usuário dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social se perceba enquanto um sujeito de direitos. Uma sociedade que não garante nem mesmo a condição de cidadania aos seus indivíduos não pode ser compreendida como natural. Tomando como referência as palavras de Abreu (2008, p. 175) é possível perceber que “a reestruturação do capitalismo tornou a possibilidade de auto-identificação dos trabalhadores com os compromissos emancipatórios do movimento socialista muito mais complexa e mediada”.

Deve-se, portanto, fazer frente a este contexto, inscrevendo o cotidiano da política social em um outro horizonte de sociabilidade humana, em que a emancipação do indivíduo ocorra de forma plena, sem alienação e nem submissão de um para com o outro, mas de horizontalidade no acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, ou seja, em que as necessidades humana básicas, isto é, os direitos sociais, sejam garantidos a todos sem por isso dever gratidão, mas pelo simples fato de ter respeitada sua condição de cidadania.

Nas palavras de SPOSATI [et. al] (2010, p. 76)”:

*Reorientar a prática assistencial na direção da luta pela coletivização da cidadania implica ir além do aparente, de modo a fazer emergir a relação particular-universal, a vinculação entre o destino singular vivido e os determinantes gerais da classe a que pertence. (Grifos da autora).*

Há a perenização de uma concepção e operacionalização da assistência social pautada na lógica clientelista e paternalista, que reafirma o caráter de controle e fiscalização sobre os indivíduos. Em contraponto a esta lógica, de concessão de benefícios eventuais de forma dispersa e fragmentada, que em muitos municípios ainda apresenta-se sem uma regulamentação mais efetiva, não se caracterizando como um efetivo direito, mas sim como ajuda em situações adversas da vida do sujeito, citamos como exemplo o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma vez que “o BPC é a única provisão certa e garantida, constituindo-se em um direito reclamável, ainda que por demais restrito.” (GOMES, 2001, p. 114).

Conforme palavras de Gomes (2001, p. 113) o benefício assistencial do BPC assim pode ser compreendido:

Trata-se, assim, de uma garantia em forma de rendimento, a compor o conjunto de provisões da assistência social, a qual assume a característica de certeza e regularidade, o que a diferencia das tradicionais provisões de assistência na forma de programas, projetos e serviços, cujo traço comum é o da descontinuidade e da



incerteza. O benefício é, pois, como veremos, importante expressão desse conjunto de provisões, que se pretende imprimir o atributo de direito, seja por seu caráter e natureza, seja por sua cobertura e impacto financeiro, comparativamente às demais ações atualmente realizadas pela assistência social.

Percebe-se que este benefício, apesar de possuir um corte restritivo de renda para o seu acesso, significa “uma profunda e radical ruptura, em relação à tradicional condição da assistência social que transita do campo do dever moral de ajuda, para a obrigação legal do direito.” (GOMES, 2001, p. 113).

É preciso ver de forma crítica os critérios de acesso a este benefício, uma vez que seu público alvo se limita a idosos e pessoas com deficiência incapazes de prover seu sustento, cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. Por outro lado, em uma sociedade em que a grande maioria da população é excluída do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente e que não possui um renda mensal garantida, o fato deste benefício garantir de maneira regular uma renda mensal de um salário mínimo é o que o difere dos demais benefícios e programas assistenciais, como do PBF, por exemplo.

Silva (2010, p. 93) afirma sobre o BPC o seguinte:

[...] apesar de direcionado para indivíduos e não para famílias, mesmo atendendo a um público bem inferior ao Bolsa Família, exatamente por ter como benefício um salário-mínimo, apresenta-se um volume de recursos distribuído bem superior ao Bolsa Família.

No ano de 2009 o BPC atendeu 3,1 milhões de pessoas, com orçamento de R\$ 16,8 bilhões, enquanto o Bolsa Família atendeu 12,37 milhões de famílias com um orçamento de R\$ 12,4 bilhões. SILVA (2010, p. 93). Fica evidente, portanto, que apesar de atender um contingente populacional menor o BPC transfere mais renda aos sujeitos de direitos do que o PBF.

Enfatiza-se ainda que o BPC não deve constituir-se apenas na mera transferência de renda. Consideramos que é papel fundamental do SUAS, por meio de seus CRAS e CREAS, a inserção destes beneficiários em ações que visem uma abrangência mais ampla de suas demandas, não somente aquelas garantidas via repasse financeiro, além disso entendemos que estes sujeitos devem ter acesso também às políticas sociais de educação, saúde, habitação, cultura, lazer, esporte, dentre outras.

Outro aspecto que merece nossa atenção é a questão da estruturação dos serviços prestados, seja por meio de aspectos que se referem aos profissionais, seja a questão da estrutura física do CRAS. Referente ao trabalho desenvolvido pelos trabalhadores sociais, as falas nos apontam as seguintes concepções por parte dos sujeitos entrevistados,

*“eu acho que eles deveriam visitar mais as casas para ver as pessoas que estão precisando da cesta básica. Estão indo, mas não estão vencendo.” (Azul U7)*

*“Olha menina, eu até fui até a prefeitura pra pedir ajuda porque o mês de janeiro passei quase todo mês praticamente na cama por causa da minha depressão, fiquei internada umas três vezes, e gastei bastante de farmácia e eu fui na prefeitura pra pedir um ajuda deles, e a assistente social ficou de passar na minha casa mas até hoje ela ainda não apareceu.” (Amarelo U1)*

*“precisa de mais assistentes sociais. [...] Poderia. Como eu te falei, botar mais pessoas para trabalhar, mais assistentes sociais para trabalhar com as meninas, para poder atender melhor a comunidade. Ter mais contato com as pessoas, não estou falando por mim, pela comunidade em geral. Tem muitas pessoas que precisam deles lá, então é pouquíssima pessoa para trabalhar. Deveria ter umas 10 pessoas ali para trabalhar, na minha opinião. Todo mundo trabalharia melhor se cada um sáísse para fazer sua parte, não ficar muito tempo só*

*num local. Do mesmo jeito que tem pessoas que vai lá, em quatro, cinco ou seis pessoas, eu não sei muito bem, mas as meninas teriam mais liberdade para conhecer melhor o bairro, conhecer melhor as famílias, as pessoas.”( Amarelo U3)*

*“Ela vai lá ver como tá o meu menino, como é que eles estão, se precisa de alguma coisa, se precisa de comida porque ela sabe assim que a gente precisa né. Ela vai lá perguntar se a gente não precisa de alguma coisa.” (Laranja U11)*

Fica evidente com tais relatos, que a demanda não é atendida prontamente. Este fato pode ser compreendido, uma vez que é permanente o agravamento das condições de vida dos indivíduos, o que faz aumentar a demanda pelos serviços da política de assistência social. Outro fator que pode contribuir para este não atendimento imediato das demandas postas é o excesso de burocracia, uma vez que este se constitui num relevante aspecto limitador do alcance das políticas sociais; estratégia utilizada pelo Estado absorvido pela lógica do capital. Além disso, é conhecido na trajetória da assistência social seu alcance limitado ao que diz respeito à equipe de trabalho.

Visando superar tais situações, o SUAS objetiva - via seus sistemas de informação - agilizar o fluxo de atendimento e potencializar a criação de indicadores que possibilitem aos trabalhadores sociais agir mais eficazmente, por meio de estudos da realidade, para subsidiar o planejamento das ações, que devem obrigatoriamente se dar de forma participativa.

Já em relação à equipe de trabalho, é possível afirmar que teve um relativo avanço nos últimos anos na área da assistência social, uma vez que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS<sup>43</sup> (NOB-RH/ SUAS) apresenta a composição que a equipe de referência dos CRAS deve ter para a prestação

---

<sup>43</sup> A NOB-RH/SUAS foi aprovada pela Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Seu objetivo é delinear os principais pontos da gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais, apresentando, para tanto, as primeiras diretrizes para a política de gestão do trabalho. Fonte: MDS (<[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 23/01/2012, às 19h20min.)

de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios, ficando dessa forma caracterizada:

- Em municípios de Pequeno Porte 1, com até 2.500 famílias referenciadas recomenda-se uma equipe composta por: 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo e 2 técnicos de nível médio.
- Em municípios de Pequeno Porte 2, com até 3.500 famílias referenciadas recomenda-se uma equipe composta por: 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo, além de 3 técnicos de nível médio.
- Já, para os municípios de Médio e Grande Porte, Metrópoles e para o Distrito Federal, a cada 5.000 famílias referenciadas, recomenda-se uma equipe composta por: 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, além de mais 4 técnicos de nível médio.

A normatização existe, o que representa ser o desafio agora é adequar à realidade dos municípios o que ali é proposto, considerando que esta é uma recomendação de equipe mínima, podendo o ente federado ampliar conforme suas necessidades. Em relação à estrutura física do CRAS, os entrevistados assim se manifestaram:

*“devia ser coisa bem melhor. O prédio, o local, devia ter mais estrutura física porque nosso bairro é muito grande.” (Amarelo U3)*

*“o lugar é adequado para a comunidade, mas eles acham que deveria ser maior né, mas para o pessoal aqui é um local adequado, ideal por que fica perto pega toda a região, tanto de lá com daqui, não precisa se deslocar de tão longe pra vir ate o CRAS.” (Verde U1)*

*“olha se dependesse de quem trabalha aqui as coisas seriam muito melhores, ia ser bem mais do que ta.” (Rosa U1)*

*“como eu estava dizendo, poderia melhorar, o espaço e a pessoa certa pra ver os problemas que a gente precisa. Às vezes é de 15 em 15 dias vem à secretaria de habitação. Como posso dizer assim de divulgar uma nova ala, pra ir atrás de emprego, eu digo das informações principais que a gente precisa. Do INSS, que tem também os advogados que a ala parece que é só nas quartas.” (Verde U14)*

*“todo dia tem muita gente e tem fila. Às vezes a gente tem que sair 5, 6 horas e ainda esperar se chove você fica na chuva, não tem nada ali fora, nem uma cadeira. Ele ta em fase de obra, inovando, mas até agora não saiu nada. E não vai mudar. Tu vai no médico tu tem que enfrentar fila, no banco, em todo lugar tem fila. [...] o ser humano é gente não é bicho.” (Verde U13)*

Como pode ser percebido, existe a necessidade de adequação da estrutura física dos locais onde são ofertadas as ações. Enfatizamos a fala do entrevistado Verde U13 quando este nos diz: *“o ser humano é gente não é bicho.”* Sem local adequado torna-se mais difícil desenvolver uma prática em consonância ao que a assistência social almeja. Tratar o sujeito que vai em busca de seus direitos como cidadão é requisito primeiro de uma prática comprometida social e eticamente. O descaso para com o atendimento do usuário representa que o próprio trabalho desenvolvido pode estar comprometido, uma vez que o atendimento de forma digna é pré-requisito para uma ação comprometida.

Por fim, outro aspecto que consideramos crítico em nossa análise dos dados coletados é o caráter de controle e fiscalização exercido para com o usuário da assistência social.

Seguem as falas que demonstram tais ações:

*“eles vão quando a gente vem pedir cesta básica, aí vão em casa fazer a visita, ver se você tá precisando ou não, pra eles poder te liberar esses dias eu vim aqui aí eles foram lá*

em casa.” **Entrevistador:** “a senhora sabe nos dizer com que frequência eles vão na sua casa? Ou é só quando envolve a cesta básica?” **Entrevistado:** “é só quando vem pedir a cesta ou quando eles vão avisar de alguma coisa, porque daí, às vezes lá do centro manda pra cá pra dizer o que a pessoa tem que fazer, vamos supor se a pessoa tem que fazer alguma coisa que eles mandam hoje aí eles informam aí a pessoa tem que vir aqui fazer, por exemplo, o curso. Vamos supor que nem, não por mim, mas vamos supor que gente de lá perto de casa, porque pra você pegar as cestas só se você tiver precisando mesmo. Aí vamos supor que a pessoa não tem nada naquele dia, aí você vem ali e fala que tá sem nada e daí você tá precisando, aí você tem que esperar a visita deles na tua casa pra você, depois pegar a cesta.” **Entrevistador:** “a senhora acha que demora um pouco?” **Entrevistado:** “acho que demora um pouco, porque se a pessoa já vem aquele dia é porque a pessoa tá precisando, se ela tiver algo em casa ela não vai vir, só se ela tiver sem nada, Aí você vem no dia, aí você pede, aí espera, aí tem que esperar a guria fazer a visita na tua casa, e aí até quando você vai ficar esperando? o que eu mudaria é isso.” (Rosa U3)

“Eu não sei como é que funciona, se tem que ir sempre, se tem que ir uma vez por mês. Porque uma vez ela foi pra ver como é que era a minha moradia, o tamanho da minha casa. Por isso que ela teve lá,” (Rosa U6)

“é onde a gente conversa sobre a família, como educar os filhos, como se a gente não soubesse educar os filhos, eu tenho uma filha casada, mas é obrigado a participar no grupo de mães que recebem o bolsa família, para as outras mulheres não é obrigatório. Até falaram que se tiver mais de duas falta a gente corre o risco de perder o bolsa família. Eu ganho pouco mas esse pouco já me

*ajuda, então se eu perder esse já vai fazer uma diferença.” ( Amarelo U1)*

*“eles vão nas casas pra saber se as pessoas têm mesmo necessidade e os horários que eles vinham eu não estava em casa.” (Roxo U6)*

É perturbador constatar a reedição nos CRAS do caráter repressivo e coercitivo para com o usuário dos programas e dos serviços socioassistenciais. Tais narrativas nos remetem a tempos pretéritos em que a questão social era tratada como caso de polícia. É inaceitável que tais práticas continuem a fazer parte do cotidiano profissional da política de assistência social.

Yazbek (2004, p. 19) afirma que:

*Permanecem na assistência social brasileira concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, “primeiro-damistas” e patrimonialistas. O dever moral, a benemerência e a filantropia, em si mesmos, não realizam direitos. Ainda permeia a assistência social uma cultura moralista e autoritária que culpa o pobre por sua pobreza. (Grifos nossos).*

É preciso problematizar e requalificar importantes instrumentais de trabalho e, conseqüentemente, de ampliação dos direitos sociais, como a visita domiciliar, cujo equivocado caráter repressor ainda a ela é conferido. É justamente pela lógica contrária que a visita domiciliar, entre outros meios, deve acontecer. É preciso revesti-las do caráter de meio de acesso, uma vez que através de ações como a ‘Busca Ativa’<sup>44</sup> ela está presente no contexto reestruturador da política socioassistencial no país.

---

<sup>44</sup> A Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 10 de 25 de outubro de 2011, orienta os municípios sobre o estabelecimento de parcerias de Busca Ativa nos níveis federal e municipal e sobre o protocolo para inclusão de famílias extremamente pobres no Cadastro Único.

Ainda, sobre a perspectiva fiscalizadora e coercitiva da ação profissional é preciso ressaltar que:

O assistente social cumpre função legitimadora quando a orientação político-ideológica de sua prática não se dá sob marcos críticos, restringindo-se à aparência, reiterando consequentemente o assistencialismo. Ao desvincular o conteúdo político de sua prática termina por reiterar, em pretensos atos técnicos, a alienação do trabalhador. (SPOSATI [et. al], 2010, p. 69).

Enfatiza-se, portanto a necessidade de uma intervenção que vá a fundo no enfrentamento das determinações estruturais que geram a pobreza e a desigualdade e com este horizonte o princípio da universalidade deve ser o norte das políticas sociais. Conforme Paiva (2011, p. 20) “é urgente e necessário o trabalho da política de assistência social na perspectiva do protagonismo popular”.

Segue afirmando que:

A convicção é clara: o movimento é estrutural, a luta é coletiva e política. Os serviços socioassistenciais não estão deslocados deste contexto. [...] Implica, portanto, no reconhecimento concreto do protagonismo popular, cujo exercício pelos usuários sujeitos de direitos, de partida, deve enfrentar o elitismo na sociedade e na política pública também [...]. PAIVA (2011, p. 20)

Em concordância com tal posicionamento teórico e político manifestamos nossa compreensão que a participação popular é a única alternativa possível para o enfrentamento e superação dos limites estruturais que a ordem hegemônica do capital impõe a classe trabalhadora e subalterna.

Resta-nos enquanto trabalhadores sociais abandonar as práticas coercitivas, fiscalizadoras, focalistas e restritivas que estão a serviço da dominação do capital e trabalharmos para a viabilização de um movimento coletivo da classe trabalhadora,



que objetive alterações estruturais e não apenas alterações superficiais.

Sposati (2001, p. 69) nos diz que:

Olhar a questão da assistência social sob o foco da seguridade social supõe estabelecer qual é o padrão básico de qualidade com que será provida uma necessidade, quais as necessidades a serem providas dentro da assistência, com qual padrão de segurança social e padrão de relações civilizatórias que esta sociedade irá operar na busca da igualdade, da equidade e da justiça social entre os seus semelhantes.

A respeito da participação a coleta de dados nos apresenta os seguintes relatos:

*“é que na verdade eu não tenho como participar porque eu não tenho com quem deixar as minhas crianças.” (Verde U3)*

*“só mesmo a participação do leite mesmo que eu venho né.” (Verde U5)*

*“ainda quando eu posso, eu venho às reuniões, tá o caderno cheio, eu nunca falto, eu fico com dó deles né, tem que vir pra ver, se faltar qualquer coisa se fica sabendo né, então né é assim, graças a Deus eu sou bem visto por todo mundo por causa disso.” (Verde U10)*

*“A gente forma um grupo, tem convite pras reuniões de pais. Eu chego aqui tem só mãe, não tem nenhum pai junto. que é bem complicado pra gente, era conseguir reunir a família inteira. A gente conseguir trazer os filhos pra participar junto e o marido pra participar junto. Então isso daí era uma coisa que seria bom pro município também, porque apesar da gente vir, explicar pra eles o que foi dito aqui, eles não viram o que passou né,*

*então assim, se a gente conseguisse reunir a família, fazer algum grupo de família, no caso. Vim e dizer: hoje vai ter o grupo de família, vai ser a família inteira, ia ser bem melhor, porque daí eles iam ver o que eles podem e não podem usar.” (Rosa U4)*

*“Não, mas bem que gostaria, viu. Eu sempre falei, sempre quando precisarem de mim, meninas, se precisarem de mim é só ligar, se eu estiver disponível, já estou lá! Eu amo trabalhar com a comunidade. Eu estou presa aqui dentro, encostada. Queria estar na rua trabalhando, com o povo.” (Amarelo U3)*

*“Eu quase não me meto nessas coisas.” (Roxo U3)*

*“Aqui o CRAS eles são bem voltados pra família, o problema é que a família não é voltada ao CRAS, como essa reunião, elas ligaram pra várias pessoas e só veio eu até agora. Eles procuram mesmo só quando necessitam, porque se elas ligassem dizendo que ia ter alguma reunião de família, de grupo, ninguém ia vir. mas as pessoas não participam, ou por causa do trabalho, do horário as pessoas acabam não vindo.” (Roxo U6)*

*“Então, é como diz o cara, a gente não manda no governo, mas se tiver uma força de fazer uma coisa melhor, daí seria melhor né. Agora, se eles não tiverem coragem de fazer, o que a gente vai fazer? Vai ter que usar o que tem, até esperar um dia, né.” (Laranja U9)*

O que destacamos nestas falas apresentadas é a dificuldade em participar efetivamente. Seja porque a atividade programada está sendo executada em horário que os sujeitos não podem comparecer, haja vista estarem trabalhando ou então pela debilidade de uma convicção coletiva de que esta participação, que tem custos, pode causar a diferença. Ou seja,

os indivíduos acabam se tornando descrentes da possibilidade de alteração nas suas condições de vida que acabam aceitando o que vivenciam, gerando assim certo conformismo por parte dos sujeitos de direito, conforme aparece explícito na fala do entrevistado 'Laranja U9'.

Por outro lado, nas falas dos entrevistados 'Verde U10', 'Amarelo U3' e 'Roxo U6' percebemos que existe o anseio de participar ativamente das ações desenvolvidas. Para além desta participação em atividades desenvolvidas pelos CRAS, a ênfase na participação via espaços de controle social (conselhos e conferências), é um dos aspectos positivos que o SUAS apresenta. Vale relembrar que em 2009 o tema das jornadas de Conferências era o "protagonismo do usuário no SUAS", que de fato produziu uma mobilização inédita nesta área, com repercussão ainda hoje.

Existe, portanto uma possibilidade de diálogo e "alteração no padrão de relacionamento do Estado com a sociedade civil no tocante ao processo de intermediação dos interesses organizados e da luta pela efetivação dos direitos sociais." (COUTO [et. al], 2010, p.119). Enfatizamos, no entanto, que esta participação deve ocorrer de forma ampla, possibilitando a cada sujeito manifestar sua opinião e sobretudo poder decisório democrático, e não apenas por meio de entidades representativas, haja vista que pode acontecer um desvirtuamento desse processo que deveria ser de participação popular, para um processo de garantia apenas de interesses particulares ou daquela entidade em si.

Nessa perspectiva crítica em relação à forma de participação, Paiva, Rocha, Carraro (2009, p.72) afirmam que:

Os conselhos, portanto, são espaços compostos pela sociedade civil e pelo poder público, de forma paritária, que institucionalizam a participação representativa, numa tentativa de institucionalizar o controle sobre as políticas sociais, no entanto, acabam configurando espaços que reproduzem as mesmas contradições da democracia representativa.

Além do que, é preciso garantir acesso a todos, não apenas para aqueles organizados via entidades, uma vez que, diante das limitações estruturais que esta forma de sociabilidade apresenta, é relevante o número de sujeitos que possuem seus direitos ignorados e violados e que não conseguem se organizar coletivamente.

Faz-se fundamental a participação de cada cidadão sujeito de direitos, uma vez que possibilita desde a transformação das consciências e do exercício democrático do poder, mas em consequência também a fiscalização ao que está sendo desenvolvido pela esfera pública, bem como a requisição de novos serviços. Sendo assim, compreendemos que somente por meio da participação popular é que se pode avançar na perspectiva de garantia de serviços com qualidade e universais. Dessa forma, está posto o desafio para o SUAS que é de objetivar uma articulação efetiva dos seus usuários sujeitos de direitos para com o movimento coletivo da população.

O debate deve pautar-se não em situações caso a caso, individuais, como apresentado anteriormente na fala da entrevistada 'Amarelo U1', em que a mesma expressa sua indignação, haja vista estar recebendo orientações de como cuidar de sua família; mas em situações mais amplas que abarquem aspectos acerca das condições de vida, dos sistemas de privilégios e de seu enfrentamento, dos valores ético-emancipadores, do mundo do trabalho, ou seja, da esfera da política em seu sentido mais amplo.

Sem um desenho político-participativo radicalmente democrático e popular, as ações, serviços e benefícios da política de assistência social permanecerão sob o império da despolitização, operadas pela perda de vínculo de classe destas políticas públicas com as disputas históricas aos recursos públicos. (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2009, p. 117).

Nesse sentido, faz-se relevante o incentivo a movimentos locais, como por exemplo, as associações dos moradores de bairros, uma vez que ali é vislumbrada a possibilidade de debate acerca das dimensões da vida social a partir de sua

singularidade e que não desconsidera o debate mais abrangente, haja vista possuir extrema ligação a aspectos mais amplos da vida dos indivíduos, a totalidade.

Fazer este percurso do individual para o coletivo é requisito primeiro tanto para fomentar a participação popular como para garantir que ela avance em seus ideais, que compreendemos ser de uma sociedade mais justa e democrática, uma vez que a “participação remete ao estabelecimento de um lugar político para os usuários, o que implica que os sujeitos tenham à sua disposição meios objetivos para exercerem *papéis sociais significantes na sua vida social e na comunidade*.” (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2009, p. 120. Grifos das autoras).

Como nos diz Couto (2010, p. 187):

Afirmar a assistência social como direito é tarefa de uma sociedade, e essa tarefa só pode ser realizada com a presença forte de toda essa sociedade, disputando, nos marcos do capitalismo, a ampliação da fatia dos investimentos que devem ser utilizados para que os efeitos perversos da exploração do capital sobre o trabalho possam ser reduzidos.

É urgente para a assistência social, a fim de universalizar seu alcance, “dotar as medidas de proteção social de conteúdos e estratégias que deflagrem a efetiva autonomia dos sujeitos” (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2009, p. 124) uma vez que para superar de situações de miserabilidade e subalternização política, econômica e sociocultural os usuários sujeitos de direito precisam fazer parte da história, não mais do lugar de assistidos, mas como protagonistas.

Nas palavras de Sposati (2001, p. 81):

A assistência social como política de inclusão deve caminhar na construção de um laço social democrático entre os “segmentos invisíveis” ao Estado. Cabe a ela criar esse lugar de encontro para provocar a extensão do conceito de cidadania aos não alcançáveis até hoje pelas ações públicas.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ressaltar que a elaboração de um trabalho científico no campo das ciências sociais aplicadas requer rigorosa racionalidade crítica, pré-requisito bastante difícil de garantir inteiramente neste caso, haja vista que esta dissertação abordou aspectos da sociabilidade humana que nos provocam sentimentos de indignação, revolta e comoção, ao nos remetermos às condições objetivas de vida de muitos homens, mulheres, crianças e idosos aqui sujeitos que estão cotidianamente submetidos às mais variadas explorações e espoliações que capitalismo aperfeiçoa em reproduzir. É motivo de abandono de qualquer pretensão de imparcialidade também a permanência de forte crença nas possibilidades de enfrentamento e superação de tais situações por parte da autora deste estudo.

É importante evidenciar que este percurso, que culminou com a ida à campo para coleta dos dados empíricos para a pesquisa “*O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva*”, no qual esta dissertação pode ser definida como uma extensão, foi um processo de descobertas e aprendizados, com valioso companheirismo decorrente da troca de informações entre a equipe e, também, pela a relação pesquisador – sujeito entrevistado. Conhecer realidades distintas seja *in loco*, ou via transcrição e leitura das entrevistas nos engrandeceu pessoal e academicamente, haja vista a riqueza de dados que aparecia em cada entrevista, em cada trecho de depoimento.

Definir o recorte do objeto a ser estudado é sempre desafiador, dada a ânsia de se querer discutir sobre vários fatos. A escolha por debater sobre a relação assistência social e trabalho foi desafiadora e estimulou-nos a conhecer mais sobre o cotidiano de vida do usuário – sujeito de direitos da assistência social.

A realização do percurso de aprofundamento teórico e análise da realidade a partir da elaboração desta dissertação nos trouxe algumas constatações sobre a realidade em estudo, as quais apresentamos a seguir:

Mostrou que a inserção periférica deste continente no sistema capitalista mundial, com o destino do subdesenvolvimento político, econômico e social e a pobreza inalienável do seu povo acarreta graves consequências para a frágil democracia recém alcançada, ou seja, as árduas condições de sobrevivência do seu povo limita o acesso aos direitos sociais e, conseqüentemente, ao exercício democratizado do poder, condição absolutamente fundamental para as rupturas civilizatórias e socializantes que se impõem.

A superexploração aparece na vida destes sujeitos que não possuem acesso a inúmeros de seus direitos, de diferentes formas, via trabalho infantil, dupla jornada, baixa remuneração, saúde debilitada, trabalho informal, ou desemprego, entre tantas outras. Impõe a eles a difícil tarefa de sobreviver biologicamente ao menos.

Necessitando oferecer alguma resposta a estas situações, as políticas sociais possibilitam o acesso aos direitos sociais, por meio do aproveitamento do excedente socialmente produzido. No entanto, é preciso considerar seu duplo caráter. De um lado, são ofertadas pelo Estado - altamente comprometido com o capital - e servem para o apaziguamento e amortização dos conflitos e das expressões da questão social e, de outro, são fruto da luta coletiva da classe trabalhadora e servem como meio de acesso aos direitos sociais cuja intenção é proporcionar uma melhor condição de vida aos indivíduos e suas famílias superexplorados.

É neste contexto que a política de assistência social insere-se e, como as outras políticas sociais, não está isenta desta dupla função.

Evidenciamos que os atuais contornos da política de assistência social oferecem respostas paliativas ao enfrentamento da questão da superexploração. Isto pôde ser comprovado via depoimentos dos sujeitos entrevistados, na análise que realizamos sobre o Programa Bolsa Família (PBF).

Também ficou evidenciado na análise sobre o SUAS, mais especificamente sobre o PAIF, serviço desenvolvido nos CRAS, que esta política ainda não conseguiu romper com os traços conservadores, patrimonialistas e clientelistas, características históricas que impedem a efetivação desta política como um campo de efetivo acesso aos direitos sociais.



Contraditoriamente, os depoimentos coletados também nos apontam para os aspectos positivos, tanto do PBF como das ações desenvolvidas pelo PAIF. Acerca dos atuais programas de transferência de renda como, por exemplo, o bolsa família compreendemos que ao mesmo tempo em que são fundamentais, devido as condições precárias de sobrevivência do seu público alvo, eles não possibilitam alterações estruturais na condição de vida destes, apenas servem como resposta imediata para a sobrevivência desta imensa maioria pobre. Concordamos que os programas assistenciais devem possuir caráter universal sem qualquer forma de condicionalidade para o acesso e permanência, bem como, proporcionar a seus beneficiários uma renda digna.

Percebemos no SUAS e em seus serviços socioassistenciais aspectos positivos, como por exemplo a descentralização territorial e a ênfase na participação e controle social, ainda que via instâncias representativas.

Verificamos com a realização deste estudo, que cada realidade de implantação e implementação do SUAS em Santa Catarina caracteriza-se como uma realidade complexa, muitas vezes permeada por orientações conservadoras que limitam os avanços institucionais e legais da política de assistência social. No entanto, também não podemos desconsiderar os avanços que foram conquistados e são reafirmados cotidianamente e, que podem se transformar em possibilidades reais de efetivação deste sistema que é uma *'realidade em movimento'*.

Compreendemos que para tornar o direito socioassistencial alcançável pelas maiorias expropriadas de seus direitos mais elementares, devemos romper com o perfil autoritário e fiscalizador das elites. Acreditamos no potencial das políticas sociais enquanto campo de luta e enfrentamento à ordem hegemônica do capital.

Apostamos na efetiva participação popular como principal alternativa de fortalecimento da luta da classe trabalhadora e subalterna. Acreditamos na 'rebeldia' daqueles que sentem na pele a dor da superexploração, pois, compreendemos que somente com um movimento coletivo será possível romper com os laços históricos da dependência e subordinação.

O desafio persiste! Continuemos na luta pela conquista e efetivação dos direitos de cidadania e na construção de uma sociedade mais democrática e justa social e economicamente rumando em direção a uma sociedade humanamente emancipada.

Como nos disse Gonzaguinha:

*“Eu sei, eu sei  
Que a vida devia ser  
Bem melhor e será...”  
E será!!!*

## REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo Baptista de. **Para além dos direitos**: Cidadania e Hegemonia no mundo moderno AMORIM, Rio de Janeiro, EDUFRJ. 2008.

ANUÁRIO DOS TRABALHADORES: 2009. 10 Ed./  
**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. – São Paulo: DIEESE, 2009.

ANUÁRIO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA 2010/2011: mercado de trabalho. 3. ed. /  
**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. -- São Paulo: DIEESE, 2011.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. Maria Ozanira Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbek. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 41- 51.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARBOSA, Rosangela N. de C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. Maria Ozanira Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbek. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 90- 129.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. Resolução n. 109 de 11 de novembro, **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Resolução n 145 de 15 de outubro, **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8742**. Brasília, 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.435**, Brasília, 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. Resolução n 130 de 15 de julho, **Norma Operacional Básica do SUAS**, Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. Resolução n 269 de 26 de dezembro, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**, Brasília, 2006.

BRASIL – Capacita Suas vol.1, **SUAS: Configurando os eixos de mudança**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da pontifica Universidade Católica de São Paulo, 1 ed. Brasília: MDS, 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1987, p. 215-247.

CALVETE, Cássio, COUTO, B. R. **A Assistência Social e a inserção produtiva**: garantia de renda ou inserção precária no mundo do trabalho? In: In: MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C.; AGUINSKY, Beatriz G. O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implementação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 195 – 108.

CARCANHOLO, Marcelo Dias Dependência e Superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SANTOS, Theotonio; SADER, Emir [coords]; MARTINS, Carlos Eduardo, VALENCIA, Adrian Sotelo [orgs]. **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed PUC/Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 251-264.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em 24 de janeiro de 2012. Às 19h00min.

COMUNICADOS DO IPEA. **Vulnerabilidades das famílias entre 2003 e 2009**. n 131. Janeiro de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. . In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 461- 477.

COUTO, B. R. [et. al]. (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R. [et. al]. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. COUTO, B. R. [et. al]. (orgs). 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 32 – 65.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível?. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R. ; SILVA, Marta Borba. A política de assistência social e o Sistema Único da Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In: **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implementação**. MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C.; AGUINSKY, Beatriz G. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 31- 44.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (estudos latino-americano, v.12.), 44 edição, 2004.

GOMES, Ana Lúcia. O Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 68, ano XXII, 2001, p. 111 – 139.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Revista Temporalis**. Ano 2, n 3 (jan/jul 2001). Brasília ABEPSS, Graflin, 2001, p. 9 – 32.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete *et alli*, **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez. (p. 161-167).

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. BOSCHETTI, Ivanete. [ et al.] (orgs).2 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 13 – 43.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14 ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2001.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho Informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. Maria Ozanira Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbek. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 130 – 160.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**, Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural. 1985, p. 225-320.

MAPA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 1992-1997 / **IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento**. – Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

MARANHÃO, César H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. Elaine R. Behring e Maria H. T. de Almeida (orgs). 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010, p. 38- 58.

MARINI, Ruy Mauro. **A Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **A Constituição de 1988**. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/036\\_brasil\\_port.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/036_brasil_port.htm). Acesso em 13 de janeiro de 2012, às 14:00 horas.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137 – 180.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. vol. 1. 29 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, cap. V a XIII. p. 207 – 569.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. vol. 2. 29 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, cap. XIV a XXIII. p. 573 – 823.

MATTEI, Lauro. **Panorama atual do desenvolvimento sócio-econômico catarinense**. Mimeo, (1999) p. 01- 25.

MOSER, Liliane. A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação. **Rev. katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, Junho de 2011, p. 66 –77. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03 Nov. 2011.

MOTA, Ana Elizabete .A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e sociedade. (org.) 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 133- 146.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. In: **Revista Em Pauta**. n. 20. 2007, p. 127-139.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: MOTA, Ana Elizabete, et all (orgs.). **Serviço social e saúde**. São Paulo: OPAS, MS. Cortez. 2006, p?.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular.



NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: **Revista Temporalis**, ABEPSS, ano III, n 3, jan/jun. 2001, p. 41-50.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. In: **Resvista em Pauta**. n. 19, 2007, p. 135 – 170.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OFFE, Claus; LENHARDT, G. Teoria do Estado e política social. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSORIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SANTOS, Theotonio; SADER, Emir [coords]; MARTINS, Carlos Eduardo, VALENCIA, Adrian Sotelo [orgs]. **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed PUC/Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 167-187.

PAIVA, Beatriz Augusto de ; ROCHA, Mirella ; CARRARO, Dilceane . **Participação Popular e Assistência Social: Contraditória dimensão de um especial direito**. Revista Katálysis (Impresso), v. 13, 2010, p. 250-259

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Família e participação popular: Antinomias dos modelos de proteção social na América Latina**. Relatório de Pesquisa período 2007 – 2009. Paiva, Beatriz (Coordenadora); Rocha, Mirella; Carraro, Dilceane (Principais pesquisadoras). Florianópolis, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane . **Política Social na América Latina**: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. Ser Social (UnB), v. 12, 2010, p. 147-175.

PAIVA, Beatriz Augusto de . **Assistência Social e as Políticas Sociais no Brasil Configurações Históricas, Contradições e Perspectivas**. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 1, n. 4, 2001, p. 11-34.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O deciframento de uma realidade em movimento: os caminhos de uma pujante investigação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, jun. 2011 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 out. 2011.

PAIVA, Beatriz Augusto de ; MATTEI, L. . **Notas sobre as Políticas Sociais no Brasil: A primeira década do século XXI.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 8, n. 2, jul./dez, 2009, p. 175- 194.

PAIVA, Beatriz Augusto de ; OURIQUES, Nildo Domingos . **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais:**quão distante está o horizonte?. Revista Katalysis, v. 09, 2006, p. 166-175.

PAIVA, Beatriz Augusto de . O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização em debate. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 87, Ano XXIII, São Paulo: Cortez Editora, Março 2006, p. 05-24.

PAIVA, Beatriz. **A política de financiamento da assistência social:** a imprecisa tradução da LOAS. 423 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2003.

PAIVA, Beatriz. Trabalhadores Sociais do SUAS: Qual agenda construir? In: **Cadernos de textos VIII Conferência Nacional de Assistência Social:** Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores. Brasília-DF: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011.

PAIVA, Beatriz et al. Política social e trabalho na América Latina: um debate necessário. Comunicação Oral. In: **SEMINÁRIO/ENCONTRO LATINOAMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS/SERVIÇO SOCIAL.** Rio

de Janeiro/RJ: ESS/UFRJ (Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2008. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>

PEREIRA, Potyara A. P. **Temas & questões**. 2 ed. São Paulo: Cortez. 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. Concepção de Bem-Estar (social) em Marx. In: PEREIRA, Potyara A. P.; PEREIRA Camila P. (orgs). **Marxismo de Política Social**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010, p. 134 -166.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crise dos mínimos sociais. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 77, ano XXV, 2004, p. 54 – 62.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. BOSCHETTI, Ivanete. [ et. al] (org). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 87- 108.

PEREIRA, Potyara A. P.; STEIN Rosa Helena. Política Social: universalidade *versus* focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. BOSCHETTI, Ivanete. [ et al.] (orgs). São Paulo: Cortez, 2010, p. 106-130.

PEREIRA, Camila P.; SIQUEIRA, Marcos C. A. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. BOSCHETTI, Ivanete. [et al.] (orgs). São Paulo: Cortez, 2010, p. 211-229.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. Maria Ozanira Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbek. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 23 – 40.

PRIEB, Sérgio A. M; Reinaldo Carcanholo. O trabalho em Marx. In: **Capital: essência e aparência**. Reinaldo Carcanholo (org). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RIBEIRO, Darci. **O Dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: vozes, 1983.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Leandro dos; ARUTO, Pietro Caldeirini. **Perfil do trabalho decente em Santa Catarina**: Dados preliminares – 1992/2009. Florianópolis, 2011.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política Social Brasileira no Século XXI.**, São Paulo: Cortez. 2011.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira (Coord.), LIMA, Valéria Ferreira Santos de Alameda. **Avaliando o Bolsa família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, [et. al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão de análise. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a Política de Assistência Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 68, ano XXII, 2001, p. 54 – 82.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da assistência social no Brasil. In: **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e sociedade. MOTA, Ana E. (org.) 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 147- 179.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Marcela. As políticas de geração de emprego e renda no Brasil: o arcaico reatualizado. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. BOSCHETTI, Ivanete. [ et al.] (orgs). São Paulo: Cortez, 2010, p. 271- 291.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. BOSCHETTI, Ivanete [et. al] (Orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 196- 219.

TAPAJÓS, Luziéle. Gestão da Informação no SUAS. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 87, Ano XXIII, São Paulo: Cortez Editora, Março 2006, p. 178-200.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**, São Paulo: Expressão Popular. 2005.

VALENCIA, Adrian Sotelo. Lei do Valor e mundialização do capital. In: **A Reestruturação do mundo do trabalho: Superexploração e novos paradigmas da organização do Trabalho**. Uberlândia: EDUFU. 2009.

VIANNA, Maria L. W. O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: **Política Social e Democracia**. BRAVO, Maria I. S.; PEREIRA, Potyara A. P. (orgs). São Paulo: Cortez; Riode Janeiro: UERJ, 2001, p. 173 – 195.

VIANNA, Maria L. W. T. Reforma do Estado e Política Social: notas à margem do tema. In: **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. Elaine R. Behring e Maria H. T. de Almeida (orgs). 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010, p. 141-151.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 77, ano XXV, 2004, p. 11 – 29.

YAZBEK, M. C. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS, In: **Capacita Suas**: SUAS configurando os Eixos de mudança, Brasília: IEE/PUCSP e MDS, volume 1, 2008, p. 79 – 129.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**. Ano 2, n 3 (jan/jul 2001). Brasília ABEPSS, Graflin, 2001, p. 33- 40.

### **Endereços eletrônicos:**

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. Disponível em: <[www.cepa.epagri.sc.gov.br](http://www.cepa.epagri.sc.gov.br)>. Acesso em 26 de outubro de 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em 04 de outubro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 04 de outubro de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 04 de outubro de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 04 de outubro de 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em janeiro de 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <[www.sst.sc.gov.br](http://www.sst.sc.gov.br)>. Acesso em 04 de outubro de 2011.

B6. Se a resposta for “desempregado”, participa de algum curso ou capacitação para o trabalho oferecido pelo CRAS? ( ) Sim Não ( )

B7. Participa (ou participou) de alguma organização social, associação de bairro ou movimento social?

( ) Sim Não ( )

B8. Se a resposta for “sim”, qual? \_\_\_\_\_

### **3. Dados sobre o (s) serviço, benefício e/ou projeto utilizado pelo usuário no CRAS**

C1. Recebe algum benefício financeiro? ( ) Sim Não ( )

C2. Qual (identificar)? \_\_\_\_\_

C3. De que forma teve acesso ao benefício? ( ) Procura espontânea ( ) Busca ativa ( ) Encaminhamento da rede socioassistencial ( ) Encaminhamento das demais políticas públicas

C4. O benefício que recebe contribui com a melhoria de sua qualidade de vida? ( ) Sim Não ( )

C5. Se a resposta for “não”, justifique: \_\_\_\_\_

C4. Faz parte de algum serviço ou programa? ( ) Sim Não ( )

C5. Qual (identificar)? \_\_\_\_\_

C6. Participa de quais atividades no CRAS (grupos de convivência, oficinas etc.)? \_\_\_\_\_

C7. Você recebe visita domiciliar dos profissionais do CRAS? ( ) Sim Não ( )

C6. Se a resposta for “sim”, com que frequência? \_\_\_\_\_

C8. Na sua família algum membro necessita de cuidados especiais (pessoas com deficiência, idosos, usuários de drogas etc.)?

( ) Sim Não ( )

C9. Se a resposta for “sim”, recebe algum cuidado ou participa de atividades oferecidas pelo CRAS? ( ) Sim Não ( )

C10. Qual? \_\_\_\_\_

### **4. Avaliação do Usuário acerca dos Serviços Socioassistenciais e do Centro de Referência da Assistência Social**

D1. Em sua opinião, a estrutura do CRAS é adequada ao desenvolvimento das atividades? ( ) Sim Não ( )

D2. Considera que o CRAS está bem localizado para você e os demais moradores? ( ) Sim Não ( )

D3. Você está satisfeito com os serviços do CRAS?

( ) Sim Não ( )



D4. Considera que o CRAS poderia melhorar em algum aspecto?

( ) Sim Não ( )

D5. Se a resposta for “sim”, dê sua

opinião:\_\_\_\_\_

## 5. Participação e Controle Social

E1. Participa (ou participou) de alguma organização social, associação de bairro ou movimento social?

( ) Sim Não ( )

E2. Se a resposta for “sim”, qual?

E3. Você já foi convidado a participar da elaboração e/ou organização das atividades dentro do CRAS? ( ) Sim Não

( )

E4. Se a resposta for “sim”,

comente:\_\_\_\_\_

E5. Você já foi convidado a participar de alguma atividade de avaliação sobre a qualidade dos serviços/programas/projetos? ( )

Sim Não ( )

E6. Se a resposta for “sim”,

comente:\_\_\_\_\_

## **Apêndice B- Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE) Usuários do CRAS.**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar de pesquisa sobre **a proteção social básica realizada no CRAS, construída nos últimos anos através do Sistema Único da Assistência Social – SUAS**. Você foi escolhido (a) por integrar as atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do seu município.

Nossa pesquisa pretende estudar o processo de implantação da proteção social básica no âmbito do SUAS, no Estado de Santa Catarina, especialmente no que se refere ao desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, ou seja, como as ações do CRAS são percebidas pelos seus profissionais e pelos usuários desse Serviço, de maneira a contribuir com a melhoria dos serviços no âmbito do CRAS-SUAS. Pretendemos através desse estudo, oferecer elementos de avaliação sobre a implementação do PAIF/proteção socioassistencial básica no seu município e conhecer novos aspectos do Programa de modo a contribuir para possíveis ajustes e melhorias desses serviços e do acesso à política de assistência social.

Sua participação nesta pesquisa será através de respostas às perguntas realizadas por meio de um questionário, para conhecermos a sua opinião.

Ressaltamos que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Lembramos que sua participação é voluntária e sua identidade não será revelada.

No entanto, os benefícios relacionados à sua participação são muito importantes. Sua participação contribuirá para a melhoria dos serviços dos CRAS, em Santa Catarina.

Os dados de toda pesquisa serão organizados em um Relatório, e as informações não serão divulgadas de modo a identificar sua participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone da pesquisadora principal e da Professora Coordenadora dessa pesquisa, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Obrigada por sua colaboração e por merecer a sua confiança.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora CNPq/MDS/UFSC  
MsC. Dilceane Carraro

\_\_\_\_\_  
Professora Coordenadora  
Profª Dra. Beatriz Paiva

Departamento de Serviço Social/CSE/ Fone: (48) 8465-6975.  
Universidade Federal de Santa Catarina Fone: (48) 3721-9540.

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Declaro também que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.**

\_\_\_\_\_-SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

\_\_\_\_\_  
Sujeito da pesquisa

---

Departamento de Serviço Social/DSS – Campos Universitário  
Trindade Cx. Postal 476. Florianópolis – SC. Cep.88010-970. Fone:  
(48) 33319540. Fax: (48) 33319990. E-mail: [dss@cse.ufsc.br](mailto:dss@cse.ufsc.br)